UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

LUCAS PEREIRA DE AQUINO

A LÍNGUA COMO PRESERVAÇÃO DOS SABERES APURINÃ: UMA ANÁLISE DE ATOS DE FALA NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO GUIRIBÉ

MANAUS,
Fevereiro, 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

LUCAS PEREIRA DE AQUINO

A LÍNGUA COMO PRESERVAÇÃO DOS SABERES APURINÃ: UMA ANÁLISE DE ATOS DE FALA NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO GUIRIBÉ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas – FLet/Ufam, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Letras, sob orientação da Profa. Dra. Raynice Geraldine Pereira da Silva

MANAUS
Fevereiro, 2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Aquino, Lucas Pereira de
A657l A língua como preservação dos saberes Apurinã: uma análise de atos de fala na comunidade São Francisco do Guribê. / Lucas Pereira de Aquino . 2022
122 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Raynice Geraldine Pereira da Silva
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Canto Apurinã. 2. Kyynyry. 3. Atos de fala. 4. Atos de nomeação. I. Silva, Raynice Geraldine Pereira da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

LUCAS PEREIRA DE AQUINO

“A LÍNGUA COMO PRESERVAÇÃO DOS SABERES APURINÃ: UMA ANÁLISE DE ATOS DE FALA NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO GUIRIBÉ”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos da Linguagem.

Aprovada em 16 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Raynice G. Pereira da Silva

Profa. Dra. Raynice Geraldine Pereira da Silva (UFAM)

Michéli Carolini de Deus Lima Schwade

Profa. Dra. Michéli Carolíni de Deus Lima Schwade (IFAM)

Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio

Profa. Dra. Ligiane Pessoa dos Santos Bonafácio (UFAM)

AGRADECIMENTOS

Ao povo Apurinã da comunidade São Francisco do Guiribé, que nos deixou conhecer sua história e sua gente e com o qual se criou uma grande amizade. Em especial ao Tuxaua, Sr. Francisco Queiroz, que nos ensinou, através das histórias contadas, o respeito à sua gente e à natureza.

Aos amigos Francisca Queiroz, Selma Maia e Nailson Santos, professores indígenas da comunidade, que se dispuseram a ser colaboradores, doando os conhecimentos de sua língua, cultura e tradição.

A todos os participantes da comunidade de pesquisa que, direta ou indiretamente, contribuíram com suas falas para a construção desta dissertação.

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL-UFAM.

À Secretaria de Educação do Estado do Amazonas – SEDUC, pelo convênio com o Programa de Pós-graduação Mestrado em Letras – PPGL/UFAM.

À Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SEMED e ao Departamento de Educação Rural e indígena – DERI, pelo espaço de socialização junto aos professores indígenas do município de Manacapuru.

À minha orientadora, Prof. Dra. Raynice Geraldine Pereira da Silva, que, em todos os momentos difíceis desta produção, nunca deixou de prestar seu apoio e seus conhecimentos; suas orientações sempre foram uma aula de humildade e respeito.

AQUINO, Lucas Pereira de. A língua como preservação dos saberes Apurinã: uma análise de atos de fala na comunidade São Francisco do Guiribé. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

RESUMO

Os Apurinã são um povo que vive entre a preservação de suas tradições e o aculturamento pela proximidade com os não índios. Sua língua, assim como sua cosmologia, narra a história desse grupo ao longo dos tempos. A trajetória de vida dos Apurinã revela a imensidão de saberes e conhecimentos capazes de explicar como a natureza funciona. Esse universo mítico rico em conhecimentos está se perdendo juntamente com a língua falada por um grupo reduzido nas comunidades que ainda residem em grupos. O presente trabalho tem como objetivo analisar o uso da língua materna Apurinã e as relações dos atos de fala produzidos na Comunidade São Francisco do Guiribé no município de Manacapuru/AM. Propõe-se, neste estudo, apresentar os eventos de fala e as relações comunicativas entre seus membros, fenômenos que são os principais mecanismos capazes de criar a língua em uso, e se configuram através das interações e relações sociais, considerados determinantes para o repasse de informações, troca de conhecimentos e preservação da língua. Como metodologia, foram utilizados levantamentos bibliográficos e pesquisa de campo com base na Etnografia da fala, método utilizado para as pesquisas etnográficas com os participantes da comunidade. Dentro deste estudo, categorizamos dois eventos de fala realizados na comunidade em que os atos de fala na língua materna Apurinã ainda são praticados. Os resultados da pesquisa mostram que o *Kyynyry (ou Xingané),* evento social coletivo, possui o canto Apurinã como principal elemento emissor da língua nessas interações sociais. Além desse, o ato de nomeação (momento em que o indivíduo nascido na comunidade recebe um nome na Língua Apurinã) é acontecimento ainda realizado nas interações individuais, sistematizando a preservação dos saberes entre seus integrantes, contribuindo como valor simbólico, linguístico e cultural.

Palavras chaves: Canto Apurinã; Kyynyry e atos de nomeação; Atos de fala.

AQUINO, Lucas Pereira de. The tongue as preservarion of Apurinã knowledge: an analysis of the speech applications moments in São Francisco do Guiribé community. 2022. Dissertation (Masters in Letters) – Faculty of Letters, Federal University of Amazonas, Manaus, 2022.

ABSTRACT

The Apurinã is a people that lives between the preservation of their traditions and acculturation for living by non-Indians. Their language, and their cosmology, tell us this group story over time. The Apurinã's journey reveals their vast knowledge capable of explaining how nature works. This mythical universe full of knowledge and their spoken language as well, are being lost, because there are just some of them that still reside in small groups. The present work aims to analyze the using of the Apurinã's mother tongue and it's speaking at the São Francisco do Guiribé Community in the Brazilian city of Manacapuru on Amazon state, a people and laguage named Apurinã. It is proposed in this study to present the speech events and the communicative relationships between its members, phenomena that are the main mechanisms capable of creating the language in use, in which go through interactions and social relationships, considered crucial for information transferring, exchange of knowledge and language preservation . As a methodology, bibliographic surveys and field research were used based on the Ethnography of speech, a method used for ethnographic research with community participants. Within this study, we categorized two speech events in the community, in which speech acts in the Apurinã mother tongue are still practiced. The research results show that Kyynyry (or Xingane), a collective social event, has the Apurinã chant as the main source of the language in these social interactions. And the act of naming (the moment when the individual born in the community receives a name in the Apurinã language), an event still carried out in individual interactions, systematizing the preservation of knowledge among its members, contributing as a symbolic, linguistic and cultural value.

Keywords: Apurinã's Chant; Kyynyry and acts of Naming; Speech acts.

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS UTILIZADOS

AM	- Amazonas
CF	- Constituição Federal
CMM	- Câmara Municipal de Manacapuru
CIEA	- Conselho Indígena do Estado do Amazonas
COIAB	- Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COPIAM	- Coordenação de Professores Indígenas do Amazonas
DERI	- Departamento de Educação Rural e Indígena
DSEI	- Distrito Sanitário Especial Indígena
EEI	- Educação Escolar Indígena
EI	- Estatuto do Índio
EMEF	- Escola Municipal de Ensino Fundamental
FEPI	- Fundação Estadual Para os Povos Indígenas
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
FUNASA	- Fundação Nacional de Saúde
GEEI	- Gerência de Educação Escolar Indígena
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
NEI	- Núcleo de Educação Indígena
PNE	- Plano Nacional de Educação
PRÉ-I	- Primeira Etapa de Educação Básica
PSS	- Processo Seletivo Simplificado
SEDUC	- Secretaria de Educação e Cultura
SEMED	- Secretaria Municipal de Educação e Desporto
SESAI	- Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIASI	- Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena
TI	- Terras Indígenas
UEA	- Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	- Universidade Federal do Amazonas
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01-	Mapa da Localização Aproximada da Terra Indígena Apurinã na Região do Estado do Amazonas.....	27
FIGURA 02-	Mapa com a Localização Aproximada das Comunidades Indígenas do Município de Manacapuru – 2019.....	30
FIGURA 03-	Mapa da Localização da Comunidade São Francisco do Guiribé. Município de Manacapuru Estado do Amazonas....	41
FIGURA 04-	Imagem da Escola Municipal Apurinã Mekaro – Município de Manacapuru – AM.....	54
FIGURA 05-	Desenhos Produzidos pelas Crianças da Escola Apurinã Mekaro.....	55
FIGURA 06-	Mapa Sociolinguístico da Comunidade São Francisco do Guiribé – 2021	109
GENEALOGIA 1	Descendência de João (Ynykynamary) e Maria (Mayaka)...	100
GENEALOGIA 2	Descendência de Kawpoary e Karaxipa.....	101
GENEALOGIA 3	Descendência de Sinãpa e Almeida.....	102
GENEALOGIA 4	Descendência de Kabukeya e Nadil.....	103
GENEALOGIA 5	Descendência de Liwkiaru e Nato	104
GENEALOGIA 6	Outras descendências: Família de Kinary e Iãké/Natwkyrw.	105
GENEALOGIA 7	Outras descendências: Família de Totoxiromaxiro e Pawmamatary.....	106
GENEALOGIA 8	Outras descendências: Família de Ana da Silva.....	106

LISTA DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS

QUADRO 01- Quadro Geral das Comunidades Indígenas do Município de Manacapuru..... 28

QUADRO 02- Quadro Geral das Comunidades Apurinã do Município de Manacapuru – 2019..... 29

QUADRO 03- Línguas em Perigo de Extinção – UNESCO 2010..... 35

QUADRO 04- Distribuição e Localização das Escolas de Educação Escolar Indígenas no município de Manacapuru – 2020..... 73

QUADRO 05- Quadro de Distribuição dos Informantes quanto a Faixa Etária e Sexo..... 91

QUADRO 06- Facilidade Linguística (em Língua Apurinã) – Sexo Masculino..... 92

QUADRO 07- Facilidade Linguística (em Língua Portuguesa) – Sexo Masculino 93

QUADRO 08- Facilidade Linguística (em Língua Apurinã) – Sexo Feminino..... 94

QUADRO 09- Facilidade Linguística (em Língua Portuguesa) – Sexo Feminino..... 95

QUADRO 10- Facilidade Linguística em Língua Apurinã - Distribuição quanto a Faixa Etária e Sexo Masculino..... 97

QUADRO 11- Facilidade Linguística em Língua Apurinã – Distribuição quanto a Faixa Etária e Sexo Feminino..... 98

QUADRO 12- Grupo de Falantes e Não Falantes que possuem Nome na Língua Apurinã – Sexo Masculino..... 98

QUADRO 13- Grupo de Falantes e Não Falantes que possuem Nome na Língua Apurinã – Sexo Feminino..... 99

GRÁFICO 01- Variável entre Grupo de Fala em Língua Apurinã – Sexo Masculino..... 92

GRÁFICO 02- Variável entre Grupo de Fala em Língua Portuguesa – Sexo Masculino..... 94

GRÁFICO 03- Variável entre Grupo de Fala em Língua Apurinã – Sexo Feminino..... 95

GRÁFICO 04- Variável entre Grupo de Fala em Língua Portuguesa – Sexo Feminino..... 96

GRÁFICO 05- Quantidade de Indivíduos com Nome na Língua Apurinã – Sexo Masculino e Feminino..... 99

SUMÁRIO

RESUMO
ABSTRACT
Abreviaturas e Símbolos utilizados
Lista de figuras e ilustrações
Lista de quadros, tabelas e gráficos
INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO UM - ETNOGRAFIA
1.1 Etnografia do Povo Apurinã..... 21
1.2 Panorama Histórico do Povo Apurinã antes da Segunda Metade do Século XIX..... 22
1.3 Localização..... 25
1.3.1 Chegada dos primeiros Apurinã em Manacapuru..... 26
1.4 Relações Sociais, Culturais e Linguísticas..... 32
1.4.1 Organização Social..... 33
1.4.2 Filiação do Tronco Aruak..... 36
1.5 O Papel Social da Língua Aruak..... 39
1.6 Uma Análise sobre Cultura e Léxico Apurinã. Múltiplos olhares da realidade..... 41

CAPÍTULO DOIS - METODOLOGIA DA PESQUISA
2.1 Escolha da Metodologia..... 45
2.2 Tipos de Pesquisa..... 47
2.3 Referencial Teórico-Metodológico..... 49
2.4 Contexto da Pesquisa..... 51
2.4.1 A Língua Apurinã. Possibilidades na Escola Mekaro da comunidade..... 53
2.5 Geração de Dados..... 57
2.6 Participantes da Pesquisa..... 58

CAPÍTULO TRÊS – REFERENCIAL TEÓRICO
3.1 Referencial Teórico..... 59
3.1.1 Considerações para a compreensão da pesquisa etnográfica... 63
3.2 As Leis Brasileiras e as Garantias de Políticas Públicas no Tratamento da Educação Escolar Indígena. Algumas Considerações..... 65
3.2.1 A LDB e PNE, as possibilidades asseguradas para a Educação Escolar Indígena..... 67
3.3 O Uso da Língua entre os Apurinã e os Saberes Compartilhados com a Comunidade..... 68

3.3.1 A educação escolar indígena em Manacapuru um recorte histórico..... 70
3.4 Professores multiplicadores da fala..... 74
3.5 Atos de fala..... 76
3.5.1 O *Kyynyry*, eventos de fala da sociedade Apurinã..... 79
3.5.2 O canto Apurinã, os atos de fala como mecanismo de produção da língua..... 80
3.5.3 Atos de nomeação..... 85

CAPÍTULO QUATRO – ANÁLISE DOS DADOS
4.1 Apresentação, discussão e análise dos resultados..... 90
4.1.1 Resultados..... 97
4.2 Contribuições do mapa sociolinguístico da comunidade para a compreensão dos espaços de fala..... 106

CONSIDERAÇÕES FINAIS 110
REFERÊNCIAS 114
APÊNDICES 118

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos este estudo, buscamos inserir na investigação estudos bibliográficos de pesquisadores e estudiosos que dedicaram seus trabalhos para compreender o povo e a Língua Apurinã. A pesquisa descreve um pouco da vida e a cultura de uma das cinco comunidades Apurinã no município de Manacapuru, Estado do Amazonas. Para apresentar informações que pudessem nos embasar nessa busca, foram relacionados relatos da história dos Apurinã, com base, principalmente, em Schiel (2004) e Facundes (2000), que nos oferecem, em seus estudos, uma descrição detalhada da língua e do povo Apurinã, bem como da cultura desse grupo. Com isso, é de suma importância mostrar uma visão do percurso que o povo Apurinã trilhou desde sua dispersão pelas margens da bacia do rio Purus, por volta da segunda metade do século XIX. Esses são fatos importantes da trajetória que, consequentemente, influenciou as práticas e as produções por eles usadas hoje nas comunidades localizadas em Manacapuru/AM.

A história desse povo é marcada por conflitos étnicos e perseguições por parte dos não índios, envolvendo massacres e guerras pela terra (Facundes, 2000). Na maioria das comunidades Apurinã há conflitos locais entre os membros que mantêm separados grupos de famílias, ainda que vivam na mesma área indígena. Isso contribui para entendermos a configuração espacial dessas comunidades, que, por gerações, vivem espalhadas, dispersas às margens do rio Purus. Essa dispersão histórica perpassa o ciclo da borracha na região amazônica e determina para os Apurinã a busca por novos territórios. Hoje, esse grupo é encontrado em várias comunidades indígenas e centros urbanos da região amazônica.

A pesquisa na comunidade São Francisco do Guiribé, da etnia Apurinã (Popỹkare), localizada geograficamente no município de Manacapuru, Estado do Amazonas, teve como objetivo analisar o uso da língua materna e as relações que se estabelecem pelos atos de fala na comunidade como recurso de preservação e repasse da Língua Apurinã entre seus membros, de modo a compreender aspectos etnolinguísticos e culturais dessa comunidade. Dentro dessa perspectiva investigaram-se aspectos da cultura como a fala na língua materna, que ainda se mantém como representações significativas no contexto desse grupo. Como

pressuposto ao tema, tornou-se relevante destacar o uso da Língua Apurinã diante das fortes influências linguísticas dentro e fora da comunidade que acabam interferindo ou não na continuidade das principais interações linguística em Língua Apurinã. Esses atos de fala, uma vez não usados em seus lugares culturalmente definidos na comunidade, poderão ocasionar a perda progressiva da língua em contexto de comunidade.

Como hipótese, destacamos a utilização da língua materna em alguns momentos na comunidade. Essas relações comunicativas entre seus membros requerem a fala na Língua Apurinã. Os eventos de fala na comunidade são considerados determinantes para o repasse de informações, troca de conhecimentos e preservação da língua. Como resultado deste estudo, será possível compreender as relações sociais estabelecidas através do uso da língua nos cantos, nas práticas de nomeação e no ensino, assim como, o como o espaço escolar de aprendizagem da Língua Apurinã ainda preservado. Dessa forma, a língua serve de veículo de preservação dos saberes entre os falantes e não falantes, contribuindo como valor simbólico, linguístico e cultural.

Dentro dessa perspectiva levantaram-se as seguintes hipóteses para esta produção:

- Os enunciados e atos de fala tais como: os cantos e o ato de nomeação na língua podem ser considerados mecanismos culturais usados pelos Apurinã dessa comunidade, para a conservação da língua entre eles.
- Os eventos de fala (cantos e ato de nomeação na língua) na Língua Apurinã ocorrem nas interações coletivas com a presença dos membros e requer aceitação coletiva.
- Os eventos de fala acontecem nas narrativas míticas Apurinã, nos cantos, na nomeação dos indivíduos, nos espaços sociais como a escola e em eventos de interação entre os membros do grupo.

Como objeto de estudo as principais inquietações levantadas dizem respeito às relações socioculturais, etnográficas e sociolinguísticas Apurinã na comunidade de pesquisa. Tais questões servirão possivelmente de bases mais detalhadas em estudos futuros. A principal inquietação referiu-se ao uso da língua nessa comunidade

e às relações diante das tradições frente ao mundo e ao olhar perceptivo sobre as tradições de seu grupo. Foi considerada a Língua Apurinã como instrumento de suas produções e como forma de representação, intervenção e apropriação de sua existência e de sua cultura. A cultura do povo Apurinã é o conjunto de respostas às experiências e desafios pelas quais esse povo vive, sua língua, bem como suas práticas que foram moldadas ao longo do tempo.

Dentro deste estudo algumas indagações foram levantadas sobre o tema: i) Quais aspectos da cultura e dos saberes tradicionais Apurinã ainda estão relacionados ao uso da íngua nessa comunidade? ii) Como se dá o ato de nomeação, como ato (evento) de fala da tradição Apurinã na comunidade São Francisco do Guiribé? iii) Qual a importância do ato de nomeação e a sua relevância social e linguística para a comunidade?; iv) Como é realizada a prática dos cantos tradicionais Apurinã?; v) Quais lugares podem ser considerados espaços sociais de transmissão da Língua Apurinã, onde os atos de fala, principalmente a nomeação e os cantos, são transmitidos? Essas indagações serão questionadas na aplicação do questionário sociolinguístico que busca entender as relações sociais e interativas junto à vivência deles em grupo.

Nas comunidades indígenas, a vivência em grupo (autocontida ou isolada da sociedade) se relaciona a marcadores do tempo e do espaço indicados em conjunto de atividades outrora de caráter cerimonial. Tais atividades são determinadas pelas representações visuais, que possuem uma forte influência na significação das coisas.

Esse olhar se diferencia das percepções urbanas vividas pelo homem moderno. Para os Apurinã as respostas para alguns acontecimentos vividos estão em episódios de suas práticas, em atividades como a agricultura e a pesca, assim como em sua língua e na sua história. Por isso, destacamos a importância de usar a língua em suas narrativas como subsídios para as continuidades de suas práticas e das tradições na comunidade.

A representação da Língua Apurinã possui, em sua estrutura, um complexo sistema que, para sua compreensão, requer conhecimentos tanto linguísticos quanto antropológicos. Para esta pesquisa, seguimos os estudos linguísticos de Facundes (2000), Schiel (2004) em suas pesquisas antropológicas e Freitas (2017) com os

estudos históricos e linguísticos sobre os Apurinã. Para a análise dos atos de fala, de nomeação e dos cantos na língua seguiremos os pressupostos teóricos de Hymes (1979), Paula (2014) e Duranti (2000).

Torna-se relevante considerar que os enunciados de uma língua fazem parte de um sistema que conduz significados. Para os indivíduos do grupo, esses significados são evidenciados nas relações sociais, apresentando-se como relatos da língua e conferindo-lhes importância do ato enquanto índices culturais e de saberes ancestrais. Por essa razão, para um integrante de uma comunidade indígena, a língua preserva elementos essenciais para a permanência dele como grupo social, motivando-o à permanência de sua cultura, de suas tradições linguísticas, de sua cosmovisão e suas mitologias.

Nessa categoria de práticas, a comunicação entre o grupo poderá ser classificada como expressão de códigos culturais. A Língua Apurinã, por fazer ainda fazer parte do meio de comunicação entre eles poderá ser considerada a mais importante prática de sobrevivência e de permanência social desse grupo, tornando-a o principal elemento de repasse dos saberes a serem preservados por essa etnia. Nessa função as representações dos eventos de fala tornam-se presentes na realidade externa, tornando-a um elemento consciente, significativo e real. A exemplo, pode-se pensar que a relação da crença na cosmovisão da cultura desse povo se remete à história de suas vivências, à história de como tudo começou desde a criação do mundo, implicando o uso da língua usada pelos seus ancestrais, assim como a de uso nas comunidades.

Como parte significativa de suas práticas às culturas indígenas se estruturam pela construção de sua história, portanto não faz sentido cristalizar as práticas, e sim saber como essas culturas se transformam, se gerenciam e criam conjunturas em benefício próprio e de suas identidades, reconstruindo e ressignificando as suas tradições e suas cosmovisões.

No caso dos Apurinã, a ressignificação de identidade está presente em algumas comunidades desse grupo. Sendo esse processo uma reafirmação da identidade, os aspectos simbólicos fazem referências diretas à língua e à cultura desse povo. A identificação dos eventos de fala relaciona-se com a linguagem de uso

nessas comunidades. Esse universo empírico envolve a compreensão de outras realidades como as narrativas míticas, que são consideradas verdades do passado ancestral: é o visível e o invisível, que se relacionam às práticas e às produções da língua através da oralidade. Dessa inquietação trataremos em estudos posteriores.

O papel social da língua em comunidades indígenas vem sendo objeto de estudo em diversos campos sob diversas perspectivas teóricas. Nesta pesquisa, observou-se a língua sob o prisma da cultura e o envolvimento dela na relação de uso diário. Não se pode estudar uma língua sem considerar as condições sociais que permitem sua existência, o ponto em destaque são as práticas não somente do uso individual, mas, também, comunitárias. Assim, este estudo considerou o universo cultural dessa etnia e as relações sociais na comunidade de pesquisa.

Como principal interesse de estudo na comunidade, definiremos a investigação dos atos de fala e da cultura de preservação, transmissão e reprodução da Língua Apurinã dentro do grupo. Isso levará a entender como esse grupo se organiza socialmente e como acontecem as relações com grupos distintos além do envolvimento de suas práticas como parte de sua vivência que corroboram para influenciar a língua e seu uso.

Sobre essa realidade foi de suma importância entender a história dos Apurinã, suas relações econômicas, físicas, religiosas, dentre outras que agora fazem parte da realidade social e cultural dos grupos que se localizam no município de Manacapuru/AM, principalmente o grupo da comunidade de São Francisco do Guiribé, que preconiza um sistema em que a língua é o principal meio simbólico, um produto histórico.

Sob tal perspectiva, considera-se que

> Toda cultura pode ser considerada um conjunto de sistemas simbólicos, dentre os quais estão situados a linguagem, as relações econômicas, a arte, a ciência e a religião. Todos esses sistemas visam a expressar certos aspectos da realidade física e social e, mais ainda, as relações que os dois tipos de realidade mantêm um com o outro e, também, as relações que os sistemas simbólicos mantêm entre si (LÉVI-STRAUSS,1963).

Apresentada a introdução deste trabalho, pontuando as justificativas de sua realização, os objetivos propostos e a estruturação dos capítulos, pretende-se, com

este estudo, não só relacionar aspectos linguísticos, mas também apresentar um panorama das vivências em grupo dessa etnia na comunidade São Francisco do Guiribé no município de Manacapuru/AM, suas falas, sua gente, herdeiros de uma cultura tão rica que se sustenta pelos poucos indivíduos que lutam pela sobrevivência de suas identidades e que precisam de sua língua para a continuação de seu nome e de seu povo.

Esta dissertação está distribuída em 4 capítulos, que servem como os facilitadores para a compreensão do *corpus* dessa produção.

No capítulo um, abordaremos os aspectos etnográficos do povo Apurinã, com ênfase no panorama histórico e localização nas regiões do Estado do Amazonas e da chegada dos primeiros Apurinã ao município de Manacapuru/AM que fundaram a comunidade São Francisco do Guiribé. Buscou-se também apresentar a organização social, a filiação linguística, partindo de uma investigação histórica do tronco Aruak e algumas relações comparativas da Língua Apurinã para a compreensão das relações sociais, culturais e linguísticas relacionadas ao papel social que a Língua Apurinã possui no contexto atual. Em segmento final do capítulo um, faremos uma análise da cultura e do léxico da Língua Apurinã, para assim compreendermos os múltiplos olhares que os grupos Apurinã possuem de sua realidade.

No capítulo dois, apresentaremos a metodologia da pesquisa, segmento que esclarece a escolha do método e a categoria de pesquisa utilizada em campo, assim como o referencial teórico, que tem como bases teórico-metodológicas Malinowsky (1976), com a abordagem do fazer etnográfico. Na sequência do capítulo 2, analisaremos o contexto da pesquisa e as possibilidades do uso da língua materna na escola municipal Apurinã Mekaro da comunidade, a aplicação do questionário sociolinguístico, assim como a abordagem utilizada, que contribuíram para a geração de dados, o perfil e seleção dos participantes da pesquisa.

O capítulo três abordará aspectos do referencial teórico, que apresenta a teoria dos atos de fala sob a abordagem da etnografia dos atos de fala, de Dell Hymes (1986), e na perspectiva da Etnossintaxe da Língua Apyawã, de Paula (2014). A essa abordagem contextualizamos: Boas (1958; 1974), Sapir (1921; 1974), Whorf (1974) com as concepções antropológicas e as relações entre língua e sociedade e como as

estruturas linguísticas são influenciadas pelos fatores sociais, Labov (1972). A esses estudos, faremos algumas considerações para a compreensão da pesquisa etnográfica. Em continuação, destacaremos: as leis brasileiras que garantem as políticas públicas para a Educação Escolar Indígena, conforme Bonin (2012), e as bases da LDB e PNE que possibilitam e asseguram a Educação Escolar Indígena. Em seguida, conforme proposto no capítulo 3, continuaremos analisando o contexto da Escola Municipal Apurinã Mekaro na comunidade São Francisco do Guiribé, suas possibilidades de fala, as práticas docentes e o uso da língua materna para o ensino infantil, com fundamento em Freire (1967; 1968). Na sequência do capítulo, trataremos do uso da língua entre os Apurinã e de como são compartilhados saberes considerados importantes para a comunidade. Apresentaremos um recorte histórico da educação escolar indígena no município de Manacapuru e destacaremos a atuação dos professores indígenas como multiplicadores da fala em suas comunidades. Em sequência do capítulo três, abordaremos a base de estudo desta dissertação – os atos de fala. Contextualizaremos como atos de fala da comunidade São Francisco do Guiribé os momentos sociais do *Kyynyry* (item 3.5.1) como eventos de fala coletivo da sociedade Apurinã em que estão presentes os cantos (item 3.5.2), considerados, neste estudo, mecanismos de produção da língua e os atos de nomeação (item 3.5.3) dos indivíduos com nomes na Língua Apurinã, que possibilitam ao nomeado ser sujeito de sua cultura linguística.

O capítulo quatro constitui-se da análises dos resultados obtidos através da pesquisa etnográfica e das entrevistas com os participantes. Na seção 4.1, apresentaremos o *locus* onde foi realizada a pesquisa, as definições dos informantes quanto a faixa etária e sexo e os critérios de inclusão e exclusão para participantes da pesquisa. Em continuidade apresentaremos os dados em forma de quadros e gráficos com as informações dos informantes, que serão relevantes para que se possa ter um resultado claro e próximo da realidade linguística dos participantes. Destacaremos na seção 4.1.1 resultados, os quadros 13 e 14 com dados dos informantes do sexo masculino e feminino que possuem e não possuem nome na Língua Apurinã, informações que revelam a hipótese dos atos de fala referente a nomeação na língua materna apresentado no item 3.5.3. Em continuação do quarto capitulo, destacaremos o item 4.2 contribuição do mapa sociolinguístico da comunidade com o objetivo de

compreendemos os espaços de fala onde as línguas Apurinã e Portuguesa são compartilhadas.

CAPÍTULO UM - ETNOGRAFIA

O capítulo a seguir apresenta a etnografia do povo Apurinã, desde suas origens na bacia do rio Purus, a herança de seu território, a invasão e tomada pelos colonizadores e as frequentes guerras que culminaram com a dispersão de seu povo. Esse panorama etnográfico se caracteriza pela organização social em dois clãs - *Xuapurynery e Metymanety* - com pertencimento patriarcal, que, para os Apurinã, funciona como a principal lei de organização de seu povo. Será através da etnografia desse povo que compreenderemos as relações históricas que definiram tanto o nome quanto a Língua Apurinã, contextualizados nas pesquisas de Coutinho (1963), Chandless (1866), Polak (1894) e Facundes (2000). Em continuidade ao capítulo 1, será apresentada a condição de pertencimento da Língua Apurinã ao tronco Aruak, segundo os estudos históricos e linguísticos de Facundes (1994). Compreensão apresentada pelo papel social da Língua Apurinã, suas relações lexicais e os múltiplos olhares perante a realidade.

1.1 Etnografia do Povo Apurinã

Os Apurinã são conhecidos historicamente como povo guerreiro, que, em épocas passadas, eram temidos por outros povos indígenas da região da bacia do rio Purus. Por causa disso, pode-se inferir que, entre os Apurinã, há uma herança cultural que explicaria sua resistência quando comparados aos outros povos autóctones que habitaram a região amazônica. Com a chegada dos colonizadores e seringalistas, a paisagem territorial dos povos Apurinã foi transformada, sendo o modo de convivência afetado e transformado em grandes áreas para o cultivo da agricultura e da pecuária

– “terras que eram habitados pelos Apurinã a milhares de anos desde a saída da terra sagrada”[1]. (SCHIEL, 2004, p. 57).

Os Apurinã vivem e se organizam socialmente em dois clãs, cuja linhagem é transmitida sob o sistema patriarcal, e as uniões acontecem em clãs distintos. Os *Xuapurynery (Xoapuruneru)* são os que não podem comer dois tipos de inambu (inambu relógio e inambu macucau) e os *Metymanety (Metumanetu*) são os que não comem porquinho do mato e Caititu. O casamento correto é entre *Xuapurynery* e *Metymanety.* Duas metades, portanto, matrimoniais exogâmicas com pertencimento pela linha paterna. Essa dualidade não implica em divisão de espaço. As comunidades Apurinã têm tamanhos variados, não havendo relação de pertencimento único dentro de uma mesma comunidade (SCHIEL, 2004, p. 62). Na comunidade São Francisco do Guiribé, *lócus* da pesquisa, revelou-se que esse grupo herdou de seu fundador a linhagem *Xuapurynery.*

1.2 Panorama histórico do povo Apurinã, antes da segunda metade do século XIX

Os primeiros colonizadores da região da bacia do rio Purus, no Estado Amazonas, antes da segunda metade do século XIX, utilizavam-se da mão de obra indígena na exploração das drogas do sertão, principalmente a extração da seringueira. Os Apurinã, como moradores permanentes dessas terras e circundantes desse rio, tiveram seu território reduzido, sua organização social e suas práticas culturais afetadas, assim como suas crenças quase que destruídas pelo contato com os não índios, e, como meio de preservação de suas tradições, buscaram outros lugares ou territórios para convierem em comunidades.

---

[1] Narrativa mítica Apurinã e as relações de proximidades linguísticas com a Língua Kaxarari – língua classificada como Pano.

No alto curso do rio Purus e baixo rio Acre, estavam estabelecidas diversas comunidades da família Aruak: Apurinã, *Manchinery,*[2] *Kulina*[3], *Camarari*, *Piro, Ashaninka*[4]. Esses grupos se espalharam desde a confluência do município de Pauini (AM) com o rio Purus até a região das encostas orientais dos Andes peruano acerca de, aproximadamente, cinco mil anos Urruth (URRUTH, 2015, *apud* FACUNDES, 2000).

Segundo Bezerra (2019, p. 12), o povo Apurinã vem sendo citado nos estudos desde os relatos da exploração da bacia do rio Purus, no ano de 1863, quando J. M. da Silva Coutinho apresentou relatório de suas explorações ao então presidente da província do Amazonas[5]. Desde então outros documentos e estudos revelam a permanência dessa etnia na região da bacia do rio Purus/AM.

Com relação à definição do nome dessa etnia, há um confronto de posições ideológicas heterogêneas que foram usadas ao longo dos tempos. Nelas as produções textuais apresentadas determinam mudanças consideráveis para a apresentação da nomeação e constituição de Apurinã como sendo uma palavra que se refere semanticamente ao 'povo' e à 'língua'. Ou seja, em outros casos apresentados como item lexical que apenas faz referências à língua e a sociedade em questão. Em Coutinho (1963), o item lexical apresenta o registro gráfico ipuriná. Em Chandless (1866), identificou-se como hypuriná. Em Polak (1894), sob ipuriná e, nos estudos de Facundes (2000), apurinã (BEZERRA, 2000, p. 8). Destacamos que todos esses registros e pesquisa foram de grande importância para o aprofundamento e

---

[2] Autodenominação Yine. Ocupam atualmente uma parte da região sul do Estado do Acre no Brasil e outros pontos no Peru e Bolívia. Sua população está estimada em 38 (Censo Nacional de Poblacion y Viviendas, 2012), 1214 (SIASI/SESAI, 2014), 90 (INEI, 2007). Família linguística Aruak (do ramo Maipure).

[3] Autodenominação Madiha (pronuncia-se madirrá). Ocupam atualmente aldeias às margens dos rios Juruá e Purus (Acre). Sua população está estimada em 7211 (SIASI/SESAI, 2014), 417 (INEI, 2007). Família linguística Aruwá.

[4] Autodenominação Ashaninka. A área de ocupação dos Ashaninka estende-se por um vasto território, desde a região do Alto Juruá e da margem direita do rio Envira, em terras brasileiras, até as vertentes da cordilheira andina no Peru, ocupando parte das bacias dos rios Urubamba, Ene, Tambo, Alto Perene, Pachitea, Pichis, Alto Ucayali e as regiões do Gran Pajonal.

[5] No ano de 1863 a província do Amazonas teve três governadores: Manuel Clementino Carneiro da Cunha, 24 de novembro de 1860 – 7 de janeiro de 1863; Manoel Gomes Correia de Miranda, 07 de janeiro - 07 de fevereiro de 1863 e Sinval Odorico de Moura, 7 de fevereiro – 07 de abril de 1864.

análise histórica que serviram de reflexões para o entendimento sobre a língua dessa sociedade indígena.

A Língua Apurinã pertence ao tronco linguístico Maipure-Aruak[6], do ramo Purus (FACUNDES, 1994). Esse povo não se entende, linguisticamente, com seus vizinhos Jamamadi[7], na região de Pauini, nem com os Paumari[8], na região de Lábrea. A língua mais próxima, segundo Facundes (2000), seria a dos Manchineri ou Piro e Inãpari[9], que se localizam na bacia do alto Purus, em território brasileiro em direção ao Peru e, no Peru, principalmente a bacia do baixo Urubamba.[10] Uma explicação para a semelhança entre essas línguas é relacionada, segundo o linguista, através do contato que os Apurinã tiveram durante muito tempo com os Manchineri. Para os Apurinã o domínio de outras línguas, como no caso do povo Kaxarari[11], se dá por explicação mitológica: "os dois povos saíram juntos da terra sagrada*".*

Os grupos humanos, desde a era pré-histórica, tendem a formar novos territórios em busca de suprimentos para as suas necessidades. Para os indígenas a busca de territórios em outros lugares ocasiona uma forma de reafirmação de sua identidade, fato este que se torna referências simbólicas de sua cultura e de suas tradições. Os grupos fragmentados, em alguns casos, não dispõem de referências territoriais que possam assegurar sua existência, por isso mesmo eles criam suas ordens e seus espaços.

A cultura de um grupo determina características próprias, que permitem aos seus indivíduos manifestar suas capacidades de comunicação e interação entre

---

[6] O Maipure é uma língua extinta da família linguística Arawak.

[7] Os Jamamadi fazem parte dos povos indígenas pouco conhecidos da região do rio Juruá e médio Purus, que sobreviveram aos dois ciclos da borracha, em meados do século XIX. Estão localizados nas regiões do igarapé Curiá e Saburrun (Sabuhã), afluentes do rio Piranhas; e nos igarapés Mamoriazinho, Capana, Santana e Turuini, afluentes do Peru. Sua população é aproximativamente de 800 indivíduos, segundo (FUNAI/PPTAL 2000).

[8] Os Paumari chamam sua língua de Pamoari. Pertencem à pequena família Arawá da Amazônia Ocidental. Até agora não foram descobertas línguas da mesma família.

[9] É uma localidade peruana da província de Tahuamanu, na região de Madre de Dios. Está localizada na tríplice fronteira formada, além do Peru, por Brasil (Assis Brasil, Acre) e Bolívia (Bolpebra, Pando).

[10] É um dos principais rios peruanos e faz parte da bacia do Amazonas.

[11] Habitam na fronteira entre Rondônia e Amazonas, nas proximidades da rodovia federal BR-364. A população Kaxarari foi estimada em cerca de 2 mil índios (MASÔ, 1910). Língua da família Pano, semelhante ao idioma falado pelos Yaminawa, Kaxinawa, Yawanawa, Nukini, Katukina e Poyanawa, que vivem no Acre.

grupos. A interação poderá ser definida pelas ações dos indivíduos em um mesmo espaço ou fora dele em ambientes que se integram ou que se opõem. Com isso, grupos indígenas de etnias diferentes, em muitos casos, juntam-se em sociedade, convivem sob outras culturas e com outros hábitos, assim, frente a um mundo diferente do seu, usam da relação sociedade para o enfrentamento da vida e preservação de suas culturas e tradições. “Os grupos têm a necessidade de se juntar em comunidade para dar sentido a sua presença neste mundo, de se assimilar a um território que é para eles, um refúgio e um espaço onde se sentem protegidos, conhecidos e reconhecidos" (CLAVAL, 1999, p. 90).

No sentido de território material temos a afirmação:

> O território dos indígenas não se define apenas pela apropriação material, mas um princípio cultural de identificação, de pertencimento, onde comporta uma visão de mundo, onde o valor simbólico tem sua força (HAESBAERT, 2007).

1.3 Localização

Em estudos bibliográficos sobre a localização do povo Apurinã, é possível notar o quanto esse grupo se dispersou desde a chegada dos colonizadores à região da bacia do rio Purus, no estado do Amazonas, antes da segunda metade do século XIX. É possível localizar comunidades Apurinã em pelo menos 20 terras indígenas nos vários municípios do estado do Amazonas, dentre eles: Boca do Acre, Pauini, Lábrea, Tapauá, Humaitá, Beruri, Manaquiri, Careiro Da Várzea, Careiro Castanho, Manacapuru e Manaus. A grande maioria das terras indígenas dos Apurinã encontra-se demarcada ou registrada. Em pesquisas demográficas referentes ao ano de 2010 feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do ano de 2015, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI); e pelo Instituto Socioambiental, no ano de 2019, foi possível mapear as localizações aproximadas em que está distribuído o povo Apurinã por todo o Brasil[12].

---

[12] Censo Demográfico 2010, com base no quesito cor ou raça. Disponível em: http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/img/05-Dez/pdf-brasil-ind.pdf. Acesso em: 19

Essas fontes não revelam sobre a distribuição correta e o número exato dos indivíduos da etnia Apurinã, muito menos sobre seu grau de instrução e, ainda, sobre a situação socioeconômica para temos um relato real de como esses grupos convivem.

1.3.1 Chegada dos primeiros Apurinã em Manacapuru

O fato de os Apurinã viverem dispersos em vários lugares contribui para o desconhecimento de sua população real. Na pesquisa de campo, relatos dos participantes contam que a primeira família Apurinã vinda do baixo rio Acre chegou ao município de Manacapuru na década de 70. Era uma família composta por 06 (seis) pessoas que, em busca de melhorias de vida, tentaram chegar até a capital, Manaus, mas acabaram fixando residência no município de Manacapuru, território propício para a convivência em comunidade. Hoje, no município de Manacapuru, existem 5 (cinco) comunidades Apurinã como mostra o quadro 02 desta dissertação.

Na coleta de dados, o número de indivíduos na comunidade pesquisada não é exato. O controle dos membros dessa comunidade, realizado no Polo de Saúde Indígena do município de Manacapuru[13], revela que muitas famílias que se dizem pertencer à comunidade Guiribé fixaram residência nos bairros da cidade ou em comunidades não indígenas da zona rural do município. Esse comportamento sugere que, para muitos Apurinã desse grupo, a convivência em comunidades não supre suas necessidades básicas, sendo necessária a busca social por outros lugares e modos de vida ou em sociedade não indígena. É essencial colher a “verdade” de todo sentimento, estilo de vida e comportamento coletivo. Isso só é possível quando se analisam os contextos sociais, culturais e políticos em que um fenômeno particular existe, assim como o próprio fenômeno (BAUMAN, 2005. p. 8).

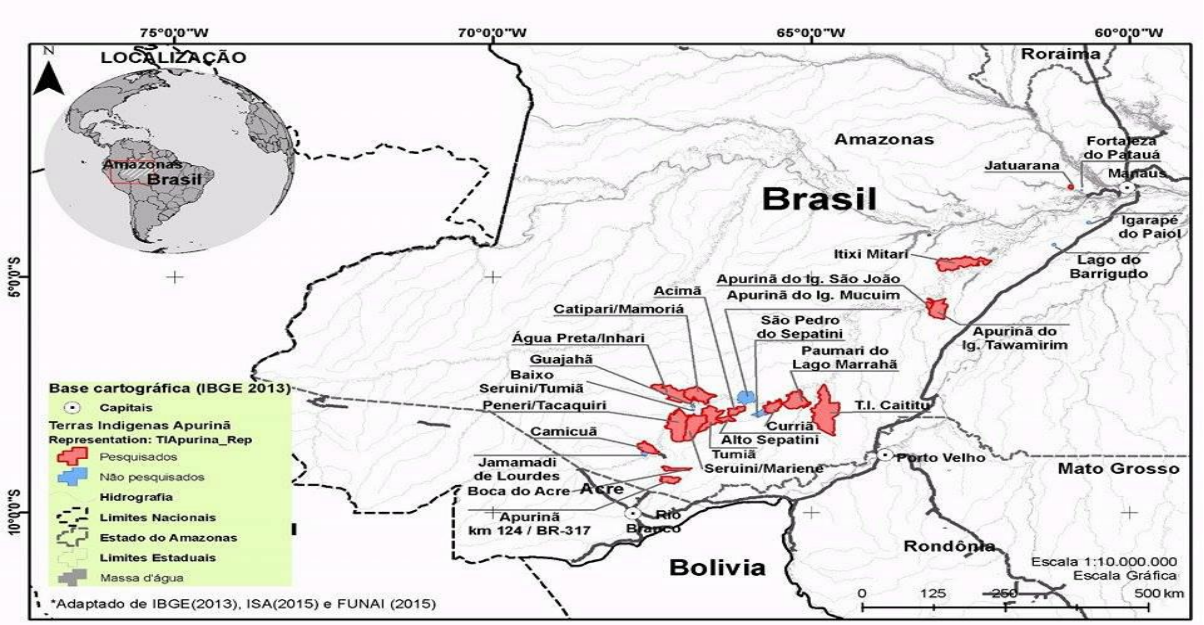
---

de janeiro de 2019. Instituto Socioambiental. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apurin%C3%A3. Acesso em: 26 de fevereiro de 2019.

[13] O número aproximado de indivíduos Apurinã está no quadro 2, Quadro Geral das Comunidades Apurinã no Município de Manacapuru, e revela essa realidade.

O mapa a seguir, elaborado por Facundes; Lima-Padovani e Freitas, no ano de 2016, revela a localização das terras consideradas território Apurinã na bacia do Purus, no Sudeste do Estado do Amazonas.

FIGURA 01: Mapa da localização aproximada de Terras Indígenas Apurinã na Região do Estado do Amazonas.



Fonte: FACUNDES; LIMA-PADOVANI e FREITAS (2016)

Segundo dados do censo do IBGE, realizado em 2010, a população brasileira somava 190.755.799 milhões de pessoas. Ainda segundo o censo, a população indígena representava 817.963 mil pessoas, distribuídas em 305 diferentes etnias. Os dados do censo 2010 registraram 274 línguas indígenas no país.

Segundo os dados do IBGE, os povos Indígenas estão presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a Região Norte do país é a que concentra o maior número de indivíduos, 305.873 mil pessoas, cerca de 37,4% do total. Ainda segundo o censo, na Região Norte, o estado com o maior número de indígenas é o Amazonas, representando 55% do total da população indígena da região.

Segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, no ano de 2001, a população Apurinã era de 2.800 pessoas. Em 2003, conforme a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, tal grupo contava com 4.087 indivíduos. Esse número pode ser de 7.000 a 9.000, representando cerca de 3% da população indígena do país, dependendo da

fonte de consulta e da distribuição em território brasileiro[14]. Esse contraste revela que muitos Apurinã moram fora de comunidades indígenas, o que, consequentemente, revela que a população de pessoas desse grupo deve ser ainda maior.

Já no município de Manacapuru/AM, a população indígena está dividida por comunidades. Em alguns casos, grupos étnicos diferentes convivem no mesmo espaço comunitário. Abaixo o quadro das comunidades indígenas no município de Manacapuru/AM, com destaque para o quadro 02, a distribuição da etnia Apurinã nas comunidades.

QUADRO 01: Quadro Geral Das Comunidades Indígenas Do Município De Manacapuru (2019)

COMUNIDADES	ETNIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
FORTALEZA	APURINÃ	14	14	28
GUIRIBÉ	APURINÃ	32	41	73
IGARAPE DO ESP. SANTO	TICUNA	11	11	22
JATUARANA	APURINÃ	26	29	55
KATXIPIRI	APURINÃ	55	57	112
SAHU-APÉ	SATERE- MAUÉ	21	13	34
SANTO ANTÔNIO	TICUNA	04	05	09
SÃO F. DO PATAUÁ	TICUNA	30	30	60
ROSA VERMELHA	ARARA	07	15	22
TSURÁ	APURINÃ	31	40	71
TURURUKARI-UKA	KAMBEBA	25	25	50
TOTAL: **11 COMUNIDADES**	**05 ETNIAS**	**256**	**280**	**536**

FONTE: Polo Base de Saúde Indígena de Manacapuru – 2019

Conforme dados do Polo de Saúde Indígena do município de Manacapuru do ano de 2019, e organizados no quadro 01, 05 (cinco) grupos pertencentes a etnias indígenas - Apurinã, Ticuna, Sateré-Mawé, Arara e Kambeba - estão distribuídas em 11 (onze) comunidades, totalizando 536 indivíduos, na faixa etária que varia de 0 anos

[14] O Censo Demográfico 2010 contabilizou a população indígena com base nas pessoas que se declararam indígenas no quesito cor ou raça e para os residentes em terras indígenas que não se declararam, mas se consideraram indígenas. O Censo 2010 revelou que, das 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, 572 mil, ou 63,8%, viviam na área rural e 517 mil, ou 57,5%, moravam em terras indígenas oficialmente reconhecidas.

(meses) a 99 anos. A etnia Apurinã se destaca na distribuição do quadro 01 com o maior número de comunidades, 05 (cinco) no total: comunidade Fortaleza do Patauá, São Francisco do Guiribé, Jatuarana, Katxipiri e Tsurá. A seguir o quadro 02 apresenta a distribuição das comunidades Apurinã no município de Manacapuru no ano de 2019.

QUADRO 02: Quadro Geral Das Comunidades Apurinã No Município De Manacapuru (2019)

COMUNIDADE	ETNIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
FORTALEZA	APURINÃ	14	14	28
GUIRIBÉ	APURINÃ	32	41	73
JATUARANA	APURINÃ	26	29	55
KATXIPIRI	APURINÃ	55	57	112
TSURÁ	APURINÃ	31	40	71
TOTAL	**05 COMUNIDADES**	**158**	**181**	**339**

FONTE: Polo Base de Saúde Indígena de Manacapuru – 2019

O quadro 02, quadro geral das comunidades Apurinã no município de Manacapuru 2019, revelou que a etnia Apurinã representa 61% da população indígena do município, distribuída em 05 comunidades. Uma parte do povo Apurinã nega a identidade e a sua cultura ou se acultura conforme suas necessidades. Estes se distanciam das comunidades indígenas e residem nos bairros, comunidades ribeirinhas não indígenas ou próximas das estradas que dão acesso ao município.

> As “comunidades” (às quais as identidades se referem como sendo as entidades que as definem) são de dois tipos. Existem comunidades de vida e de destino, cujos membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer[15]) vivem juntos numa ligação absoluta e outras que são “fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios” (BAUMAN, 2005).

[15] Ver Siegfried Kracauer, Ornament der Masse, Suhrkamp, 1963.

As comunidades indígenas do município de Manacapuru possuem um conselho de representantes indígenas a quem é delegada autonomia de decisões em nome de todos os membros das etnias indígenas e está ligado diretamente aos Conselhos Indígenas do Estado do Amazonas - CIEA. Parte desse conselho municipal está na Secretaria de Educação do município, a qual abordaremos no capítulo três.

A seguir a distribuição das comunidades no município de Manacapuru/AM.

FIGURA 02 – Mapa Com A Localização Aproximada Das Comunidades Indígenas Do Município De Manacapuru Amazonas Ano 2019

FONTE: DSEI MANAUS/Polo Base Manacapuru

As bases de informações disponibilizadas no site da FUNAI relatam que os Apurinã vivem em 24 terras indígenas. No site Povos Indígenas do Brasil são citadas 27 terras, incluindo os casos de convivência com outras etnias, não só no Estado do Amazonas, mas também nos estados de Rondônia e Mato Grosso.

Segundo informações retiradas do site da Funai: nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades:

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas: São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

Reservas Indígenas: São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas que não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Além disso, vale destacar que existem reservas indígenas, que foram reservadas pelos Estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, mas que hoje são reconhecidas como de ocupação tradicional.

Terras Dominiais: São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil. Dessa forma, são estas as três modalidades de terras indígenas, nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96). Apesar disso, vale destacar também o instrumento administrativo de interdição de áreas (terras interditadas), instrumento que não deve ser entendido como modalidade de terra indígena, mas tão somente como instrumento administrativo utilizado para assegurar a proteção de comunidades ou grupos indígenas que vivem em situação de isolamento com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área, mas que não se trata de área, quando isoladamente considerada e *ceteris paribus*[16], sob domínio da União, antes, se trata de instrumentos para assegurar a proteção das comunidades ou grupos indígenas isolados (BRASIL, 2012).

A comunidade São Francisco do Guiribé está descrita na Fundação Nacional do Índio como Terra protegida, segundo artigo 231, da Constituição Federal, artigo Nº 18, § 1º da Lei 6001 de 19 de dezembro de 1973 e artigo Nº 161 do Código Penal Brasileiro.

---

[16] Em latim que significa "todas as outras coisas sendo iguais". Os especialistas usam isso para explicar a teoria por trás das leis da economia e da natureza.

1.4 Relações sociais, culturais e linguísticas

De acordo com a figura 02, as terras indígenas no município de Manacapuru/AM estão distribuídas tanto pela zona rural quanto pela zona urbana. Estão incluídas nessa distribuição variedades de grupos familiares que formam comunidades onde membros convivem sob o mesmo espaço social e atendem aos mesmos domínios tanto culturais quanto linguísticos.

Conforme Facundes (2000, p. 13-14), comunidades da etnia Apurinã estão entre as mais espalhadas do Brasil, sendo suas migrações resultantes de fatores internos que fazem parte de sua vivência social. O autor destaca os três principais motivos, que são: i) conflitos internos, muito presentes nas comunidades Apurinã do passado, mas que ainda hoje podem ser identificados em alguns lugares. Tais conflitos ocorrem por diversos motivos (acusar ou ser acusado de bruxaria; brigas sob a influência de bebida alcoólica, por exemplo) e são geralmente resolvidos por meio de vingança. Um modo de evitar a vingança é se mudar para outra área, levando toda a família; ii) epidemias, que podem levar muitos membros ou uma comunidade inteira a migrar para outra área. A crença é a de que, ao deixarem a área em que ocorreu o surto, os sobreviventes podem ser capazes de evitar a doença; iii) morte de membros da família. Segundo o autor, uma análise antropológica desse terceiro fator ainda precisa ser feita.

Questões antropológicas e sociológicas à parte, e mantendo estreita relação com a cultura para o entendimento de questões linguísticas, buscaremos algumas indagações que, nos estudos de Facundes (2000), nos deixam uma imensa troca de conhecimentos sobre o povo Apurinã.

Sobre a língua Apurinã, o autor apresenta dados linguísticos que tratam da sua estrutura. São dados fonético-morfológicos e sintáticos, além de relatos de memória e das tradições da sociedade Apurinã. Toda sua experiência é resultado de convivência com o povo e de estudos sobre a Língua Apurinã. As informações fornecidas - sejam elas linguísticas ou não - oferecem um leque de conhecimentos sobre a cultura e a sociedade Apurinã desde os primeiros relatos apresentados sobre suas origens e vivência na bacia do rio Purus. Falar sobre o povo Apurinã é tentar

entender as transformações pelas quais esse grupo passou durante os séculos de existência, é tratar a língua como elemento fundamental da cultura e das relações sociais e que dão a eles identidade.

Segundo Facundes (2000), o termo Apurinã é usado no Brasil para se referir ao povo que se autodenomina *pupykarywakury* (em que *wukury* corresponde ao plural). A referência pelo indígena dessa sociedade à sua língua em sua própria língua se materializa pela expressão *"Pupỹkary sãnkyri"* (FERREIRA, 2014, p. 03), que corresponde em português à expressão "Língua Apurinã. As formas de expressão *pupỹkary* e *pupỹkaru* são usadas para fazer referência aos membros dessa sociedade, no masculino e no feminino, respectivamente. Ambos os termos também podem se referir a "não brancos" de modo genérico, em algumas comunidades.

Apurinã possivelmente surgiu da palavra *"Ipuriná",* de acordo com Ehrenreich (1891, p. 109, *apud* Facundes, 2000, p. 3). Esta última, segundo Ehrenreich, seria, possivelmente, de origem *Katawixi,* grupo distinto da mesma região em que vivem os Apurinã. A construção discursiva do referente nome Apurinã é recente. A expressão surge em função de uma "política de reafirmação" de fronteiras étnicas e identitária a partir da década de 1970 (BEZERRA, 2000).

1.4.1 Organização Social.

Segundo Schiel (2004), os Apurinã possuem uma organização social deixada pelos seus antepassados e que ainda está presente em algumas comunidades desse grupo. A divisão básica diz respeito às duas metades que determinam a relação de pertencimento tanto cultural quanto das práticas cotidianas do grupo. Schiel afirma:

> Uma das primeiras coisas que um Apurinã explica sobre seu povo é que este é dividido em duas "nações", *Xoaporuneru* e *Metumanetu*. Pertencer a um destes grupos é determinado grupo ao qual pertence o pai, se este é *Xoaporuneru*, o filho ou filha também o será.
>
> Para cada uma das "nações" há proibições naquilo que se pode e não se pode comer: os *Xoaporuneru* não podem consumir certos tipos de inambu (inambu relógio e inambu macucau), e aos *Metumanetu* é proibido comer porquinho do mato. O casamento correto é entre *Xoaporuneru* e *Metumanetu*. Duas metades, portanto, matrimoniais exogâmicas, com pertencimento pela linha paterna.

> Se a divisão básica é entre dois tipos de gente, duas “nações”, esse dualismo em nada implica em uma divisão espacial. As comunidades Apurinã têm tamanhos muito variados e não há garantias de que haja pessoas das duas metades em uma comunidade.
>
> Acredito, na verdade, que a palavra “nação” traduza, melhor do que “metade”, o que os Apurinã têm em mente quando falam desta divisão. Nas falas das pessoas, *Xoaporuneru* e *Metumanetu* parecem menos duas “metades” de um povo do que dois povos distintos (SCHIEL, 2004, p. 62).

Os membros do mesmo clã são considerados irmãos, não podendo se casar entre si, embora esse sistema não seja usado em algumas comunidades, no contexto atual (FACUNDES, 2000).

Na comunidade São Francisco do Guiribé, no município de Manacapuru/AM, conforme pesquisa sociolinguística, seus membros se autodeterminam parte do clã dos *Xoapurynery ou Xua* como muitos responderam na entrevista. Essa herança se deu de maneira patriarcal trazida por João[17], primeiro Apurinã a chegar ao município de Manacapuru, junto com sua esposa, quando, muito provavelmente na década de 70, fundou a comunidade do Guiribé. Hoje essa comunidade conta com 27 famílias e 73 membros que convivem sob os poucos costumes deixados pelo seu fundador.

Com relação à organização de cada comunidade Apurinã no município de Manacapuru, elas variam de acordo com o seu território ou área que ocupam. A comunidade São Francisco do Guiribé situa-se na zona urbana; suas terras são banhadas pelo rio Miriti e parte do rio Solimões. Sua área é pertencente ao Bairro Correnteza, que possui cerca de 10.000 habitantes, tendo em sua extensão um fluxo considerável e impulsiona as relações comerciais. Como já dissemos, a comunidade Guiribé, como é mais conhecida, possui 27 famílias e 73 pessoas, que vivem em casas feitas de madeira, com poucos cômodos; em alguns casos, uma única família reside. Os espaços da comunidade servem para o convívio dos seus membros assim como para as práticas sociais e culturais. Na comunidade há ainda um campo de futebol,

---

[17] O nome aqui apresentado é fictício.

área comunitária onde são realizadas as festividades, a Escola Municipal de Ensino Fundamental I Apurinã Mekaro e a Igreja católica São Francisco de Assis.

Apesar da forte influência da sociedade envolvente e do português, na cultura e na língua dos moradores da comunidade, podemos analisar dois momentos ou eventos em que as falas na língua materna ainda fazem parte das interações coletivas e individuais do grupo: i) O *Kyynyry (ou Xingané)*, evento social no qual destacaremos o canto Apurinã como ato coletivo; ii) e as práticas de nomeação (momento em que o indivíduo nascido na comunidade recebe um nome na Língua Apurinã), como atos de fala presentes nas interações individuais. A esses temas abordaremos com mais ênfase no capítulo 3.

Como se observou na pesquisa, a Língua Apurinã e as práticas consideradas tradicionais na comunidade de pesquisa estão em processo de obsolescência. Esse fenômeno está relacionado à pressão que esse grupo recebe diariamente da Língua portuguesa e da sociedade envolvente, que, a cada dia, determina imposições e valores externos, num processo contínuo de aculturação, como a realidade da comunidade. A esses aspectos, a língua materna, considerada nesse contexto como minorizada, é cada vez mais sufocada pela língua e pela cultura não indígena. No capítulo 4, abordaremos em gráficos essa realidade.

Segundo dados do Atlas da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) das Línguas do Mundo em Perigo de Extinção, ano de 2010, a Língua Apurinã está no grau de gravemente ameaçada, em razão da transmissão linguística intergeracional, apontada como definitivamente em perigo.

QUADRO 03 – Línguas Em Perigo De Extinção - Unesco 2010

Grau de Perigo	**Transmissão de Linguagem Intergeracional**	
	Seguro	A linguagem é falada por todas as gerações; a transmissão intergeracional é ininterrupta >> não incluída no Atlas
○	Vulnerável	A maioria das crianças fala a língua, mas pode ser restrita a certos domínios (por exemplo, casa).
●	Definitivamente em perigo	As crianças não aprendem mais a língua como língua materna em casa.

	Gravemente ameaçado	A língua é falada pelos avós e pelas gerações mais velhas; embora a geração dos pais possa entender, eles não falam para os filhos ou entre si.
	Em perigo crítico	Os falantes mais jovens são avós e mais velhos, e eles falam a língua parcialmente e com pouca frequência.
	Extinto	Não há mais falantes >> incluídos no Atlas se presumivelmente extintos desde os anos 1950.

FONTE: Atlas das Línguas do Mundo em Perigo - UNESCO/2010

Como já mencionado, e com bases de estudos sobre a população Apurinã, fica impossível determinar com exatidão o número de indivíduos desse grupo devido às migrações territoriais. Segundo Facundes (2000), na região da bacia do rio Purus há cerca de 2000 indivíduos Apurinã, incluindo tanto os que moram na zona rural quanto na zona urbana; desses, segundo o autor descreve, menos de 30% falam fluentemente a língua, sendo geralmente os mais velhos. Em suas conclusões o autor afirma que “é impossível ser preciso quanto a população Apurinã devido à forte, mas dispersa presença nas periferias de pequenas comunidades todas ao longo do rio Purus”. Segundo Chagas (2007 *apud* FACUNDES, 2000), em novembro de 2003, eram 4.057 indivíduos. Em 2010, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, eram 6.842, considerando aqueles que vivem em regiões rurais e urbanas da região do rio Purus. De acordo com dados da Siasi/Sesai (2012), chegaram a 8.300 indivíduos (FREITAS, 2017, p. 29).

Na comunidade São Francisco do Guiribé, segundo dados do DSEI no ano de 2019 vivem em torno 27 famílias Apurinã. A pesquisa de campo revelou que 73 indivíduos dizem pertencer à comunidade, mas aproximadamente 32 possuem residência na comunidade.

1.4.2 Filiação do Tronco Aruak

Esta pesquisa é sobre os atos de fala na comunidade São Francisco do Guiribé, da etnia Apurinã, mais precisamente sobre como se dá, na cultura desse povo, esse processo, considerando não só aspectos da cultura e da língua, como também a

organização social e a realidade das vivências em grupo. Ao analisar fatores relacionados à origem dessa etnia e nos aprofundar nas riquezas da cultura, da língua e da cosmologia Apurinã, não deixaríamos de pontuar as possibilidades de trajetória da origem da língua ao longo da história desse povo. A Língua Apurinã com todas as transformações, tradições e relações cosmológicas luta pela sobrevivência em um contexto desleal e autoritário.

Estudar a Língua Apurinã e as relações desafiadoras de sobrevivência dessa etnia requer que o pesquisador, antes de tudo, se debruce sobre as narrativas míticas, as tradições ainda praticadas e saiba como esses conhecimentos estão sendo repassados a esse grupo. A língua materna é usada com enunciados que se referem às paisagens existentes e, com isso, cria-se, além de interação com o grupo, reflexões de como a natureza funciona. Os fenômenos naturais motivam as narrativas míticas, que se configuram com gestos, sons e cantos, produzindo a língua em uso, a língua como ato de fala. Esse conjunto de eventos (eventos de fala), em um grupo possibilita a preservação da fala ocasionando narrativas que somente a língua pode repassar.

Os estudos de Alexandra Yurieva (2002), sobre tipologia linguística, especialmente sobre o grupo Aruak, revelam que o tronco Aruak possui o maior número de línguas da América do Sul, abrangendo parte da América Central. É o caso de países como Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela e Colômbia. Peru e Brasil ainda possuem grupos de falantes Aruak, ao passo que países como Paraguai e Argentina não têm representantes nos estudos recentes de grupos de falantes desse tronco. Segundo a autora, os povos Taino[18] estavam relacionados com os Aruak da América do Sul. Logo após a chegada de Colombo, em 1492, esse povo dividiu-se, chegando à sua extinção cultural e linguística. A linguista aponta que o missionário italiano Filippo Salvadore Gilij foi o primeiro a reconhecer o grupo Aruak, em 1783, o qual fez comparações a grupos distintos, língua *Maipure* à língua *Moxo* (da Bolívia), nomeando *Maipure* a família. Mais tarde esse grupo linguístico recebeu o nome Aruak por Daniel Brinton, tendo em vista uma das mais importantes línguas

[18] Foram indígenas pré-colombianos que habitavam as Bahamas, as Grandes Antilhas e as Pequenas Antilhas do Norte do Caribe.

da família Aruak (ou *Lokano*), falada nas Guianas, ganhando aceitação nas décadas subsequentes (AIKHENVALD, 2005 *apud* FREITAS, 2017).

Apesar da imensa ascensão do grupo de Língua Aruak pela América do Sul, séculos atrás, hoje a maioria das línguas desse grupo está ameaçada de extinção. A forte influência das línguas nacionais[19]ou francas[20] nos países em que o tronco Aruak se perpetuou no passado ganhou gradativamente espaço nas culturas dos povos em detrimento daquelas faladas por povos Aruak. Em oposição a isso, a herança Aruak permanece em algumas línguas da América do Sul, como exemplo disto o espanhol que herdou em seu vocabulário palavras para se referir a nomes da fauna e da flora. As poucas Línguas Aruak ainda saudáveis nesse segmento incluem o Guajiro (Venezuela e Colômbia), Garifuna (América Central) e Campa, que constitui uma das maiores populações indígenas do Peru (FREITAS, 2017).

Em relatos de estudos bibliográficos como parte desta dissertação, destacamos as confirmações dos registros da Língua Aruak que foram coletados por missionários da segunda metade do século XX, sendo poucas as descrições linguísticas detalhadas sobre a língua dessa família. Segundo Yurieva (2002), registros dão conta que pertenciam ao grupo Aruak cerca de 40 línguas (é possível que esse número tenha sido alterado até os dias de hoje) (AIKHENVALD, 1999, *apud* FREITAS, 2017).

Em consonância com estudos recentes, Facundes (2000), adota o termo Aruak relacionando esse grupo a um conjunto de línguas indubitavelmente relacionadas genericamente com base em Payne (1991) e Aikhenvald (1999). Acredita-se que *Maipure e Aruá* correspondiam a subgrupos geneticamente linguísticos, denominando *Aruak.* O autor destaca que, por falta de conclusões mais detalhadas quanto a esse grupo de línguas, chegou-se à conclusão de que não haveria evidências suficientes para afirmar que os subgrupos *Maipure* e *Aruá* estariam geneticamente relacionados. Com isso, o autor destaca que o termo Aruak toma lugar do termo *Maipure*, que caiu em desuso após a publicação dos trabalhos de Payne (1991 *apud* FACUNDES, 2000).

---

[19] É falada num determinado território que, por refletir uma determinada herança étnico-cultural, representa um elemento caracterizador de uma consciência nacional.

[20] É a língua que um grupo multilíngue de seres humanos intencionalmente adota ou que é desenvolvida para que todos consigam sistematicamente comunicar-se uns com os outros.

Sobre o estudo do tronco linguístico Aruak, os autores supramencionados afirmam e classificam as línguas pertencentes a esse grupo, havendo, apenas, divergências nas propostas de classificação interna para tal grupo. Aikhenvald (1999, *apud* FREITAS, 2017, p. 32) dá destaque à origem da Língua Aruak. Em seus estudos a autora levanta a hipótese da origem entre os rios Negros e Orinoco – norte da Amazônia, essa hipótese baseiam-se no fato de que há, na região, uma alta concentração de estruturas linguísticas que divergem. O outro fato é que nessa região a agricultura se desenvolveu ocasionando o compartilhamento tanto da cultura quanto da língua.

Em contrapartida, autores como Walker e Ribeiro (2011, *apud* FREITAS, 2007) afirmam que tem sido apontado como o lugar de origem do grupo Aruak o nordeste amazônico; a isso se apegam por causa da diversidade linguística da região. Dentre esse pressuposto, basearam-se em estudos sobre o relacionamento filogenético da sociedades Aruak, a isso propõem duas possibilidades de possíveis origens do grupo Aruak: o litoral Atlântico e a Amazônia Ocidental indicando ser este último o provável.

1.5 O Papel Social da Língua Apurinã.

A pesquisa revelou a importância de escrever sobre a Língua dos Apurinã e seu papel social. Língua que recebeu e que recebe desde suas ancestralidades variações tanto no modo de fala quanto nas práticas de uso. Para esta pesquisa, não nos apegamos diretamente à estrutura da Língua Apurinã, e sim à tentativa de entender como a língua permanece como princípios de ressignificação de identidade desse grupo. Com isso, usamos como embasamento teórico Dell Hymes (1974), com a Etnografia da fala, e Paula (2014), com a “Etnossintaxe da Língua Apyãwa”. Ao referenciarmos a pesquisa, observamos os momentos em que a língua materna é usada na comunidade, ou seja, os atos que fazem a Língua Apurinã tomar seu papel social na comunidade. Como objeto desta produção destacaremos dois momentos em que os atos de fala se fazem presentes nos enunciados da língua materna e na comunidade: i) os atos de nomeação (o nome na língua a todos os membros nascidos na comunidade) e ii) os cantos (quando as narrativas míticas ganham significado).

Nesta dissertação destacamos ainda os momentos em que foram observados fatos que acabaram interferindo no andamento da pesquisa, como, por exemplo, a pandemia da Covid-19, que, no ano de 2020, tornou a vida dessa comunidade indígena mais difícil, considerando que ficou isolada por determinação das autoridades locais e nacionais, com isso, todos os acessos junto à comunidade foram proibidas por decreto federal, momento em que a pesquisa de campo e as visitas à comunidade tiveram que parar. Foi um longo período de angústia e aflições, pois, sem perspectivas para a continuidade, as leituras e a pesquisa bibliográfica precisaram se tornar intensas. Devido ao tempo de convivência com esse grupo na comunidade e fora dela o fator social causou-me um novo olhar, que necessita ser analisado em outros momentos.

Como bases teóricas de aspectos voltados à língua e cultura Apurinã, utilizamos os trabalhos antropológicos de Schiel (2004) e linguísticos de Facundes (2000), que serviram como fontes bibliográficas para análise linguística e cultural, para, assim, entendermos os comportamentos individuais e coletivos que determinaram os atos de fala estudados. São eles:

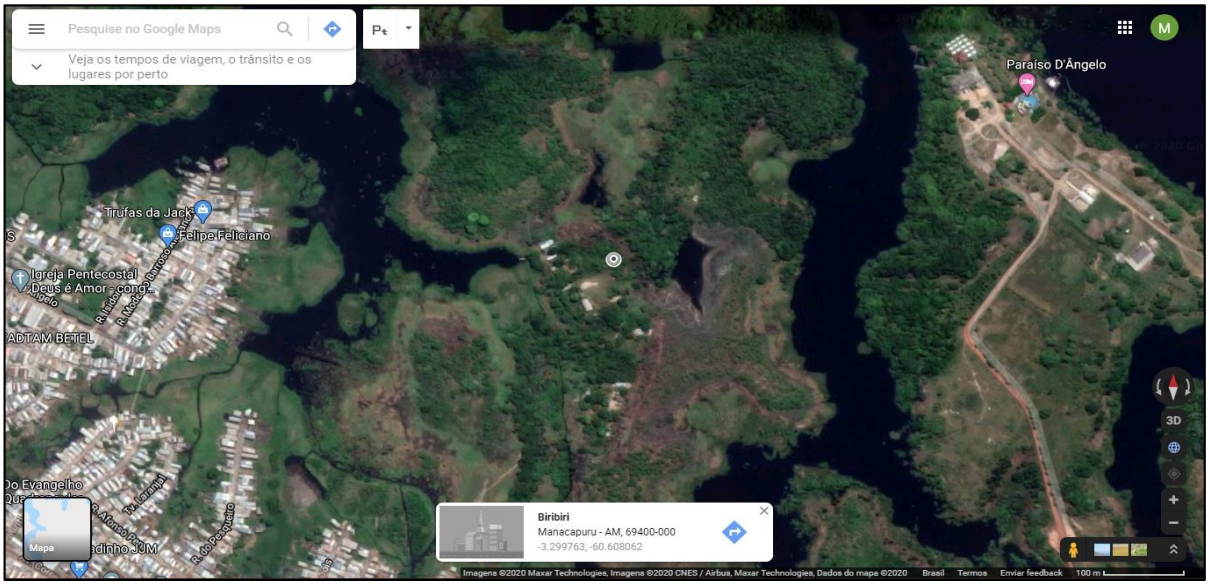
— Grupo da família linguística Aruak (para compreender como a língua é usada e contextualizá-la na comunidade).

— Rede de interações entre comunidades distantes. (Como dito no início desta dissertação, os grupos indígenas tanto Apurinã quanto das demais etnias possuem estreita harmonia, resultando em tomada coletiva de decisões).

— Como a base do circuito de reciprocidade se formaliza. (Mesmo vivendo em cinco comunidades no município de Manacapuru, os grupos Apurinã ainda se consideram, em respeito pelas duas metades ou clãs, *Xoaporuneru* e *Metumanetu*).

— A descida do rio Purus para o município de Manacapuru produziu diferentes efeitos sobre os Apurinã. (É indiscutível, nesse grupo, a relação com suas origens. Para os Apurinã, entender o passado de sua gente é aprender como eles devem permanecer atualmente e entender sua cosmovisão e a vida).

FIGURA 03 – Mapa Da Localização Da Comunidade São Francisco Do Guiribé. Município De Manacapuru - Amazonas



FONTE: google.com/maps.2. Disponível em: https://www.google.com/maps/@-3.2897449,-60.6495983,11910m/data=!3m1!1e3/. Acesso em: 10 de abril de 2020.

1.6 Uma Análise sobre Cultura e Léxico Apurinã. Um Olhar Múltiplo da Realidade.

A aquisição de uma língua por um indivíduo significa, linguisticamente, fazer parte de uma comunidade de falantes que, através da fala, poderá interagir e compartilhar seus conhecimentos através de um processo comunicativo. Significa também participar de atividades comuns e práticas de interação verbal, através do uso da fala ou da escrita. Dessa forma, no grupo, a língua, para esse indivíduo, determina seus pensamentos e seus modos de agir, tornando-o participativo de seu meio social.

Nesse sentido, ao adquirir a língua de um grupo, o indivíduo poderá ser capaz de compreender uma tradição, compartilhar uma história, ter acesso a uma memória coletiva, entender as alusões, opiniões dentre outras coisas do contexto. Não a adquirir ou ter um conjunto muito limitado de seus recursos, significa ver-se privado desse acesso. (DURANTI, 2000, p. 447- 448).

Em se tratando de cultura e do léxico, é relevante a compreensão destes como um sistema de participação, pois a ela se ordena o uso social, em caráter (não individual), mas coletivo de seus membros a qual se insere na comunicação

linguística, que também é parte inerente de uma rede de recursos nos quais estão envolvidos todos os atos do grupo, tais como: sua vivência, seus hábitos e aspectos comunicativos através de sua história e dos usos de sua língua. Assim, a cultura de um grupo possui um complexo sistema linguístico que deve ser encarado como fenômeno social e conceitual da língua.

> [...] Uma língua é mais que um conjunto de categorias fonológicas, morfológicas, sintáticas ou léxicas e uma série de regras para seu uso. Uma língua existe no contexto de práticas culturais que, por sua vez, descansam em alguns recursos semióticos, como as representações e expectativas que proporcionam aos corpos e movimentos dos participantes no espaço, o entorno construído em que interatuam, e as relações dinâmicas que se estabelecem por meio da recorrência na atividade conjunta que realizam. (DURANTI, 2000, p. 104).

O sistema linguístico de um grupo evidencia a língua como parte integrante de qualquer cultura, especificamente atribuindo ao léxico, como princípio estrutural da língua, o lugar onde seus indivíduos expressam sentimentos, agindo conforme seus valores e identidades.

Cultura e língua não se dissociam. Suas relações criam o léxico como patrimônio cultural de um povo capaz de determinar a esse grupo marcas de identidade linguística transmitidas através de gerações. Essas marcas funcionam como signos operacionais ou normas de comunicação. É através dos nomes que os homens exercem sua capacidade de expressar seus sentimentos e ideias, de cristalizar conceitos (SAPIR, 1967).

Assim, o léxico de uma língua deverá ser considerado como a principal representação de todos os atributos dos atos de fala; constitui, em relação a esses eventos, um acervo de aquisições culturais representativas de uma sociedade. No léxico estão inseridas todas as percepções, experiências, conhecimentos e saberes, que se determinam na trajetória histórica e linguística do indivíduo e do grupo.

O léxico, como saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sociolinguístico e cultural. Na medida em que o léxico se configura como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, dado que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os

hábitos e costumes de uma comunidade, como também as inovações tecnológicas, transformações socioeconômicas e políticas ocorridas numa sociedade. Em vista disso, o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade. Desse modo, o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento; assim, enquanto o léxico recorta realidades de mundo, define, também, fatos de cultura. (OLIVEIRA; ISQUERDO, 1998, p. 7).

Nos grupos sociais de falantes, o léxico tem sua representatividade presente nos eventos de fala. A partir dele o indivíduo reflete suas necessidades e descreve a fala, transcreve os diferentes momentos de sua trajetória e conta as histórias oralizadas de suas tradições. Essa participação linguística nas relações de enunciados exprime os desejos e anseios do grupo, revelando as visões múltiplas da realidade. Através da fala, o léxico se dispõe, determinando o ritmo das necessidades de cada integrante da comunidade e as formas convencionais que originam os conjuntos de palavras pelas quais seus membros se comunicam entre si.

Nenhuma palavra vive em estado de isolamento na consciência dos falantes, antes está rodeada de toda uma série de expressões ligadas por significados, originando um conjunto de palavras mais ou menos fechado (BIDERMAN, 1981).

Os estudos sobre línguas indígenas na contemporaneidade indicaram muitos casos em que ocorreram mudanças completas na língua e na cultura. Esses casos evidenciam que mudanças estão ligadas às influências diretas da cultura da maioria frente à minoria e, essencialmente, à das classes das pessoas que convivem, que acabam sendo fortes condições de aculturamento linguístico, ou seja, a língua acaba recebendo variações ou influências linguísticas que, em alguns casos ocasionam perda da cultura e da língua.

> Estas considerações demonstram que, ao menos na atualidade, o tipo anatômico, a língua e a cultura não têm necessariamente o mesmo destino; que um povo pode permanecer constante no tipo e na língua e mudar na cultura; que pode permanecer constante no tipo, mas mudar de língua; ou pode permanecer constante na língua e mudar no tipo e de cultura (BOAS, 1858).

A relação de tipo físico, língua e cultura tratada por Franz Boas é apenas para considerar a importância das classificações para a preservação da língua e suas relações com a cultura, pois, nos estudos históricos do povo Apurinã, evidencia-se que esse grupo, de certo modo, permaneceu intimamente vinculado à sua origem, apesar da mudança no espaço físico e a constante ameaça de perda linguística, devido ao contato com o a Língua portuguesa. Um exemplo é o sistema de parentesco e o ato de nomeação que os liga à sua organização social e a sua língua, devendo, assim, reconhecer que, em considerações teóricas da história dos tipos humanos, dos idiomas e das culturas, a preservação da língua por dado grupo, nessas condições, nos leva a supor que ainda há traços nesse grupo que os determinam como primitivos. (BOAS, 1858).

Por essa razão, a cultura, a língua e o tipo sempre estiveram associados aos eventos de fala dos grupos sociais, revelando, com clareza que a formação linguística de épocas passadas esteve sujeita às mesmas causas que atuam sobre elas agora, causas essas que podem provocar grandes mudanças, não só na língua, mas também na cultura e no comportamento humano. Sobre o entendimento de Boas, aqui exposto, não deve ser entendido que todo o idioma ou língua consideradas tradicionais se encontra em estado de modificação instantânea, mas sim que podem ocorrer mudanças significativas tanto na cultura quanto no léxico. Estudos em outras áreas da linguagem como na sociolinguística comprovam certas mudanças de causa interna e externa, capazes de provocar uma certa modificação na forma da língua.

CAPÍTULO DOIS

METODOLOGIA DA PESQUISA

O capítulo 2 apresentará a metodologia que está subdividida em 7 (sete) seções que seguem o objeto proposto na pesquisa. Na pesquisa de campo as inquietações sobre o objeto de estudo procuraram compreender o funcionamento da língua materna como atos de fala e o seu uso na comunidade São Francisco do Guiribé, comunidade em que vivem um grupo da etnia Apurinã no município de Manacapuru/AM. A essa compreensão buscamos embasamento teórico dos atos de fala em Hymes (1974), e contextualizaremos em Paula (2014) e Duranti (2000), pressuposto para a escolha da metodologia.

O tipo de pesquisa apresentará a abordagem utilizada na investigação do tema, procedimento de base etnográfica. A seção do referencial teórico-metodológico apresentado para esta produção utilizou-se do método etnográfico de Malinowsky (1976), que consiste na análise etnográfica para compreender como se organizam os sistemas de significados culturais dos outros e sua implicância nas relações linguísticas. A seção contexto da pesquisa, abordará justamente questões culturais, tratando da organização e relações sociais na comunidade pesquisada, item básico para a compreensão dos usos e práticas da língua. Na seção geração de dados, parte integrante desta produção, apresentaremos os instrumentos utilizados para as entrevistas, os quais permitiram revelar as hipóteses levantadas; constataremos a modalidade em que as entrevistas se realizaram, isto é, de forma direta e indireta devido à quarentena da Covid-19. Em seguimento ao capítulo 2, destacaremos os sujeitos da pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão dos participantes, método para a seleção dos entrevistados.

2.1 Escolha da metodologia

A presente investigação desenvolveu-se a partir de uma pesquisa exploratória (qualitativa), que procurou analisar o uso da Língua Apurinã no contexto diário na

comunidade de pesquisa e como são determinadas as formas de transmissão da língua entre seus membros. A partir desta investigação, buscou-se compreender os momentos em que as falas se reproduzem, se são determinantes para contextualizar os eventos de fala como fenômenos presentes em situações e circunstâncias de uso, interações em que ocorre uma série de significados.

As inquietações para esta produção levantaram questões sobre o uso da língua e as relações sociais de um grupo Apurinã que vive em comunidade no município de Manacapuru/AM.

Como base para escolha da metodologia, levou-se em consideração a objetividade etnográfica em relação à contextual, ou seja, para este levantamento foram considerados pontos de vista êmico e ético relacionados às tradições e conhecimentos que ainda são preservados por esse grupo. Outra questão observada buscou entender como se dá o contato de organização de sua sociedade frente ao mundo pós-moderno e as reflexões acerca do uso da Língua Portuguesa como a maneira de produção, intervenção e apropriação de sua vivência. Contexto de relações que envolvem diretamente aos desafios pelos quais esse povo vive hoje, tendo ainda a língua materna uma fonte de ressignificação, bem como a cultura e as práticas que acabaram sendo moldadas ao longo dos tempos.

Posteriormente, elaborou-se um projeto de pesquisa delimitando as principais hipótese ao tema, onde os eventos de fala são considerados os principais mecanismos usados pelos Apurinã dessa comunidade para o processo comunicativo envolvendo a língua materna. A esses eventos categorizamos o ato de nomeação na língua e os cantos tradicionais cantados em Apurinã, que podem ser os principais traços linguísticos usados pelos Apurinã desses grupos, capazes de contribuir para a preservação da língua entre eles.

Como objetivo da pesquisa analisaram-se o uso da língua e as relações sociais que marcam os eventos de fala, momento em que os atos de fala se tornam traços linguísticos comunicativos e simbólicos para a preservação e repasse da língua materna.

2.2 Tipo de pesquisa

Os procedimentos metodológicos da pesquisa apresentam-se como estudo etnográfico com a abordagem do problema de cunho qualitativo e quantitativo. Günther (2006, p. 203) define a abordagem qualitativa e quantitativa como segue:

> Uma primeira distinção entre pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa refere-se ao fato de que na pesquisa qualitativa há aceitação explícita da influência de crenças e valores sobre a teoria, sobre a escolha de tópicos de pesquisa, sobre método e sobre a interpretação de resultados. Já na pesquisa quantitativa crenças e valores pessoais não são considerados fontes de influência no processo científicas... a questão não é se valores influenciam comportamentos e estados subjetivos, inclusive os valores do cientista. O que se coloca é como lidar com estas influências no contexto da pesquisa – seja ela qualitativa ou quantitativa. GÜNTHER (2006)

A utilização do método qualitativo aqui apresentado parte do pressuposto da observação do evento de fala, seu contexto nas práticas sociais da comunidade na qual se entende que o fenômeno dos atos de fala se realiza. Abordaremos com mais detalhes esses fenômenos no capítulo 3.

Os métodos utilizados no processo da pesquisa etnográfica foram aplicados em um período de 07 (sete) meses, intercalados entre os meses de março e abril de 2020, julho e agosto de 2020 e abril, maio e junho de 2021, e se deram da seguinte forma: observação dos fenômenos sociais ocorridos na comunidade; influências linguísticas nos ambientes de fala; momento de reprodução da língua materna. A abordagem desenvolvida no método e os resultados alcançados representam a realidade pesquisada. Os critérios utilizados nas entrevistas para esta pesquisa foram sistematizados conforme a metodologia, de modo a apresentar resultados mais próximos e possíveis da realidade.

Como instrumento metodológico da pesquisa qualitativa e com base na análise etnográfica foram realizadas entrevistas informais com o objetivo de coletar informações sobre a história das comunidades, sua gente, a origem real e as possíveis migrações familiares dos membros dessas comunidades, assim como a criação dos espaços comunitários. Através do questionário qualitativo aplicado aos participantes, diversas histórias foram narradas, revelando um universo individual, subjetivo em que

os usos da Língua Apurinã nos eventos de fala aqui estudados possibilitaram a produção dos saberes de preservação desse povo.

> A abordagem qualitativa na pesquisa possui algumas características básicas, tais como: o estudo empírico é realizado em ambiente natural, pois os fatores sociais têm que ser observados e analisados inseridos no contexto ao qual pertencem, através de contato direto, desempenhando o pesquisador um papel fundamental na observação, seleção, consolidação e análise dos dados gerados; como os diferentes tipos de dados existentes na realidade são considerados importantes para a compreensão do fenômeno social em estudo, o pesquisador realiza entrevistas, reúne fotografias, desenhos e depoimentos e outros dados que ajudam na descrição do fato; o trabalho é realizado com base na perspectiva que as pessoas pesquisadas têm sobre o objeto estudado, devendo-se primar pela fidedignidade desses dados obtidos; a análise dos dados, computados é feita de forma indutiva e, ao longo dela, dá-se a construção paulatina do quadro teórico, sem a formulação de uma hipótese anterior que precisa ser testada com a pesquisa (GODOY, 1995).

No método quantitativo utilizado nesta produção, destacaremos a compreensão quantitativa dos falantes da Língua Apurinã na Comunidade São Francisco do Guiribé. O questionário apresentado aos participantes procurou revelar aspectos de traços linguísticos quanto ao uso da Língua Apurinã. Como perspectiva do questionário, podemos revelar quantos e quem são os falantes de Língua Apurinã; e quantos membros da comunidade pesquisada possuem nome na língua materna.

> Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato fiel de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se concentra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos como o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002, p. 20).

Com isso a pesquisa etnográfica investigou as relações de uso da Língua Apurinã na comunidade São Francisco do Guiribé, comunidade indígena Apurinã no município de Manacapuru, Estado do Amazonas. Buscou-se com a pesquisa compreender, analisa e interpretar o uso da língua no contexto diário, as formas de

transmissão e compreensão entre seus membros. Como base metodológica etnográfica do observador participante, foram observadas as práticas, os comportamentos, os modos de produção e a vivência dos membros dessa comunidade, relacionando-os ao entendimento e conhecimento que esses indivíduos possuem da língua materna e a de uso contextual com o português.

2.3 Referencial teórico-metodológico

A produção da pesquisa revelou-se através de estudo exploratório de cunho qualitativo e quantitativo. Os dados coletados *in loco* deram suportes para a produção descritiva, visto que o objetivo era entender o uso da língua e as relações dos atos de fala na comunidade pesquisada. Como fontes da pesquisa etnográfica foram realizadas entrevistas diretas e indiretas em ambiente natural e *online*[21], modalidade de entrevista usada devido à necessidade de isolamento social por conta da pandemia de 1ª onda da Covid-19 - como disse anteriormente no período de março de 2019 a abril de 2020, o acesso a comunidade de pesquisa ficou proibido por decreto federal.

O processo foi iniciado com a observação do ambiente comunitário, seguido de pesquisa bibliográfica de estudos sobre a cultura e a Língua Apurinã. Os registros estão descritos da forma como se apresentam no ambiente, considerando a realidade dos fatos observados. A esse fato os fatores individuais foram analisados com o intuito de conhecer o uso da língua materna entre os participantes da pesquisa. Todos esses suportes serviram de base para a análise, andamento e conclusão da pesquisa.

Como pressuposto etnográfico e linguístico, utilizaram-se pesquisas bibliográficas com base em Facundes (2000), Schiel (1994) e Freitas (2017), que revelaram, em seus estudos, uma descrição detalhada da língua e da história do povo Apurinã.

---

[21] Nessa modalidade de entrevista foi usado o aplicativo de conversa e vídeo chamada do *WhatsApp*.

O referencial teórico foi construído com base nos estudos sobre a etnografia da fala de Dell Hymes (1974), sobre as relações de sociedade e léxico, de Duranti (2000), e em Paula (2014), que envolve a Língua dos Apyãwa na perspectiva da Etnossintaxe.

No estudo etnográfico da fala, Hymes (1974), trataremos da compreensão sobre as formas de interatividade social para a comunicação em grupo. O ato do falar por um falante ou grupo de falantes será subtendido através do contexto, os momentos sociais que envolvem o ato da fala. Ou seja, a análise desse momento sugere determinar os aspectos sociais em que a fala se produz e em que condições de uso se produz.

Outra análise feita, para este estudo, buscou investigar as relações sobre a organização social dos grupos Apurinã, o envolvimento que ainda se dá sobre a cultura e a importância dos elementos linguísticos para a produção do léxico de sua língua (DURANTI, 2000).

Com base na Etnossintaxe apresentada em Paula (2014), destacaremos os estudos dos fenômenos da fala Apurinã como elementos linguísticos articulados aos aspectos socioculturais. Os Apurinã, conforme estudo etnográfico, usam - em suas atividades sociais - a língua materna como mecanismo de ressignificação e identidade; é possível, no entanto, categorizar dois momentos em que o uso da Língua Apurinã faz parte como fenômeno condicionante das formas culturais e linguísticas. Sobre esses dois momentos, falaremos no capítulo 3.

E como modelo teórico-metodológico, a abordagem sugerida são os métodos de Bronislaw Malinowski (1976), métodos do fazer antropológico que consistem em compreender como se organizam os sistemas de significados culturais dos outros. Esse método de comparação e análise etnográfica permite tanto uma abordagem qualitativa quanto quantitativa dos fatos sociais pesquisados, sendo capaz de revelar não só o fator histórico como a produção contextual dos fatos apresentados.

Para Malinowski (1976), o método antropológico procura ver, descrever, contextualizar e investigar, dentre outros mecanismos do fazer antropológico. A pesquisa desenvolveu os possíveis passos de investigação, iniciando com leituras de bibliografias voltadas aos estudos da cultura e da Língua Apurinã, até a pesquisa de

campo, quando a observação trouxe um olhar diferenciado para as vivências desse grupo. Todos os resultados foram somados aos dados coletados das entrevistas com os participantes, membros e moradores das comunidades Apurinã São Francisco do Guiribé, no município de Manacapuru/AM.

2.4 Contexto da pesquisa

O município de Manacapuru, Estado do Amazonas, está situado à margem esquerda do rio Solimões[22]. A localização dessa cidade tornou-se ponto de referência por várias etnias indígenas para vivência em comunidades (no quadro 01, página 28, desta dissertação relacionamos as comunidades indígenas do município de Manacapuru, segundo o Polo de Saúde Indígena). A aproximação com a capital, Manaus, principal facilitadora de bens e consumo e dos órgãos governamentais de proteção ao índio, fez com que diversos grupos deixassem suas terras mais tradicionais para fixar residência nessa cidade.

Para os Apurinã, a cidade de Manacapuru tornou-se lugar estratégico para a convivência em grupos; sua extensão territorial mantém uma grande demanda da população na área urbana concentrando também vasta extensão rural.

Atualmente a população indígena no município recebe atenção de órgãos como DSEI, SESAI, que tratam das relações da saúde indígena, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED e do Departamento de Educação Rural e Indígena – DERI, que ofertam a educação escolar indígenas nas comunidades, e da FUNAI, polo Manacapuru, que fiscaliza as ações dos grupos indígenas nas comunidades com monitorações dos espaços territoriais. São 05 etnias distribuídas em 11 comunidades, um total de 536 indivíduos que se declaram índios e que pertencem a algum grupo ou comunidade. As relações entre esses povos são comandadas pelo Conselho Indígena do município, que delega as ações nas comunidades.

---

[22] Rio Solimões é um nome brasílico frequentemente dado ao trecho superior do rio Amazonas no Brasil (...). Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Solim%C3%B5es

QUADRO 01 [REPETIDO p.28] - Quadro Geral Das Comunidades Indígenas Do Município De Manacapuru (2019)

COMUNIDADES	ETNIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
FORTALEZA	APURINÃ	14	14	28
GUIRIBÉ	APURINÃ	32	41	73
IGARAPE DO ESP. SANTO	TICUNA	11	11	22
JATUARANA	APURINÃ	26	29	55
KATXIPIRI	APURINÃ	55	57	112
SAHU-APÉ	SATERE- MAUÉ	21	13	34
SANTO ANTÔNIO	TICUNA	04	05	09
SÃO F. DO PATAUÁ	TICUNA	30	30	60
ROSA VERMELHA	ARARA	07	15	22
TSURÁ	APURINÃ	31	40	71
TURURUKARI-UKA	KAMBEBA	25	25	50
TOTAL	**11 COMUNIDADES 05 ETNIAS**	**256**	**280**	**536**

FONTE: Polo base de saúde indígena de Manacapuru – 2019 [adaptado]

A pesquisa para essa dissertação foi realizada da comunidade São Francisco do Guiribé do povo Apurinã, comunidade fundada provavelmente na década 70, por uma família Apurinã vinda do baixo rio Acre. A localização dessa comunidade é urbana, o que facilita a proximidade com outras áreas da cidade, relações que influenciaram no aculturamento desse grupo durante décadas, concomitantemente à perda de alguns processos e usos tradicionais e de sua língua materna.

Na pesquisa exploratória, foi observado o cenário e ambientação da comunidade pesquisada. Foi possível, nesse momento, fazer um levantamento de como os comunitários convivem em grupos e mantêm suas relações no dia a dia. O acesso à comunidade São Francisco do Guiribé é feito por uma pequena estrada de barro, que, em épocas de cheia dos rios, exige uso de canoas como meio de transporte de saída e entrada.

Na explicação sobre a origem dessa comunidade, o pajé nos contou que foi através de um sonho que o então tuxaua (fundador da comunidade), já falecido, escolheu aquele lugar para morar.

> *- Em certo dia, sendo envolvido em uma noite de temporal por uma grande cobra, foi revelado a ele um encanto, que isolou a faixa de terra da*

> *comunidade com um imenso aningal, que, segundo ele, separava o índio de coisas ruins. O tuxaua era um homem muito sábio e, sabendo da necessidade da gente, pediu a todos que construíssem uma escola na comunidade. Ele deu o nome* (nomeação) *de Mekaro*, *nome na Língua Apurinã, que quer dizer aruá* (caramujo típico da ecologia da comunidade). *Esses aruás protegem seu seus ovos nos lugares mais altos. O tuxaua dizia que era nos ovos dos aruás que se enxergava o nível das cheias dos rios, seguindo a base de altura para fazer a escola (narrativas de Delmo, participante da pesquisa)*[23].

Apesar de muitos Apurinã da comunidade não produzirem narrativas na língua materna, o costume de contar histórias do passado de seus ancestrais é recorrente entre eles.

A comunidade São Francisco do Guiribé possui, em sua organização espacial, um campo de futebol, as casas dos moradores, a igreja católica São Francisco de Assis e a Escola Municipal de Ensino Fundamental I Apurinã Mekaro. São nesses ambientes que esse grupo de Apurinã compartilha suas experiências, suas falas, seus costumes e hábitos, todos relacionados a aspectos da vida social, base de organização de sua sociedade.

2.4.1 A Língua Apurinã: possibilidades na escola Apurinã Mekaro da comunidade

Na comunidade São Francisco do Guiribé, a Escola Municipal Apurinã Mekaro possui papel fundamental e estratégico para o ensino da língua materna. A escola possui vínculo com a Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Manacapuru - SEMED. Seu funcionamento obedece ao ensino na Língua Apurinã, especificamente, com uma professora fluente, no turno matutino, para os anos iniciais do Ensino Fundamental I; e, no turno vespertino, os mesmos alunos recebem assistência de um professor, sendo alfabetizados na Língua Portuguesa.

---

[23] O nome dos participantes apresentados nessa narrativa é fictício.

FIGURA 04 – Imagem Da Escola Municipal Apurinã Mekaro Município De Manacapuru – AM

FONTE: Pesquisa de campo – 2019

Com relação ao ensino da língua materna, a professora selecionada para as atividades docentes possui vínculo direto com a comunidade. Como moradora antiga, possui o domínio da língua e das tradições Apurinã. Na pesquisa de campo, pude observar as atividades pedagógicas desenvolvidas por ela e a relação dela com seus alunos. Podemos destacar duas práticas desenvolvidas pela professora, que contribuíram para o ensino da língua: o uso de temas geradores escritos na língua Apurinã, esses temas dizem respeito à realidade vivida na comunidade; a outra prática está relacionada ao tratamento que a professora dá aos nomes dos alunos falados e escritos na língua deles, possibilitando o aprendizado mútuo, relacionando o ensino aprendizagem da Língua Apurinã para o grupo de alunos do turno matutino. Dentro dessa proposta os alunos adquirem os conhecimentos de sua cultura, seus saberes e tradições.

Por meio da oralidade a professora da língua materna repassa os conhecimentos às crianças (que apesar de não falarem a língua de seus descendentes recebem contato permanente através do ensino em sala de aula), as histórias do povo Apurinã são narradas na língua, o que se determina como evento de fala presente, acontecendo rotineiramente no dia a dia como prática de ensino dentro do espaço escolar. De acordo com Freire (1967).

> Os temas geradores são escolhidos a partir do universo cultural dos educandos e essa escolha tem como critério a possibilidade que esses temas

> apresentam de favorecer uma discussão a respeito de assuntos relevantes na vida do povo e, ao mesmo tempo contenha todos os fonemas da língua. Freire (1967).

Nesse contexto, o espaço escolar aqui destacado, especialmente na comunidade, constrói-se como processo de visibilidade, de resistência, ressignificação e identidade da Língua Apurinã frente à língua majoritária, reinventando os modos de ser e de estar no mundo.

Desse modo a escola deve ser articulada como um ambiente de inserção da língua, contemplando os alunos com temas sobre a identidade do seu povo, os usos, os costumes, a história, a identidade étnica, a organização social, a importância dos rituais e aspectos culturais e a manutenção da identidade.

FIGURA 05 – Desenhos Produzidos Pelas Crianças Na Escola Apurinã Mekaro

FONTE: Pesquisa de campo – 2019

A escola tem dado possibilidades para adquirem formas de diálogos com os não índios e aprenderem os sistemas de vida fora dela. Os Apurinã, cada vez mais, adotam e mantêm relações estreitas tanto de contato quanto de convivência, que servem para usufruírem de políticas públicas a eles direcionadas como saúde, posse da terra e bens de consumo.

Com isso, o espaço escolar tem ajudado a comunidade na participação do processo de adequação da grafia da Língua Apurinã, inclusive realizando novas possibilidades de se analisar fenômenos da língua a partir de sua própria percepção linguística. Isso contribui na aquisição dos eventos de fala. O domínio da leitura e da escrita em Apurinã possibilita que ações tradicionais sejam cultivadas.

Durante o trabalho de campo tivemos a oportunidade de observar a professora (da língua materna) da comunidade Guiribé trabalhando suas atividades com a dança tradicional dos povos Apurinã. A dança da jiboia, como é conhecida, representa uma tradição desse povo, quando são entoados cantos na Língua Apurinã, exigindo dos participantes sequenciamento, gestos e cantos. Nos cantos, entoados ao ritmo da dança, são enunciadas saudações aos parentes que vêm ao *Kyynyry/Xingané*. O rito da cobra jiboia (*kiãty)* faz referências aos encantos de que somente o pajé tem o conhecimento. Os encantados *Wainamary* são pessoas que habitam os chavascais (*mãneẽ*) e buritizais. Somente o espírito do pajé pode se comunicar com eles através de sonhos e visitá-los no lugar onde moram. Os cantos são ensinados pelos *Wainamary* ao pajé, que os repassa nas celebrações e festividades. A seguir o canto da cobra jiboia:

NIMANANE PEKARA

iatukothapary,
hakehanha, hakehanha!
Nytkanapeny, iatukothapary.
Manehãne manehe nenyhãkapeny.
Inhakanhakary wainanamareewe.
Nãjanapany, pukamararahare.
wera na napany, pukatymary.
Iatukothapary,
Hakehanha, hakehanha!
Nenywanapeny, iatukothapary.
Hakehanha, hakere,
nymananepeny.
Inhanhakary wainaynamareee.

2.5 Geração de dados

Com a coleta de dados foi possível evidenciar as hipóteses levantadas. Na fase de observação, a convivência e a troca de experiências foram determinantes para um olhar diferenciado da realidade vivida pelos Apurinã em comunidade. Não muito diferente dos relatos apresentados nos estudos bibliográficos, esse grupo vive à margem da sociedade não indígena, o que resulta em migrações familiares e relações diretas com língua e outras culturas que acabam sendo a forma de sobrevivência. As entrevistas com os participantes foram realizadas de duas maneiras: pelo contato direto e indireto. No contato direto, os participantes puderam responder a um questionário qualitativo cujos principais questionamentos eram a respeito do domínio da língua tanto materna quanto da Língua portuguesa[24]. Essa modalidade de pesquisa permitiu fazer uma análise do ponto de vista do pesquisador das perspectivas quanto ao objeto de pesquisa; as respostas subjetivas dos participantes contribuíram para compreender não apenas os aspectos linguísticos, mas também o entendimento que cada participante possui de sua cultura. Devido ao decreto de quarentena, algumas entrevistas foram realizadas de maneira indireta ou *online*[25], como dissermos anteriormente.

Aos dados da pesquisa serão anexados: relatório de visitas às comunidades; registro de imagens e diário de campo.

A coleta de dados foi instrumento essencial para a análise das práticas culturais na comunidade, permitindo, ainda, observar o contexto social e econômico predominante que podem ou que estão influenciando as práticas de uso da língua no cotidiano.

Na pesquisa quantitativa, o questionário aplicado permitiu analisar quantos e quem são os indivíduos desse grupo de Apurinã que possuem o domínio de sua língua. Em outra análise quantitativa, pudemos concluir o número de indivíduos não

---

[24] O questionário com as questões correspondentes encontra-se no anexo.
[25] A entrevista *online* foi realizada pelo aplicativo de vídeo chamada, o *WhatsApp*.

falantes, mas que possuem nome na língua, empreendendo, para essa conclusão, que esses indivíduos se inserem como participantes ativos das práticas sociais e que seu nome representa a ressignificação de sua identidade.

2.6 Participantes da pesquisa

Após o processo de observação, descrito no item 2.1 tipo de pesquisa, foram elaborados dois questionários sociolinguísticos: um de cunho qualitativo com questões sobre informações pessoais, facilidade linguística, o uso e domínio da língua, oralidade e práticas sociais em relação aos atos de fala na comunidade; e outro de cunho quantitativo, com questões sobre informações pessoais, facilidade linguística (este item objetivou saber o nível de domínio na Língua Apurinã que o participante possui), nome na língua materna e filiação dos participantes da pesquisa.

Para a seleção dos participantes foram obedecidos critérios de inclusão e exclusão, método que determinou quem poderia responder ou não ao questionário.

Os critérios de inclusão dos participantes foram: ser residentes na Comunidade de São Francisco do Guiribé, maiores de 18 anos, nascidos na comunidade e falantes e não falantes[26] da Língua Apurinã. Como critérios de exclusão (não poderiam participar da pesquisa), adotamos os seguintes: não ser da etnia Apurinã; ter se afastado da comunidade por mais de 10 anos; ser adotado.[27] No total foram selecionados 30 (trinta) participantes, sendo 12 (doze) homens e 18 (dezoito) mulheres.

---

[26] Para a seleção de participantes não falantes, a pesquisa procurou saber quantos participantes falantes e não falantes possuíam nome na Língua Apurinã, critério para análise quantitativa.
[27] É o que os Apurinã dizem do indivíduo de outra etnia que passa a conviver entre eles.

CAPITULO TRÊS
REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo 3 abordará aspectos do referencial teórico, que apresenta a teoria dos atos de fala sob a abordagem da etnografia dos atos de fala de Dell Hymes (1986), e a perspectiva da Etnossintaxe na Língua Apyawã, conforme Paula (2014). A essa abordagem contextualizamos: Boas (1958; 1974), Sapir (1921; 1974) e Whorf (1974) com as concepções antropológicas que sugerem as relações entre língua e sociedade, e como as estruturas linguísticas são influenciadas pelos fatores sociais Labov (1972). Em continuação, destacaremos as leis brasileiras que garantem as políticas públicas para a Educação Escolar Indígena, segundo Bonin (2012); as bases na LDB e PNE que possibilitam e asseguram a Educação Escolar Indígena. Na sequência do capítulo 3, continuaremos analisando o uso da Língua Apurinã na Comunidade São Francisco do Guiribé, fazendo uma abordagem do uso da língua no coletivo do grupo, a fim de entendermos como os conhecimentos e saberes tradicionais são compartilhados. Destacaremos, por meio de um recorte histórico, a educação escolar indígena em Manacapuru, com ênfase ao trabalho desempenhado pelos professores a quem, neste estudo, daremos destaque como os multiplicadores da fala em suas comunidades. Concluiremos o capítulo 3, com a base de estudo desta dissertação, isto é, a teoria dos atos de fala, compreensão que subdividiremos em três tópicos: o *Kyynyry*, evento de festividade da sociedade Apurinã; o canto Apurinã enquanto atos de fala como mecanismos de produção da língua; e os atos de nomeação na língua materna Apurinã.

3.1 Referencial teórico

Como pressuposto da pesquisa, usamos como base teórica os estudos etnográficos dos atos de fala, de Dell Hymes (1974), e as perspectivas Etnossintaxe da Língua dos *Apyãwa*, de Paula (2014). Considerando os relatos retirados da pesquisa de Paula (2014), destacamos três bases para esta dissertação apresentadas nos estudos da Etnossintaxe da Língua *Apyawã*, que são: as formas de saudações,

as narrativas mitológicas e os rituais de nomeação (o qual serviu de suporte para essa pesquisa) considerados eventos de fala do povo *Tapirapé*. Em seus estudos sobre os eventos de fala nas comunidades *Apyãwa*, a autora constatou que esses atos estão fortemente ligados aos acontecimentos diários da aldeia e às imposições da sociedade majoritária, assim como às formas de transmissão na língua que ocasionam grandes mudanças nas práticas ritualísticas da etnia *Apyãwa*.

A Língua *Apyãwa* é uma língua da família Tupi-Guarani[28] que possui grande presença nos enunciados e nas narrativas mitológicas desse grupo. Os enunciados da língua apresentam-se como dados singulares de traços e caráter dêitico, inerentes ao convívio e relações com a natureza, que se fazem tão presentes nas narrativas desse povo. Em seu estudo destaca-se a língua com fortes índices culturais que evidenciam relações de respeito ao enunciador e seus ancestrais (PAULA, 2014).

Nesta dissertação apresentamos algumas práticas do povo Apyãwa que serviram de orientação para o entendimento dos estudos sobre os atos de fala categorizados na Língua Apurinã da comunidade São Francisco do Guiribé. Essas práticas constituem-se de atos da fala Apurinã que fazem parte do contexto de pesquisa na comunidade. Neste estudo destacaremos: i) os eventos de fala nas festividades sociais do *Kyynyry/Xingané*, que determinam interações coletivas em que os cantos na Língua Apurinã são entoados para a realização dos ritos e ii) o ato de nomeação, em que um membro nascido na comunidade recebe seu nome na língua materna.

Sobre os rituais realizados, destacamos os espaços onde acontecem e sua importância para preservação das tradições na comunidade. O espaço da escola e o terreiro de frente da comunidade são os locais onde são realizados os cerimoniais desses grupos. É comum que, em certas celebrações, uma comunidade se desloque

[28] Família linguística (tronco tupi) com a maior distribuição geográfica no Brasil, estendendo-se por 13 estados e compreendendo cerca de 20 línguas vivas, com pequena diferenciação interna; tb. em uso nos seguintes países: Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina. Fonte: https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=tupi+guarani

até a outra como laços de afetividade e relações de parentesco[29] entre as famílias e a própria etnia.

Nos estudos históricos sobre o povo Apurinã podemos afirmar que, decorridas décadas de contado, essa etnia mantém uma organização social própria, evidenciada pela relação de parentesco entre membros das comunidades em que exercem o sistema de comunicação. Para os Apurinã, os rituais estão ligados às narrativas como fato social e cosmogônico desse povo; geralmente esses enunciados explicam os motivos e as maneiras de realizarem os cerimoniais, articulando, de um modo dinâmico, os fatos passados e presentes. Nas entrevistas realizadas, os participantes puderam relatar que alguns rituais não são mais praticados na comunidade e somente quando se deslocam para comunidades mais distantes para a realização do *Kyynyry/Xingané* é que alguns ritos são praticados como é caso do ritual do buriti[30], prática sagrada entre os Apurinã e que mantém o equilíbrio social e cosmogônico desse grupo.

Os estudos sociolinguísticos apontam, que desde as concepções antropológicas de Franz Boas, que duas vertentes foram fundamentais para o entendimento dos eventos de fala em comunidades de fala. Por isso, destacamos, neste estudo, as relações entre a língua e as sociedades, e como as estruturas linguísticas recebem influências dos fatores sociais (LABOV, 1972).

Como postulado teórico da pesquisa bibliográfica, destacaremos o trabalho de Labov (1972), para a pesquisa sociolinguística, e Dell Hymes (1974), para a etnografia dos eventos de fala, estudos que revelam porquê os fenômenos de variação presentes em uma língua não possuem contrariedades, sendo influenciados diretamente pelo contexto existente, fenômenos observado em pesquisa.

Dell Hymes, assim como Labov, acreditava que, para entender uma língua, relações linguísticas não deveriam ser dissociadas do produto sociedade. Sob uma ótica mais elevada, Hymes (1972) elaborou a teoria que ficou conhecida como

---

[29] Para os Apurinã, as regras de parentesco estão atreladas às proibições legais dos clãs, que, em alguns casos, definem o matrimônio. Essas relações de parentescos são evidenciadas nas festividades do Kyynyry, momento de celebração mas, que são também usados para as trocas de informações e organização social entre grupos Apurinã.

[30] Na Língua Apurinã é conhecido como *kynhary*. Principal ritual praticado entre os Apurinã.

etnografia da fala, cujos postulados se baseiam na ideia de que, quando se estuda um evento de fala, sempre deverá ser considerado o contexto em que o evento ocorre ou as situações contextuais de uso da língua. Par esta produção, o estudo das práticas sociais do grupo Apurinã aqui apresentadas contribui para compreender como funciona a língua entre eles.

> É essencial entender os usos culturais da língua não somente para avaliar o significado particular de um dado efeito estrutural tanto na própria cultura como em culturas em contato, mas também para avaliar o significado geral da língua na vida social e psicológica (LUCY 1999, p. 37)

Avaliar o significado de uma língua sob o prisma da cultura envolve muito mais que entender as diferenças estruturais que uma língua possui. Nas línguas indígenas, a cultura de cada etnia representa uma série de circunstâncias envolvendo o seu uso. É importante, neste caso, compreender o significado de cada evento de fala ocorrido na comunidade e as questões situacionais de uso. São nessas interações coletivas que o funcionamento da língua entre eles ganha significado. Em um ritual, por exemplo, várias linguagens são utilizadas de maneiras múltiplas e são interpretadas somente por quem conhece a cultura do grupo. Esse conhecimento cultural não está relacionado diretamente à língua, mas possui relações cosmogônicas que somente quem conviveu com seus costumes poderá compreender.

Segundo Hymes (1974), questões como quem fala, o que fala, para quem fala, em que condição fala, e com que interação fala, passam a ter destaques nos estudos da língua e dos eventos envolvidos na fala. Nos estudos etnográficos da Língua Apyawã, podemos constatar que a Língua Tapirapé[31] possui fortes índices culturais, capazes de evidenciar relações de respeito ao enunciador, pois o mesmo repassa conhecimentos e tradições de seus ancestrais, os quais o situam no tempo presente.

Para esta dissertação, foram destacados fatores linguísticos no grupo de Apurinã da comunidade pesquisada que evidenciam algumas práticas em que a língua materna ainda é usada. Esses fatores não conseguem definir se essas práticas serão

---

[31] Apyawã e Tapirapé são termos que equivale a mesma etnia.

capazes de revitalizar a Língua Apurinã no grupo, mas indicam que ainda são as prováveis interações de uso.

3.1.1 Considerações para a compreensão da pesquisa etnográfica

Na comunidade São Francisco do Guiribé, constatou-se, através da pesquisa etnográfica, que a proximidade de seus membros com os não índios ocasionou, principalmente, a perda de marcas originais do léxico Apurinã, assim como das práticas de uso tradicionais envolvendo a língua de forma individual. No que se refere aos usos da língua, Hymes (1974) destaca a preocupação em adotar um método pelo qual, ao analisar determinados eventos de fala, transpareça as relações da abordagem etnográfica. Como ponto de início o autor sugere a análise etnográfica dos hábitos comunicativos na comunidade em sua totalidade; a intenção dessa análise é identificar quais práticas de comunicação se destacam entre os membros da comunidade e quais os eventos são sempre articulados entre eles e em quais contextos.

Nos estudos sobre a etnografia da fala, Hymes (1974) dá destaque para autores como Roman Jackobson (1953; 1960, *apud* Hymes, 1974), que contribuíram para a construção de sua teoria. Sobre Jackobson, Hymes acentua os traços característicos de um evento comunicativo. Segundo ele, é necessário que haja vários participantes que partilhem códigos não diferenciados – linguísticos, paralinguísticos, cinésicos, musicais –, a disponibilidade de vários canais e seus diferentes modos de uso, como a escrita, a fala, a pintura, o corpo, a face, as sensações táteis. O contexto nos quais a comunicação é realizada, obstaculada ou incorporada requer que as mensagens estejam organizadas em gêneros, organizadas verbalmente em tópicos ou comentários que darão aos interlocutores a capacidade de compreensão desses eventos.

No esquema abordado por Hymes (1974), a transmissão de mensagens deve possuir uma série articulada que facilite a interação e o compartilhamento quando são transmitidas. Com isso, as mensagens compartilhadas, real ou supostas (1) através de um código para os (2) participantes, no mínimo o que emite é o que recebe (que

pode ser a mesma pessoa), em (3) um evento constituído pela transmissão e caracterizado por (4) por um ou mais canais (5) com cenários ou contextos diferentes, (6) requer uma forma definida de mensagem, (7) seja, um tópico ou um comentário. Por isso, na abordagem etnográfica, todos os aspectos utilizados em uma mensagem deverão ser considerados.

Com isso, Hymes (1974) destaca a importância da análise realizada desde um ponto de vista êmico e ético (visão de dentro do grupo social) e (de fora da perspectiva do observador) dos comportamentos culturais, enfatizando que, além de registrar os comportamentos, é necessário descobrir o sentimento nativo a respeito deles, conceitos trabalhados por Sapir (1925). Nesse sentido, aspectos do pesquisador serão relevantes para o entendimento da objetividade etnográfica em relação à subjetividade contextual.

Da mesma maneira que uma análise fonológica deve determinar o conjunto de traços fonológicos relevantes para distinguir os sons, o etnógrafo da fala deverá determinar quais traços são relevantes para identificar e contrastar os comportamentos culturais dos participantes de uma sociedade (HYMES, 1974).

> A antropologia linguística, com um estudo interdisciplinar [...] busca compreender aspectos multifacetados da linguagem como um conjunto de práticas sociais, ou seja, a linguagem é vista como um “conjunto de recursos simbólicos que entram na constituição do tecido social e dá representação individual dos mundos reais e possíveis”. A linguagem, nessa perspectiva, é um sistema de comunicação que envolve aspectos interpsicológico (entre indivíduo) e intrapsicológicos (individual), dos sujeitos de estudo, ou seja, os falantes de uma determinada comunidade. (DURANTI, 1997).

Para o estudo da etnografia da fala devemos considerar que vários fatores de fala podem ser identificados em uma mesma comunidade de fala. Segundo Hymes, na antropologia linguística questões acerca da linguagem sempre serão moldadas. A esse debate antropológico não faremos referências.

No que conclui o estudo etnográfico da comunicação, podemos considerar que ela está em estrito contato com outros interesses sociais, políticos e morais concebidos como valores e determinantes na vida da sociedade e das pessoas. Com isso, o estudo etnográfico da comunidade Apurinã São Francisco do Guiribé, no

município de Manacapuru/AM, nos revela que os Apurinã desse grupo possuem uma organização social bem próxima da de seus antepassados; que suas interações com grupos distantes são as maneiras encontradas de socialização de suas metades, configurando, assim, a permanência de sua cultura, mesmo que ameaçada pelo aculturamento. Dentro desse universo pós-moderno os atos de fala presente entre eles são mecanismos de preservação e revitalização da língua materna.

3.2 As leis brasileiras e as garantias de políticas públicas no tratamento da educação escolar indígena. Algumas considerações.

O processo de educação no mundo contemporâneo é uma demanda da realidade social e das transformações pelas quais o mundo passa. Com isso, o papel da escola se amplia devendo considerar como inserir o sujeito no processo de oferta do mercado, que exige muito mais que as experiências da escolarização.

A escola como instituição social possui grande relevância no desenvolvimento de potencialidades do sujeito; dentre essa relevância é torná-lo participativo de sua sociedade. Nesse modelo de instituição escolar ocidental destaca-se o espaço de socialização e aquisição de conhecimentos tidos como “necessários para inclusão no mercado de trabalho”. Nesse modelo ocidental de educação adotam-se somente reproduções capitalistas, que desenvolvem nos estudantes anseios e valores próprios desse modo de produção. Esse sistema hierárquico dispõe o ensino com seleção dos melhores, estabelecendo relações verticais entre os sujeitos e as diversidades competitivas distintas dos modos de vida em comunidades indígenas — que viveram outrora adequadas à sua cultura e de acordo com suas sociedades e tradições.

> A organização dos currículos escolares está estruturada de acordo com saberes consagrados e ordenados de um modo significativo para o mundo ocidental. Quais conhecimentos entram na escola? O que é considerado relevante? Quais disciplinas são valorizadas? A ordem das disciplinas escolares também produz, em nossa cultura uma valorização desigual de diferentes conhecimentos, sendo consideradas periféricas algumas dimensões que na vida indígena são centrais (BONIN, 2012, p. 34).

Para essas reflexões buscaremos embasamentos nos preceitos constitucionais brasileiros que se relacionam à educação escolar indígena e como deverão ser

fundamentadas suas organizações e pedagogias, de maneira que garantam tratamento diferenciado preconizado nos documentos oficiais. Destacaremos a seguir os preceitos destacados por Bonin (2012, p. 35): “Mesmo com tantos desafios, os povos indígenas assumem a escola como instituição importante e necessária, mas justificam a sua existência no anseio de que ela possa contribuir com suas lutas mais amplas”.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito público subjetivo, sendo responsabilidade do Estado a sua oferta gratuita. Assim, fica assegurada a oferta de educação específica a todas as comunidades indígenas, com tratamento diferenciado, processo que ocorre de forma distinta com pedagogias e instituições próprias para cada cultura.

No artigo 231, a Constituição Federal reconhece às comunidades indígenas “sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições”, sendo a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, o que se insere no Artigo 210, § 2º. Além disso, a Constituição Federal responsabiliza ainda o Estado pela proteção e pelo respeito às culturas e tradições indígenas, o que implica numa atitude respeitosa dos próprios órgãos governamentais no relacionamento com esses povos originários e acolhimento de suas demandas.

De acordo com FERNANDES (1989 e MELIÀ, 1979 *apud* Bonin 2012), “os povos indígenas possuem espaços e tempos educativos próprios, dos quais participam a pessoa, a família, a comunidade, sendo a educação assumida com responsabilidade coletiva”. Para um membro de uma comunidade indígena o aprendizado acontece ao longo de sua vida. Desse modo, desde 1988, o direito a uma educação diferenciada, em moldes específicos, intercultural, bilíngue vem sendo regulamentado através de vários textos legais os quais citaremos a seguir:

Em 1991, o decreto presidencial nº 26/96 retirou da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a responsabilidade de conduzir processos de educação escolar indígena em terras indígenas. Essa incumbência ficou sob o comando do Ministério da Educação, que, a partir do novo decreto, passou a coordenar ações, ao passo que a execução das políticas foi atribuída aos Estados e municípios, respeitando-se o princípio federativo, que confere autonomia a cada um dos sistemas educacionais.

A Portaria Interministerial 559, de 1991, estabeleceu que a Educação Escolar Indígena perde o caráter integracionista, conforme previa o Estatuto do Índio, Lei nº 6.001/73, passando a ser regida pelo reconhecimento da multiplicidade cultural e linguística dos povos indígenas e pelo direito a eles assegurados de viver de acordo com suas culturas e tradições. Através desses princípios constitucionais, essa portaria previa a criação de Núcleos de Educação Escolar Indígena (NEIs) nas secretarias estaduais de educação e determinava a prioridade na formação de professores indígenas e isonomia salarial para esses profissionais, independentemente de sua formação anterior. Por essas normas, as escolas deveriam ser regularizadas com flexibilidade nos currículos, calendários diferenciados, materiais, práticas pedagógicas próprias, tendo o direito e autonomia para a elaboração de projetos pedagógicos específicos.

3.2.1 A LDB e o PNE: as possibilidades asseguradas para a Educação Escolar Indígena.

Com o Decreto presidencial nº 26, o Ministério da Educação passou a ter obrigatoriedade de coordenar ações e iniciativas para a educação em terras indígenas. Uma das medidas apresentadas foi a criação do Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena com a participação de representantes de órgãos governamentais e não governamentais, representantes dos povos indígenas e de seus professores. A partir desse comitê foi elaborado um documento lançado pelo Ministério, no ano de 1993, onde estabelecia as principais diretrizes para o trabalho pedagógico em comunidades indígenas, buscando, de maneira contextualizada, as várias maneiras de pensar e fazer educação, assim como o respeito às diferenças, a produção coletiva do conhecimento, a interculturalidade a utilização das línguas maternas e a autonomia. Esse documento serviu de base para que, no ano de 1996, a LDB fosse reestruturada.

Através da Lei nº 9.394/96, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação passou a vigorar, reafirmando os preceitos constitucionais, regulamentando e dando *corpus* às determinações mais gerais da educação nacional. No artigo 32, § 3º, a LDB assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e

processos próprios de aprendizagem. É notório apresentar dois artigos específicos, no Título VIII, “Das disposições Gerais”. De acordo com o artigo 78, “o sistema de ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência ao índio, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa para a oferta de educação bilíngue intercultural aos povos indígenas”. “A esse mesmo Artigo foram acrescentados os objetivos na perspectiva de colaborar para a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciência além de possibilitar o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas”. Como complemento, o artigo 79 prevê apoio técnico e financiamento da União para o provimento da educação destinada aos povos indígenas, desenvolvimento de currículo e programas específicos, elaboração e publicação sistemática de materiais didáticos específicos e diferenciados. Em complementação a esses preceitos, destacamos:

Artigo 26 se ocupa da circulação de informações e conhecimentos sobre os povos indígenas nas escolas brasileiras. O § 4º desse artigo compromete os currículos escolares com um ensino que considere as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, definido a partir do artigo 214, tem como objetivo articular as ações do poder público em metas comuns, para assegurar o desenvolvimento de processos de educação escolar em todos os níveis de ensino.

3.3 O uso da língua entre os Apurinã e os saberes compartilhados com a comunidade.

Considerando o histórico apresentado no capítulo 1, podemos destacar as várias razões que contribuíram para a existência da situação de bilinguismo presente hoje na comunidade pesquisada. Desde quando viviam nas margens do rio Purus, os Apurinã começaram a ter contato com os não indígenas e com a língua que essas pessoas falavam, o português; assim, a necessidade de convivência e socialização

comercial contribuíram para o aprendizado dessa língua entre eles. Nesse cenário a aquisição da segunda língua foi entendida como instrumento de luta.

Hoje, eles continuam usando a própria língua, fato admirável para um povo que passou por momentos difíceis tanto por parte da convivência em grupo quanto por parte das relações sociais estabelecidas entre eles. Assim, podemos afirmar que o uso da própria língua se revestiu de um alto valor simbólico como marca de identidade étnica que lhes permitiu diferenciar-se de outras etnias.

Em visita à comunidade São Francisco do Guiribé, no mês de junho de 2019, observamos, em certas ocasiões, que a base de enunciação mudava vez a pós vez, ficando difícil de perceber qual realmente era a língua em uso. A esse caso podemos considerar que fatores externos implicaram para a aquisição da língua naquele momento. Reflexo de escolha da língua pode ser um forte indício da presença de mudança no contexto socioambiental, produzindo significação e mudanças lexicais. Com isso, reconhecer a importância da língua, nesses grupos de Apurinã, será indiscutível. Apontar mudanças sociolinguísticas na comunidade de fala implica o reconhecimento de novos hábitos. Por exemplo, o desparecimento de comidas típicas pode resultar na perda de campos lexicais referentes ao preparo desses alimentos e suas formas de produção e consumo. Em uma das entrevistas, a participante, de cerca de 40 anos, relatou que algumas práticas ritualísticas que eram realizadas no tempo de seu pai não mais acontecem devido ao fato de não saberem preparar as comidas servidas no momento de ritual. Essa perda linguística é motivo de preocupação entre os mais velhos da comunidade. Em muitos casos levantados na pesquisa, somente os mais velhos possuem conhecimentos de produção de alguns alimentos, assim como a cultura e o léxico de suas receitas.

É bom deixar claro que isso não significa que cada grupo indígena ainda reproduza suas práticas culturais fielmente do mesmo jeito como existiram no passado de seu povo. Muitos elementos, principalmente as bases linguísticas, se perderam ao longo dos tempos, outros mantiveram apenas parte do que realmente praticavam. As culturas podem ser modificadas e atualizadas ao longo do tempo, podendo receber outros elementos culturais, práticas cotidianas ou tecnologias provenientes do mundo dos brancos.

> Mas esse fato não faz do índio um branco, não elimina a sua condição de índio, não altera a sua identidade étnica. Tudo isso constitui um sentimento de pertença a um grupo. Usar roupa, relógio de pulso, sandália havaianas ou radiotransmissor faz um índio se tornar branco tanto quanto um colar de contas, uma pulseira de fibras, uma rede de algodão ou uma panela de barro transformar um branco em índio. O que conta é o modo de ser, a visão de mundo, a atitude para com a vida, a sociedade, o Universo, e isso não se destrói tão facilmente (RAMOS, 1986, p. 91).

A cosmovisão de mundo dos Apurinã é rica em conhecimentos. Os saberes produzidos por essas pessoas não podem ser compreendido na visão natural do homem branco. O mundo subjetivo de suas narrativas envolve tanto seu passado quanto seu presente, e se confunde com as relações sociais e culturais pós-modernas. Na comunidade São Francisco do Guiribé, o tempo marca a trajetória de vida daquele grupo e, com o passar dos dias, as relações de proximidade com sua cultura original se distanciam na perda frequente de traços como da língua, do léxico e dos modos de viver em grupo.

É com essa estreita relação que esse grupo luta pela sua autonomia, seus direitos como herdeiros de um lugar não objetivamente territorial, mas um lugar da língua, da cultura, das tradições e das identidades, tomando materialidade visível para sua sociedade.

3.3.1 A Educação Escolar Indígena em Manacapuru: um recorte histórico

No Município de Manacapuru/AM, até o início dos anos 80, as comunidades indígenas não eram reconhecidas, não sendo ofertada a educação escolar nas comunidades em nenhum dos níveis de ensino. As crianças indígenas precisavam ser matriculadas em comunidades próximas, que tinham escolas de educação básica. Ou seja, o processo de alfabetização que as crianças indígenas recebiam possuía noções de educação, cultura e língua fora de suas realidades, contribuindo, assim, para um aculturamento desde a fase infantil.

O não reconhecimento das comunidades pelos órgãos municipais acarretou em um longo percurso, até a implementação, no início dos anos 90, da primeira escola de

educação infantil em comunidades indígenas. A aldeia Jatuarana, da etnia Apurinã, localizada no rio Manacapuru, foi a primeira a receber a oferta de educação infantil dentro de uma comunidade indígena.

Para o processo de reconhecimento, a Fundação Nacional do Índio – (FUNAI) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – (COIAB) foram acionados para mediar a articulação entre aldeia e a prefeitura municipal de Manacapuru. Através de uma audiência pública na Câmara Municipal, o povo Apurinã da Aldeia Jatuarana receberia a oferta da educação escolar indígena com professor não indígena para lecionar no ensino regular de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental I, e, para o ensino bilíngue, um indígena da comunidade atuaria como professor da língua materna Apurinã.

Com esse avanço, os povos indígenas que viviam espalhados em comunidades não indígenas começaram a se organizar em grupos, formando, assim, comunidades indígenas com membros e etnias semelhantes.

No ano de 2001, a aldeia São Francisco do Patauá, da etnia Ticuna, localizada no rio Manacapuru, foi a segunda comunidade indígena a receber oferta de educação escolar em nível seriado, sendo contratados professores para atuar com ensino da língua materna e Língua Portuguesa.

Em 2005, a Educação Escolar Indígena passa por uma fase de melhorias. O Consócio Gasoduto Coari-Manaus[32] fomentou várias comunidades no município de Manacapuru, dentre elas as comunidades indígenas. Foi nesse período que as comunidades indígenas Jatuarana, São Francisco do Patauá, Fortalezas do Patauá e São Francisco do Guiribé foram contempladas com a construção de escolas e vários projetos incluídos na educação.

Dentre os benefícios deixados pelo Consócio Gasoduto Coari-Manaus, a comunidade indígena São Francisco do Guiribé, do povo Apurinã, passou pelo processo de reconhecimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI/Manaus) e da Fundação Estadual para os Povos Indígenas (FEPI), pois ainda não era reconhecida

---

[32] O Gasoduto Urucu-Coari-Manaus atravessa sete municípios e a todos abastece: Coari, Codajás, Anori, Anamã, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba.

nem catalogada pelos órgãos indigenistas. Assim como os Apurinã, outros povos que moravam em grupos em comunidades não indígenas, como os Kambeba e Sateré-Mawé, foram surgindo e logo sendo reconhecidos pela FUNAI e FEPI.

Para a articulação do atendimento à Educação Escolar Indígena, participaram a Coordenação de Professores Indígenas do Amazonas (COPIAM) e a Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI/SEDUC-AM). Nesse período, três professores, que atuavam nas escolas indígenas das comunidades sem formação, tiveram a oportunidade de ingressar no Curso de Formação em Magistério Indígena através do Projeto Pirayawara, Polo Beruri. Essa formação foi muito importante para que os professores da língua materna pudessem ter reconhecimento de suas práticas em sala de aula.

Enquanto os professores passavam pelo processo de formação, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) contratava professores por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), para atuarem no ensino regular com turmas multisseriadas do Pré-I ao 5º ano do Ensino Fundamental I, e para atuarem como professores do ensino bilíngue e dos conhecimentos tradicionais contratavam um indígena de notório saber da própria comunidade.

Com o tempo, as comunidades indígenas foram se organizando e ganhando representatividade dentro de instituições como a Secretaria Municipal de Educação e Desporto – (SEMED), no Departamento de Educação Rural e Indígena (DERI) e no Conselho Municipal de Educação (CME/Manacapuru). O Conselho Indígena do Município de Manacapuru possui representatividade nesse departamento.

Com isso, as comunidades indígenas passaram a receber do poder público a oferta da Educação Escolar Indígena em suas comunidades. Enquanto isso, os professores indígenas puderam participar dos cursos de Pedagogia ofertados pela Universidade Estadual do Amazonas – (UEA) e do Projeto Pirayawara conduzido pela GEEI/SEDUC/MANAUS.

No ano de 2017, houve um retrocesso na contratação de professores da língua materna. Para a Secretaria de Educação não havia necessidade de dois professores contratados, levando em consideração – como justificativa - os mesmos

moldes do ensino escolar das escolas ocidentais. As comunidades indígenas recorreram, mas as comunidades passaram dois anos letivos sem o ensino bilíngue.

> Todas as sociedades indígenas dispõem de seus próprios processos de socialização e de formação das pessoas, mobilizando agentes para fins educacionais. Os momentos e atividades de ensino-aprendizagem combinam espaços e momentos formais e informais, com concepções próprias sobre o que deve ser aprendido, como, quando e por quem. A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros; são valores e mecanismos da educação tradicional dos povos indígenas. Essas formas de educação tradicional podem e devem contribuir na formação de uma política e prática educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual. Tais conhecimentos não são incompatíveis com os conhecimentos da escola contemporânea. (BRASIL, 1998, p. 23)

No ano de 2019, através das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de Manacapuru, uma das ações foi a manutenção do ensino bilíngue nas escolas indígena das comunidades.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SEMED) do município de Manacapuru/AM atende 08 escolas em comunidades indígenas, que são:

QUADRO 04- Distribuição e localização das Escolas de Educação Indígena no município de Manacapuru - 2020

	COMUNIDADES	EMEF INDÍGENAS	LOCALIZAÇÃO	ETNIA
1	Jatuarana	Santa Terezinha	Rio Manacapuru	Apurinã
2	São Francisco do Patauá	Manoel Pinto	M.E Igarapé do Patauá	Tikuna
3	Fortaleza do Patauá	Afrânio G. Brasil	M.D Igarapé do Patauá	Apurinã
4	São Francisco do Guiribé	Mekaro	M.D Rio Miriti	Apurinã
5	Tururukai-Uka	Tururukai-Uka	Est. Manoel Urbano, km 47	Kambeba

6	Katxipiri	Katxipiri	Est. N. Airão, km 04	Apurinã
7	Tsurá	Tsurá	Est. N. Airão, km 07	Apurinã
8	Pajurá	Ibiaçá	Est. Manoel Urbano, km 42	Kokama

FONTE: Secretaria Municipal de Educação e Desporto - SEMED – 2020

A partir desses processos, a Educação Escolar Indígena, no município de Manacapuru, incorporou novas demandas, sendo amparadas pelas novas diretrizes legais, nacionais e estaduais para os povos indígenas cujos dispositivos tratam da criação da categoria escola e professor indígena de fato e de direito.

No entanto, o processo de Educação Escolar Indígena junto aos povos indígenas do município de Manacapuru não foi diferente da realidade nacional, passando pelos mesmos processos assimilatórios e integracionistas da política pública brasileira para a Educação Escolar Indígena. As propostas curriculares para a educação escolar indígena em Manacapuru atende aos dispositivos legais, destacando-se o mapeamento do quadro sociocultural e linguístico das comunidades indígenas e o diagnóstico escolar de cada etnia nas comunidades.

3.4 Professores multiplicadores da fala

A língua exerce papel primordial para as interações dos indivíduos. Ao adquirir uma língua, o indivíduo passa a ser parte integrante de uma sociedade e nela pode exercer a socialização com seu grupo (DURANTI, 2000). Para os professores indígenas, conhecer as interações sociais e culturais do seu grupo é fundamental para saber quais estratégias adotar em suas práticas de sala de aula. Um dos desafios dos professores são as exigências (em muitos casos a par da docência) internas e externas que frequentemente ocorrem. Internas principalmente de seu grupo, que vê no professor a pessoa capaz de resolver todos os problemas de sua comunidade e da escola. Já as exigências externas trazem métodos de aprendizagem de escolas

comuns sem considerar a aprendizagem diferenciada que a educação indígena[33] requer, cobram resultados quantitativos e de integração cultural, impondo estratégias de ensino que não revelam a realidade indígena nas comunidades, em que a sociabilidade de todos envolve a manutenção de conjuntos de valores simbólicos e materiais para a sobrevivência do grupo. Nessa relação está envolvida a permanência do uso da língua materna.

> Desde muito antes da introdução da escola, os povos indígenas vêm elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural. O resultado são valores, concepções e conhecimentos científicos e filosóficos próprios, elaborados em condições únicas e formulados a partir de pesquisa e reflexões originais. Observar, experimentar, estabelecer relações de causalidade, formular princípios, definir métodos adequados, são alguns dos mecanismos que possibilitaram a esses povos a produção de ricos acervos de informação e reflexões sobre a natureza, sobre a vida social e sobre os mistérios da existência humana (BRASIL, 1998 p. 22).

Aos professores indígenas a concretização dos direitos materiais e imateriais de sua comunidade sempre estará atrelada às suas práticas de ensino-aprendizagem. A esse respeito, em algumas comunidades indígenas do município de Manacapuru, a escola exerce função centralizadora na comunidade, assim como as igrejas e o centro comunitário. É comum encontrarmos a escola no meio da comunidade como símbolo de socialização e integração comunitária. Como um dos bens materiais, a escola, juntamente com os professores, propiciam a preservação de conhecimentos imateriais, através de diferentes modalidades de saberes e tradições exercidas em seu espaço; o ensino da língua materna pode ser o principal elemento desses repasses.

Situações sociolinguísticas existentes em comunidades indígenas fazem parte do processo de formação identitária e são vistas como forte elemento de expressão. Nesses grupos de Apurinã a escola exerce e marca a sua organização social, as

---

[33] Educação indígena pode ser entendida como processo pelo qual cada sociedade indígena internaliza suas práticas culturais, seus modos próprios e particulares de ser, garantindo sua sobrevivência e sua reprodução. Não se constitui em uma instituição específica como sistema de ensino

maneiras de produção e reprodução de culturas por meio do ensino. Esses saberes produzidos na escola estabelecem a comunicação entre os membros do grupo, sendo exercidos, principalmente, através da oralidade da qual a língua materna é a principal elemento de expressividade e de uso dos professores da língua materna.

No município de Manacapuru, conforme o quadro 04: Distribuição e localização das Escolas de Educação Indígenas no município de Manacapuru – 2020, estão em funcionamento 08 (oito) escolas de educação indígena em comunidades consideradas indígenas.

Os professores, nessas comunidades, são figuras participativas de articulação tanto do ensino-aprendizagem quanto de momentos em que as falas na língua materna são o principal recurso. O domínio linguístico dos professores ajuda na compreensão dos conhecimentos repassados pelos mais velhos, ou seja, os professore, nesse momento, estendem a aprendizagem de sala de aula a outros ambientes em que se necessita do domínio da língua.

Acreditando no trabalho desempenhado pelos professores nas comunidades indígenas, podemos classificá-los como verdadeiros multiplicadores da língua materna tanto através da escola quanto nas atribuições na comunidade. Esse papel social de ensinar a Língua Apurinã às crianças, desde o início, na fase de alfabetização, possui grande significação para a continuidade e preservação dos saberes de seu grupo.

3.5 Atos de fala

Em uma breve introdução sobre os atos de fala, considera-se que foi na filosofia da linguagem que a teoria surgiu por volta dos anos sessenta. O precursor dessa teoria, foi o inglês John Langshaw Austin (1911-1960), que foi seguido, depois, por outros estudiosos desse campo da linguagem.

Nessa teoria a linguagem é entendida como uma forma de ação (“todo dizer é um fazer”), ou seja, não importa o uso da sentença enunciada, mas sim o ato decorrente da fala, e como a linguagem age sobre o interlocutor. Nessa concepção os

diversos tipos de ações humanas que se realizam através da linguagem em um contexto são considerados atos de fala, toda locução é um fazer, nos vários contexto de uso o que muda é a força ilocucionária de cada dito. O campo de ações humanas se tornou de relevante interesse para a Pragmática, que se estruturou como ciência da compreensão de comportamentos contextuais e que define que os atos de fala se realizam através das relações extralinguísticas no processo de comunicação.

Para a Pragmática, os atos de fala levam em consideração as relações entre o sentido do enunciado, os interlocutores envolvidos e o contexto apresentado no discurso, ou seja, o contexto situacional, social e interacional dos interlocutores define a transmissão da mensagem, que se estabelecem da relação entre a linguagem e seus usuários. Com isso, definem-se como atos de fala todas as ações realizadas linguisticamente, - neste caso o estudo da língua desloca-se da sentença para o entendimento dos atos de fala e as condições em que ocorrem, - e a sua descrição tipológica correspondem a uma categorização dessas ações em comunidades de fala.

Para fins etnográficos, os atos de fala configuram-se como todos os hábitos comunicativos de uma comunidade de fala em sua totalidade. Essa configuração se dá pelas articulações da fala (posicionamento dos articuladores, produções de sons, situações de uso, sentido das sentenças), sempre em um contexto, no momento em que as interações sociais acontecem nos grupos de falantes. O entendimento desse aspecto pelo estudo etnográfico se dá pelo método da observação, que compreende como as pessoas se organizam socialmente, a maneira de integração em grupos, assim como os comportamentos e interações com o uso da língua.

Nesta dissertação serão apresentados conceitos com base nos estudos da Etnografia da fala, que compreende os significados atribuídos pelos sujeitos ao seu contexto e sua cultura, e na Etnossintaxe, que se preocupa com a análise dos enunciados e com a importância dos seus usos sociais na língua, com foco nos eventos em que acontecem os atos de fala. Especificamente para esta produção dissertativa, analisamos o grupo Apurinã da Comunidade São Francisco do Guiribé do município de Manacapuru/AM. Para isso a compreensão da organização dessa sociedade foi fundamental para entender como os membros desse grupo se

organizam e como interagem entre si, assim como os processos sociolinguísticos e as relações de produção através dos atos de sua fala.

Categorizado a esta produção dois eventos de fala[34], momento em que os atos de fala na Língua Apurinã ainda são utilizados nessa comunidade de acordo com a pesquisa etnográfica. O primeiro deles é i) o *Kyynyry (ou Xingané)* (Guerra/Festa), que é evento realizado frequentemente entre os grupos Apurinã durante o qual as relações sociais e cosmogônicas são determinantes para continuação de suas organizações sociais; é, também, nesse evento que os cantos na Língua Apurinã são entoados com maior frequência juntamente com a prática de alguns rituais. O segundo evento é ii) o ato de nomeação dos membros dessa comunidade com nomes na língua materna Apurinã.

Entende-se, com os estudos dos atos de fala, que a língua deve sempre estar associada às pessoas, constituindo ao falante um símbolo próprio, capaz de identificá-lo como parte de uma sociedade. A língua indígena Apurinã revela a diferença entre os Apurinã e os não índios, em uma luta que indica desigualdade, em que os processos de produção na Língua Portuguesa são usados com mais intensidade. Um desses aspectos observados na pesquisa revelou que, devido à proximidade e às relações sociais desse grupo (com ações de saúde, reuniões com órgãos de defesa, reunião pedagógicas, entre outras), realizadas por não índios, em grande maioria, em português (nesses encontros/ações é comum que registro tais como: atas, receitas médicas, histórico escolar e apresentação de documentos pessoais estejam na Língua Portuguesa), implicou na utilização e aceitação da estrutura da Língua Portuguesa aos hábitos linguísticos da maioria dos Apurinã dessa comunidade, os quais passaram a ter papel fundamental para a articulação de sua vivência em grupo.

[34] Eventos de fala são atividades ou aspectos linguísticos que estão diretamente governados por regras ou normas para o uso da fala.

3.5.1 O *Kyynyry*: eventos de fala da sociedade Apurinã

Para a comunidade Apurinã São Francisco do Guiribé, as reuniões familiares ou com integrantes de outras comunidades Apurinã é o momento ideal para as trocas de informações e comunicação como os parentes[35] distantes. A organização desses eventos possui grande importância no controle e organização da sociedade e do seu grupo. Na Língua Apurinã, *Kyynyry (*ou *Xingané)* significa festa/guerra, evento que é realizado em grupos de parentes e que acontece com frequência. São nesses momentos que os diálogos na língua materna acontecem; as festividades ocorrem de acordo com um acontecimento já definido na comunidade ou entre comunidades.

É no evento do *Kyynyry* que os membros Apurinã que ainda preservam a língua materna fazem uso de suas linguagens (exemplo: canto, dança, grafismo...), que são marcadas por narrativas que falam de lugares sagrados, espíritos de árvores, nomes de frutas, de animais como peixes, aves, dentre outros. Tais relações comunicativas indicam que as construções estruturais da língua e dos costumes Apurinã são transformadas em narrativas, obedecendo a uma cronologia de usos e de práticas. Em conceitos básicos: falar é todo ato individual que se determina por um enunciado em processo de comunicação de maneira oral, de modo a veicular significados. É comum que, nas manifestações da fala, esses enunciados venham carregados pelos costumes locais do falante, vícios de linguagem - relacionados ao ambiente de convivência do falante - e das pessoas falantes da mesma língua, criando um vínculo linguístico de interação da fala.

O *Kyynyry* são eventos muito comuns entre o povo Apurinã. É o momento em que os parentes se encontram para realizar a celebração de um acontecimento, que pode ser casamento, nascimento de uma criança, realização de um pedido feito por meio de sonho, ou de passagens do ciclo de vida, seja de um adolescente para a fase adulta ou de idoso que encerra um ciclo de realizações.

---

[35] Termo usado entre os indígenas como reconhecimento de fraternidade.

Os elementos ritualísticos praticados no *Kyynyry*, tais como canto, dança relacionam fatos presentes aos mitos do passado. Os cantos, nos *Kyynyry*, representam a vida em grupo, os conhecimentos deixados pelos antigos, o tempo dos mitos e os de hoje, os diálogos da caça e da pesca. Todos esses atos de fala transmitem experiências de vida marcadas por narrativas, emoções e pensamentos.

3.5.2 O canto Apurinã: atos de fala como mecanismo de produção da língua

O evento do *Kyynyry* ou *Xingané* obedece a regras definidas pelo grupo. Nesses aspectos a festa ganha sentidos culturais subjetivos. Ou seja: os rituais praticados nesses eventos podem ser categorizados como um i) fato social, em que outros eventos podem ser realizados (troca de saberes, união de duas metades para o casamento ou até mesmo conflitos), ou ii) cosmogônico, em que o sentido dos ritos passa a representar uma guerra cósmica (CHAGAS FILHO, 2017).

É nos cantos da festa do *Kyynyry* que as falas Apurinã são praticadas através dos sons ritualísticos, ocasião em que os ritos passam a ter afirmação e se revitalizam nas falas da língua, que ultrapassam o espaço da comunidade, abrangendo a floresta, os seres vivos, a alma dos mortos. O canto envolve poéticas de expressão da história Apurinã, desperta sensações nos ouvintes, invoca memórias, pensamentos e emoções com recursos expressivos (cantos, chamados, gritos, choros), únicos, próprios da estrutura dessa língua.

Em uma participação desses atos, pudemos, na ocasião, observar dois dos ritos mais usados nas festividades Apurinã, aos quais faremos referências nesta produção: o ritual do *Kynhary* (buriti) e o ritual da *Kamyry* (alma). Ambos são praticados coletivamente para o grupo e possuem significativa relação com os antepassados e com o equilíbrio social da comunidade.

O *Kynhary* exige que os participantes estejam preparados desde bem antes do ritual, momento em que os adornos de palha e os grafismos são utilizados. No ritual, homens (em geral um ancião está presente, pois esse rito é realizado somente por homens) e crianças com pés descalços, braços ajustados e sempre segurando uma palha do olho do buritizeiro, dançavam sincronizados, com passos para frente e para

trás, ao canto dos mais velhos, que conduzem esse ato com um canto que acaba com um grito, comunicando sentimentos de alegria por estarem juntos. O ritual do *Kynhary* silencia quem está acompanhando, pois o canto reproduz o respeito e os ensinamentos que os Apurinã têm, desde seus antepassados, pelo buritizeiro, árvore do buriti, geralmente encontrado em chavascais próximo de igarapés. A palha só pode se ser retirada do buritizeiro com a permissão de *Kamatxi (dono criador do buriti)* e simboliza que os olhos do buriti estarão presentes no evento.

Após a prática desse ritual, as palhas do buriti usadas na dança e no canto são lançadas nas águas do igarapé, longe da presença das mulheres,

> *- pois, se mulher pegar na palha usada corre o risco de adoecer. O buritizeiro é considerado sagrado entre os Apurinã, ao entrar na mata um Apurinã sempre pede permissão ao kamatxi (dono criador do buriti) que vive nos buritizais, assim, ele os protege em suas pescarias e caçadas, a desobediência a esse ato pode ocasionar a mudança de direção (se perder na mata), ou fragilidade contra animais selvagens e do jauarizeiro (árvore do jauari - elemento da natureza também muito respeitado entre os Apurinã) que lança espinhos em quem passa por eles.*[36]

A seguir o canto do buriti na Língua Apurinã:

KINHARY

Wukinharẽiwe nokinhawarẽiwe,

Nokinhaja, kinharẽiwe, pykẽmanha.

Wukinharẽiwe nokinhajawarẽiwe

Ekinhaja, kinharẽiwe, pykẽmanha.

Wukinharẽiwe, nokinhawarẽiwe

Ekinhaja, kinharẽiwe

No *Kynhary,* a prática do canto representa uma relação de conhecimentos com seus antepassados, que ensinavam o respeito aos elementos da natureza para o controle social e cosmogônico do seu povo; conhecimentos múltiplos, que são repassados aos mais jovens, participantes do ritual, e pelos passos firmes e mãos que

---

[36] Narrativa Apurinã.

se apegam aos anciões na dança e na palha do olho do buriti. Esse canto, ao ser apreciado, induz o espectador a um som melancólico com gritos de emoção que despertam o medo, mas é no silêncio dos participantes que entendemos que essa relação simboliza respeito e agradecimento. O canto do *Kynhary* ainda é prática rotineira na comunidade Guiribé, objeto de estudo apresentado nesta dissertação como atos de fala para a compreensão da Língua Apurinã.

> *- O canto kynhary ensina que naquele momento os espíritos da natureza estão presentes entre nós. Que é proibido entrar na mata, que devemos respeitar as árvores velhas que estão naquele local, assim como as que já morreram ali.* (Narrativa do pajé. Participante da pesquisa).

No ritual do *Kamyry* (alma), observamos a presença de um grupo de jovens com corpos expostos e grafismos nos rosto e peito, como se estivessem se preparando para uma guerra. Os participantes expõem no corpo a juventude e a força. É um dos momentos mais esperados do *Kyynyry*, pois o rito apresenta a próxima geração de homens que terão a obrigação das defesas da comunidade. No *Kamyry* da comunidade São Francisco do Guiribé, a presença do sucessor, que seria escolhido o próximo cacique, nos deixou clara a intenção do rito, que era mostrar à comunidade que um dos integrantes do ritual estava sendo preparado para uma das funções mais importantes de sua sociedade, que é a do cacique – indivíduo conhecedor das tradições culturais de seu povo e responsável pelo equilíbrio cultural, social e político.

O *Kamyry*, assim como os outros ritos, é acompanhado de dança e canto e possui extrema significação no momento da apresentação: o canto apresenta as almas dos antepassados que visitam a comunidade nas celebrações do *Kyynyry* e que se relacionam ao equilíbrio das regras de obediência e desobediência do grupo. Os jovens integrantes, participantes do rito, expõem, além das pinturas no corpo, expressões e movimentos que sequenciam passes em que seus braços ficam juntos aos braços do novo cacique escolhido – este fica ao meio dos demais participantes entoando o canto *Kamyry*. Foi possível perceber, na expressão dos jovens, que eles concentravam forças nos braços à medida que o canto era entoado e acompanhado por eles.

> *- O povo Apurinã tem sua religião, mitos e crenças a ser seguido de acordo com as regras que cada um tem. A aldeia São Francisco do Guiribé também*

> *tem suas tradições, que são mantidas de geração a geração entre os mais velhos da aldeia. Acreditamos no poder sobrenatural que a terra nos oferece, bem como os malefícios que a aldeia sofre quando essas regras são desobedecidas. Através de fatos que os aldeados viram a olho nu (pois na época não existia celular) podemos perceber a importância desta canção e que a cada dia está se perdendo através da juventude por medo de preconceito*. (Narrativa do cacique. Participante da pesquisa).

A seguir, o canto *Kamyry* (Alma) da Comunidade São Francisco do Guiribé, na Língua Apurinã e sua transcrição na Língua Portuguesa.[37]

KAMYRY

(Alma)

Á, á, á, á

Karanapá ré é

O que tá fazendo aqui?

Karanapá ra né é

O que tá fazendo

Karanapá né

Tá perdido?

E atate na pitwaé

Então vira borboleta

Kitipá na pitwaé

Você não quer ir embora?

Itupá na pitwae

Então vira galho de pau seco

Karanapará né é

Tá perdido é?

Saporé na pitwaé

Então vira sapo

Ó, ó ó na pitwaé é

---

[37] O canto *Kymyry* (alma), aqui apresentado foi descrito da Língua Apurinã e traduzido para Língua Portuguesa pelo Cacique participante da pesquisa.

E segue seu caminho.

Como evento da sociedade Apurinã, o *Kyynyry* é organizado de acordo com a realidade de cada comunidade, a qual se reveste de suas próprias regras. Essas regras são enunciadas na Língua Apurinã, já que alguns diálogos não possuem significação na Língua Portuguesa. Quanto a esses aspectos, o canto possui papel importante como enunciativo da fala da Língua Apurinã, porque, nele, os diálogos são envolvidos com os gritos repetitivos e expressões que, para os participantes, possuem sentido, ensinam não somente a língua, como também as relações recíprocas fundamentais de sua cultura. É no canto que são apresentados aos visitantes da festa entes que visitam o evento do *Kyynyry;* esses entes são determinantes para o bem e controle da comunidade.

A ocasião do *Kyynyry* exige dos membros da comunidade ou das metades uma série de providências, que vão desde o preparo dos alimentos para a celebração coletiva até as pinturas e adornos que serão utilizados pelos participantes – como já mencionado nesta produção. O preparo de alguns alimentos requer conhecimentos da produção e da Língua Apurinã, pois, nesse momento, o léxico e a cultura das receitas de preparação são enunciados pelas anciãs. O modo de organização desses eventos podem ser considerados linguagens simbólicas expressas para a prática dos atos de fala entre os Apurinã. Assim, é inegável que a participação coletiva nos eventos do *Kyynyry se* configura como ação da língua com todos seus sistemas, estruturas fonéticas e expressões, acarretando a produção dos atos de fala na Língua Apurinã.

> O papel da língua é destacado em relação aos outros aspectos culturais, pois, além dela apresentar um grau de desenvolvimento mais elaborado, sua perfeição é condição necessária para o desenvolvimento da cultura como um todo. Todas as línguas possuem sistemas de símbolos fonéticos que expressam pensamentos e sentimentos. É a partir desse sistema que se desenvolve a escrita, ou seja, a língua é a base para todos os outros sistemas, símbolos inclusive os gestos que acompanham a fala (PAULA, 2014, p. 108).

Para efetivar essa investigação, consideramos os estudos de Hymes (1974) que aborda as relações intrínsecas (influências internas e externas) da língua, quando

se estuda um evento de fala é preciso considerar o contexto em que o evento ocorre. Em outros termos, trata-se de questões como: quem fala, o que fala, para quem fala, em que condições se fala. Ou seja, as situações contextuais de uso.

Com isso, as cerimônias do *Kyynyry* podem ser consideradas eventos de fala presentes e importantes para esse grupo. Esses cerimoniais de festividade têm contribuído para a manutenção dos ritos e conservação da língua entre os participantes.

Para a etnografia da fala, a não realização de um ato ritualístico como uma cerimônia *Kyynyry* poderá ocasionar o desaparecimento dos eventos e dos atos de fala próprios desse ritual, conforme Hymes (1974 *apud* Paula 2014). Enunciados usados nos cantos, nos rituais, nas falas típicas de uso do pajé e tuxauas, nas bênçãos de proteção, cura e feitiços são fundamentais para a propagação dos atos de fala. A não proliferação desses enunciados pode ocasionar o fim de instituições na comunidade, afetando diretamente a vida social nos contatos linguísticos desses povos.

Os eventos de fala do grupo de Apurinã da Comunidade São Francisco do Guiribé, listados nesta dissertação cumprem importante papel na transmissão dos valores culturais, entre os membros Apurinã da comunidade e a língua, cumprindo a rotina de comunicação e preservação de suas tradições.

3.5.3 Os atos de nomeação

Na pesquisa quantitativa, o questionário sociolinguístico foi aplicado a informantes com os seguintes perfis: falantes e não falantes da Língua Apurinã com idade entre 18 a 40 anos nascido na comunidade, de ambos os sexos e moradores da comunidade de pesquisa há mais de 10 anos.

Um dos objetivos desta pesquisa – entre outros – foi quantificar o número de informantes que possuem nome na língua materna Apurinã, determinando, assim, as relações de pertencimento cultural, social e linguístico que o indivíduo carrega ao ser nomeado. Os resultados dessa quantificação serão apresentados no capítulo 4.

Na pesquisa etnográfica, tomamos como objetivo principal analisar os atos de nomeação dos indivíduos nascidos na comunidade de pesquisa e, se nesse momento em que o indivíduo é nomeado, ainda ocorre o ritual de nomeação. Para essa prática, nos embasamos nos estudos de Paula (2014), que tratam das relações da Língua Apyawã na perspectiva da Etnossintaxe.

A compreensão que temos sobre esse ato é que nomear um indivíduo pode ser entendido como uma ação significativa, subjetiva (o nome dado possui significados ou atribuições metafóricas ou metonímica) ou objetiva (o nome dado possui relações de ordem familiar ou apenas social), em que os estímulos do ato requerem que o nomeado atue como sujeito de sua cultura linguística. Dentre esses estímulos, o nome recebido servirá como instrumento comunicativo social capaz de produzir a fala mínima ao nome atribuído.

Segundo Paula (2014), o ritual de nomeação da tradição *Apyawã* é extremamente significativo para esse povo, visto que as fases do ciclo de vida de seus membros são marcadas por mudanças de nomes, os quais pertenceram a algum predecessor do mesmo grupo familiar. Assim, os nomes que uma pessoa recebe em sua vida rememora a própria vida do povo. Essas práticas estão seriamente comprometidas frente às imposições da sociedade majoritária que, por exigência do mundo não indígena, obriga os *Apyawã* a possuírem documentos que os identifiquem com nomes em português. Em submissão a essa regra sociolinguística de mudanças de nome, os *Apyawã* possuem documentos com nome social (Língua Portuguesa) da pessoa e, entre parênteses, o nome na Língua Apyawã, no registro de nascimento (PAULA, 2014, p. 16).

Segundo os estudos das práticas Apyawã, um fato que ocasionou deslocamento de território foi a prática da mudança de nomes pessoais. Para essa etnia, a mudança de nomes acontece várias vezes no decorre de sua vida, como nos rituais de iniciação em que, além dos iniciados, os pais e os avós também mudam de nomes. Com isso, a nomeação marca também a faixa etária à qual os envolvidos nos rituais passam a pertencer. O novo nome que essa pessoa recebe, de maneira solene, pertenceu a um antepassado, que usava o mesmo nome na faixa etária correspondente. Com esses nomes pertencentes às famílias dos ancestrais, cada grupo familiar possui um repertório de nomes que serão dados aos seus membros.

Assim, um membro familiar está intimamente relacionado às gerações que o precederam. É como se – com essa prática – o membro que recebe o novo nome indicasse que ele possui direitos sobre a terra em que seus ancestrais viveram. Essa atitude de reafirmação dos nomes próprios, articulada com a retomada do território, constituindo-se um claro indício de valorização e marca identitária própria (PAULA, 2014, p. 42).

Partindo do estudo de Paula (2014), podemos considerar que a estrutura de uma língua e a sua formação dependem da formação cultural e das relações contextuais de uso. Essa percepção depende da organização social do grupo como importante papel na articulação linguística. A pesquisa na comunidade São Francisco do Guiribé, no município de Manacapuru/AM, reafirma a importância social de agentes da comunidade na realização dos eventos de fala. As figuras de membros da comunidade como a do tuxaua, do cacique, dos agentes de saúde e professores são fundamentais para a manutenção e preservação da língua nos eventos comunitários, tendo em vista que, assim, os rituais possuem grande importância para a comunidade, pois sua realização define os rumos e a tomada de decisões pelos quais seus membros serão guiados.

Para os Apurinã, o nome na língua materna carrega consigo expressões que ultrapassam o significado social. Na comunidade São Francisco do Guiribé, o ato de nomeação na língua materna ainda é presente, apesar de não mais ser praticado com os ritos de nomeação, ritual comprovado na pesquisa, que, em tempos passados, era realizado pelos seus ancestrais.

Na pesquisa, um dos informantes, com perfil de faixa etária de 40 anos ou mais, informou:

> *"- eu conheci o ritual de nomeação, meu pai conhece, ele tem 99 anos. Ele cantou pra mim e deu o meu nome, Konhãpe/Kameiri, que significa Arara vermelha/pássaro encantado. Ainda sei cantar algumas palavras desse canto, fiz questão de cantar para dar o nome para minha neta. Foi eu quem escolheu o nome dela* (narrativa de um informante).

É comum os membros da comunidade serem chamados ou chamarem outros na Língua Apurinã. Essa característica de receber um nome logo após o nascimento

é algo significativo para esse grupo. Conforme as palavras do entrevistado 03 (informação verbal)[38],

> *"- Ter o nome na língua é a lei do indígena Apurinã".*

Os Apurinã dessa comunidade convivem com dois nomes. Trata-se de significância para as relações sociais dentro e fora da comunidade. Na pesquisa levantou-se a seguinte questão: qual a importância para você possuir dois nomes? Algumas respostas foram as seguintes:

> *"- o nome Apurinã é pela personalidade, os mais velhos sabem, viram o tempo e deu o nome. O bicho (escolhido) que significava a minha personalidade é meu nome. O nome em português é social, a gente precisa pros documentos (narrativas do informante 01).*

Outra questão levantada: que critério foi usado pela pessoa que escolheu seu nome para nomeá-lo? Para essa questão, muitos participantes não souberam responder, apenas identificaram o significado do nome na Língua Portuguesa.

Há algumas relações possíveis para usarem nomes da fauna e da flora ou de outros elementos que podem variar por grupos: a semântica entre esses significados são baseados historicamente na percepção que os Apurinã fazem dos elementos do seu ambiente ecológico local, ou em relações metafóricas, metonímicas construídas a partir das observações sobre os elementos da natureza feitas no dia a dia do seu povo (FACUNDES, 2000).

Na pesquisa pudemos relacionar dos participantes alguns nomes de membros da comunidade na Língua Apurinã e seus significados:

Konhãpe/Kameiri = Arara vermelha/pássaro encantado.

Mayaka = onça maracajá

Kuryry = sabiá

---

[38] Entrevista concedida pelo tuxaua da comunidade São Francisco do Guiribé. Entrevista 03 [03.2021] Entrevistador: Lucas Pereira de Aquino. 2021, arquivo, mp3. (58 mim.).

lupity = estrela

Apisa = terra

Ynykynamary = cobra grande

Kãnho = cana de açúcar

Oneni = lago calmo

Para o indígena Apurinã é através do nome próprio que algumas habilidades são adquiridas e exercidas. Seja esse indivíduo falante ou não falante Apurinã, essas relações (de nomeação) serão definidas pela cultura linguística que o envolve de algumas maneiras. No processo da pesquisa etnográfica, definimos que algumas habilidades comunicativas são adquiridas desde o nascimento até a fase adulta de um membro Apurinã. Com isso, o ato de nomeação na Língua Apurinã representa continuidade e identidade étnica. Através do ato de nomeação, a criança passa a criar um vínculo cultural capaz de desenvolver nela habilidades representativas (a respeito de seu nome), ou seja, obedece a um chamado, se identificar com o significado que seu nome, na língua, representa tanto no sentido individual (personalidade subjetiva) quanto coletivo, isto é, para o grupo de sua comunidade.

> Os Apurinã exploram extensivamente seus conhecimentos de mundo acerca do ambiente natural que os circunda para codificar informações sobre o seu universo, a partir de experiências acumuladas ao longo de várias gerações. Tais estratégias podem revelar informações históricas sobre o universo cultural e social Apurinã, algumas delas podem nem mais existir na consciência coletiva (FACUNDES, 2000).

CAPÍTULO QUATRO
ANÁLISE DOS DADOS

O capítulo quatro trata da análise dos dados obtidos através da pesquisa etnográfica e sociolinguística. Na seção apresentação, discussão e análise dos resultados apresentaremos *o locus* da pesquisa, as definições de faixa etária e os critérios de inclusão e exclusão para a participação dos informantes, a seção apresenta o objetivo da pesquisa que através das entrevistas buscou informações dos participantes a respeito do uso linguístico na comunidade São Francisco do Guiribé – Manacapuru/AM. A apresentação do questionário sociolinguístico aplicado possuem bases qualitativa e quantitativa, relevância para que se possa ter um diagnóstico claro, objetivo e próximo da realidade linguística dos participantes. Os dados foram assim, transformados em quadros e gráficos de maneira que possam revelar informações sobre a facilidade linguística na língua materna Apurinã e na Língua Portuguesa, entre os participantes do sexo masculino e feminino. Destacaremos na seção 4.1.1 os quadros 12 e 13 que nos esclarece o quantitativo dos membros da comunidade pesquisada que possui seu nome na Língua Apurinã, análise realizada como atos de fala e que ainda é presente como tradição da comunidade. Através das observações dos espaços da comunidade e análise dos questionários, construímos juntamente como os professores da Escola municipal Apurinã Mekaro um mapa sociolinguísticos da comunidade São Francisco do Guiribé que será apresentado no item 4.2 e que servirá de facilitador para a compreensão do espaço social onde a língua tanto portuguesa quanto Apurinã estão presentes no cotidiano da comunidade.

4.1 Apresentação, discussão e análise dos resultado.

A pesquisa foi realizada na comunidade São Francisco do Guiribé da etnia Apurinã, área urbana do município de Manacapuru/AM, com pessoas de faixa etária entre 18 a 40 anos, moradores nascido na comunidade e se que designam falantes e

não falantes da língua materna Apurinã[39]. O objetivo da entrevista foi colher informações a respeito da facilidade linguística na Língua materna Apurinã e na Língua Portuguesa. Nesses termos, foram elaborados dois questionários sociolinguísticos: um com questões diretamente relacionadas ao domínio linguístico tanto da língua tradicional Apurinã quanto da Língua Portuguesa – essas questões fizeram indagações sobre o uso da língua no contexto social e as relações que os atos de fala possuem nas interações individuais e coletivas do grupo Apurinã da comunidade; e outro com questões por famílias - este questionário teve como objetivo produzir a árvore genealógica dos moradores da comunidade, assim como, relacionar todos os que possuem e não possuem nome na Língua Apurinã . Na pesquisa foram entrevistados 30 participantes sendo 12 homens e 18 mulheres. Abaixo os quadros com distribuição de informantes do sexo masculino e feminino.

QUADRO 05 - Quadro De Distribuição Dos Informantes Quanto À Faixa Etária E Sexo.

	Faixa etária				
Sexo	**18 a 25**	**26 a 32**	**33 a 40**	**40 ou mais**	**Total**
Masculino	5	3	-	4	12
Feminino	9	2	5	2	18
Total de informantes					**30**

Fonte: pesquisa de campo 2020

O quadro acima apresenta os aspectos da seleção dos informantes quanto a faixa etária e sexo. Essa distribuição permitiu analisar a que faixa de idades os participantes do sexo masculino e feminino estão inseridos, dados quantitativos determinante para que possamos entender dois aspectos linguísticos apresentados na pesquisa: i) a predominância do número de falantes da língua materna do sexo feminino – (Quadro 8) e ii) a relação de falantes e não falantes na Língua Apurinã de ambos os sexo – (Quadro 12 e 13). É importante ressaltar, que ao número de

[39] O objetivo de entrevistar participantes com perfil de não falantes da Língua Apurinã foi para se ter um quantitativo de participantes que mesmo não sendo falantes de sua língua tradicional possui seu nome na Língua Apurinã. Este resultado será importante para termos um diagnóstico da prática do ato de nomeação na Língua Apurinã apresentado como hipótese a este estudo.

participantes houve um decréscimo devido ao período da pandemia de covid19, o que possivelmente interferiu em resultados mais precisos.

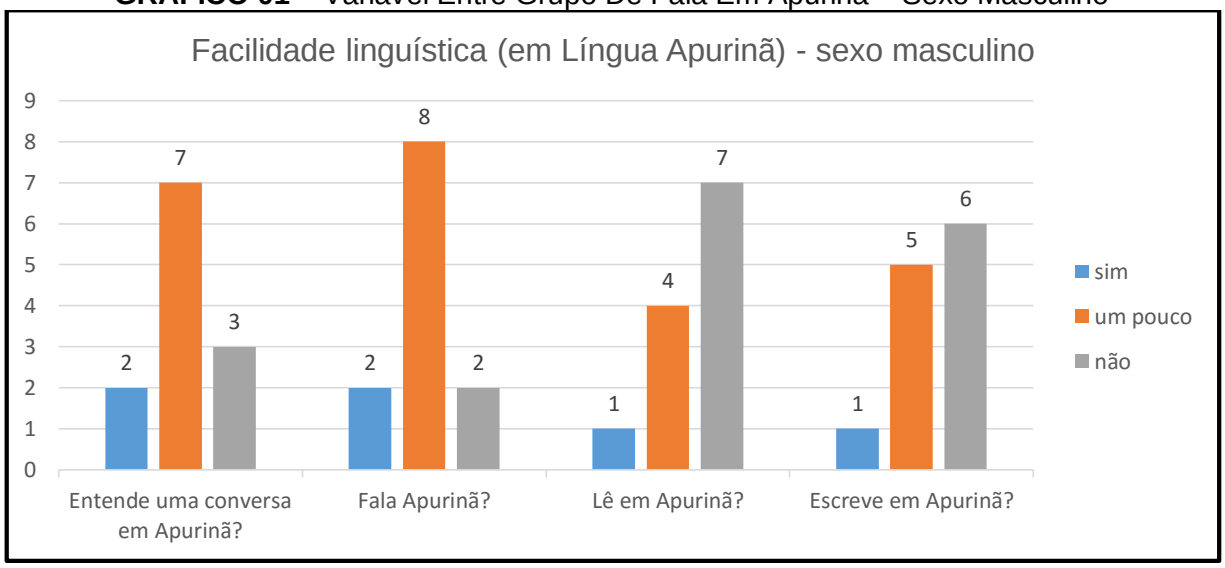
QUADRO 06 – Facilidade Linguística (Em Língua Apurinã) Sexo Masculino

	Facilidade linguística (em Língua Apurinã)	**Sim**	**Um pouco**	**Não**
MASCULINO	Você entende uma conversa em Apurinã?	2	7	3
	Você fala Apurinã?	2	8	2
	Você lê em Apurinã?	1	4	7
	Você escreve em Apurinã?	1	5	6

Fonte: dados da pesquisa de campo, fevereiro de 2021

Na pesquisa sociolinguística, o questionário que foi aplicado teve por base os elaborados por Silva (2007) e (2010) para o povo Sateré-Mawé e subsidiou a análise qualitativa e quantitativa, estes fizeram referências aos domínios linguísticos de um grupo do sexo masculino. No total 12 participantes puderam contribuir com a pesquisa. O quadro acima revelam os dados, demonstrando que entre o grupo do sexo masculino, existe uma variação significativa de envolvimento da Língua Apurinã entre esses participantes. Sendo que apenas 2 participantes declararam não falar a Língua Apurinã.

GRÁFICO 01 – Variável Entre Grupo De Fala Em Apurinã – Sexo Masculino



O gráfico apresenta uma variável de indivíduos masculinos que falam um pouco a Língua Apurinã, 8 dos 12 entrevistados em comparação com os grupos que não entende 7/12. Esses resultados podem ter relações com a história da chegada do grupo de Apurinã a cidade de Manacapuru, quando estes devido o contato com não índios tiveram a necessidade de convivência e busca por trabalhos e comercialização. Hoje, ainda é comum homens e mulheres saírem da comunidade para trabalhar em outros seguimento da cidade o que os coloca um pouco mais distantes de sua língua materna e próximos da fluência na Língua Portuguesa. Os resultados revelam um pouco mais sobre essa realidade a qual a grande maioria dos participantes do item não lê 7/12 em Apurinã? e não escreve 6/12? são das faixas etária entre 18 a 32 anos, evidenciando a perda gradual do léxico da Língua Apurinã entre esses participantes.

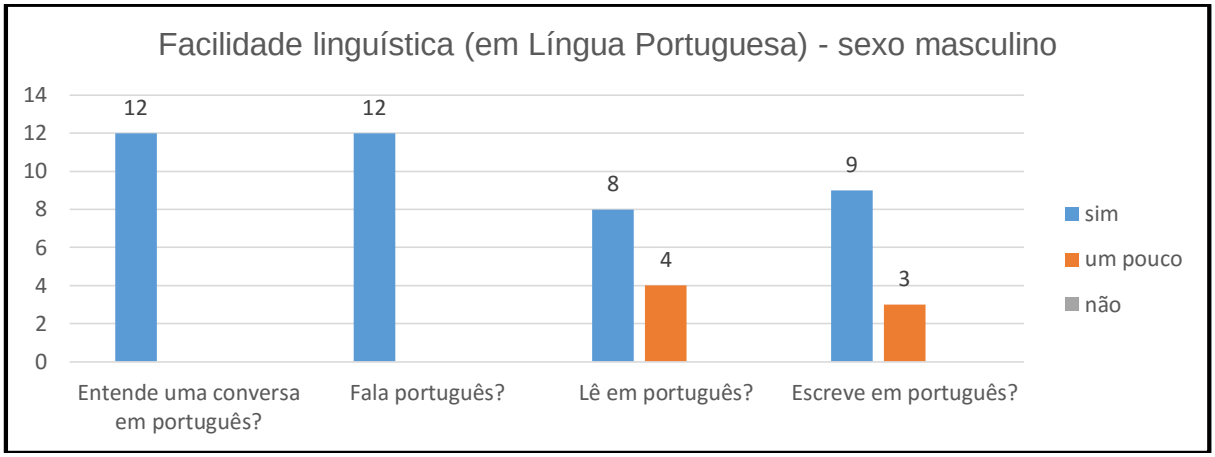
QUADRO 07 – Facilidade Linguística (Em Língua Portuguesa) - Sexo Masculino

	Facilidade linguística (em Língua Portuguesa)	**Sim**	**Um pouco**	**Não**
MASCULINO	Você entende uma conversa em português?	12	-	-
	Você fala português?	12	-	-
	Você lê em português?	8	4	-
	Você escreve em português?	9	3	-

Fonte: dados da pesquisa de campo, fevereiro de 2021

Com relação à facilidade linguística e domínio da Língua Portuguesa, os dados revelam que entre os informantes do sexo masculino, o português exerce grande influência nas falas desse grupo, demostrando assim, que a relação com a Língua Portuguesa está mais habituada entre eles. A esses hábitos comentamos no item 3.3 dessa dissertação.

GRÁFICO 2 – Variável Entre Grupo De Fala Em Língua Portuguesa – Sexo Masculino



Com relação ao gráfico 2, observou-se que a Língua Portuguesa possui pertencimento e domínio no grupo, se definindo como comunidade de fala presente entre os membros do sexo masculino. Dos 12 participantes da pesquisa do sexo masculino, os dados revelaram que todos falam a Língua Portuguesa em seu contexto. Os grupos que apresentam relações de dificuldade tais como: lê em português? 4/12, e escreve em português? 3/12 foram os participantes que apresentaram baixa escolaridade conforme a pesquisa socioeconômica.

Quadro 08 – Facilidade Linguística (Em Língua Apurinã) - Sexo Feminino

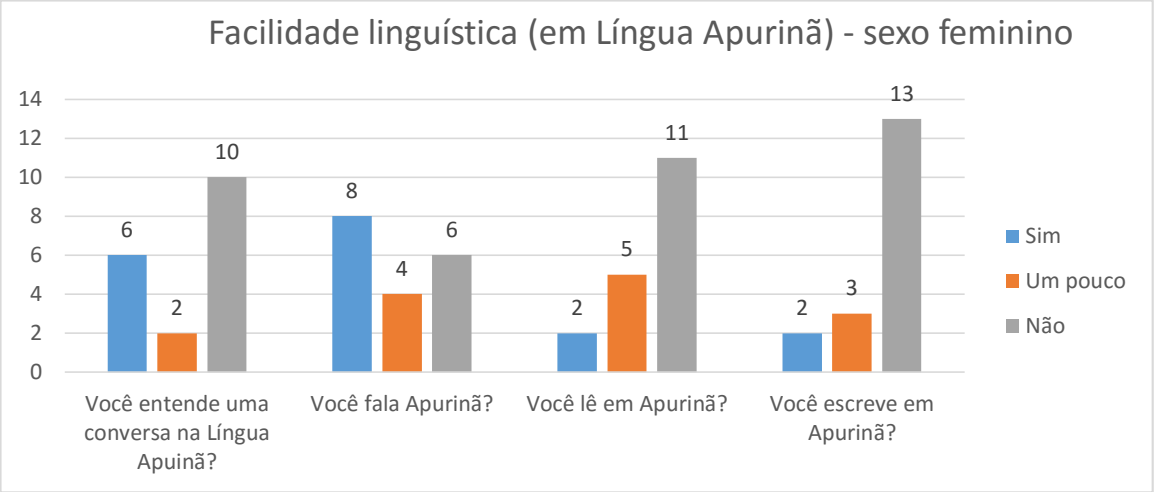
	Facilidade linguística (em Língua Apurinã)	**Sim**	**Um pouco**	**Não**
FEMININO	Você entende uma conversa em Apurinã?	6	2	10
	Você fala Apurinã?	8	4	6
	Você lê em Apurinã?	2	5	11
	Você escreve em Apurinã?	2	3	13

Fonte: dados da pesquisa de campo, fevereiro de 2021

O quadro acima revela os dados dos informantes do sexo feminino quanto a facilidade linguística na língua materna Apurinã. No total foram entrevistados 18 participantes, que em comparação ao quadro 07 – Facilidade linguística em Língua Apurinã – sexo masculino, demonstram um maior número de falantes. Na pesquisa qualitativa podemos observar que esse grupo de participantes são principalmente de

mães, revelando o fato de estas por estar próximas dos afazeres domésticos na comunidade e dos cuidados familiares preservam suas práticas diárias e seus diálogos na Língua Apurinã.

GRÁFICO 03 – Variável Entre Grupo De Fala Em Língua Apurinã - Sexo Feminino



O gráfico 03 apresenta um forte índice de proficiência entre o grupo feminino para a língua materna Apurinã. O objetivo da pesquisa apresentado neste campo era determinar o grau de falantes entre as mulheres da comunidade. No gráfico, a visibilidade dos que falam a língua é presente em 8/18 participantes. A contrariedade nesta ordem se dá pelos altos gráficos quando o quesito é entender uma conversa, 10/18 participantes responderam não compreender diálogos na língua materna, lê em Apurinã? 11/18, não dominam aspectos como leitura de textos ou palavras na língua materna e no item escrever em Apurinã? 13/18 participantes alegaram não saber nenhum tipo de grafia referente a língua de seus ancestrais.

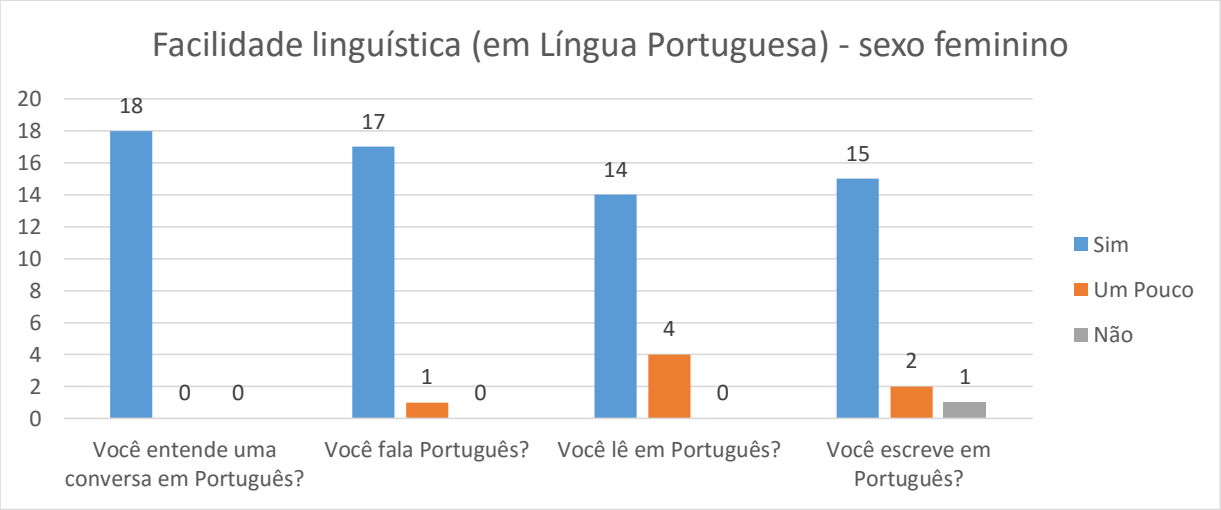
QUADRO 09 – Facilidade Linguística (Em Língua Portuguesa) - Sexo Feminino

	Facilidade linguística (em Língua Portuguesa)	**Sim**	**Um pouco**	**Não**
FEMININO	Você entende uma conversa em português?	18	-	-
	Você fala português?	17	1	-
	Você lê em português?	14	4	-
	Você escreve em português?	15	2	1

Fonte: dados da pesquisa de campo, fevereiro de 2021

O questionário sociolinguístico quanto a facilidade linguística em Língua Portuguesa foi aplicado a um grupo de 18 informantes do sexo feminino, também teve por base SILVA (2007, 2010). Os dados revelam que todos os informantes do sexo feminino possuem domínio da Língua Portuguesa (fala, leitura e escrita), em seu contexto, o que nos dá a entender que entre os grupos de participantes da pesquisa, a Língua Portuguesa possui grande influência linguística dentro da comunidade.

Gráfico 04 – Variável Entre Grupo De Fala Em Língua Portuguesa - Sexo Feminino



Com relação ao grupo de falantes da Língua Portuguesa entre as mulheres, o elevado índice não deixa dúvidas quanto ao falar entre elas. Na pesquisa o questionário buscava informações sobre o domínio da Língua Portuguesa entre o sexo feminino e até que ponto a segunda língua estava atrelada no contexto. O destaque deste gráfico ficou por conta do índice: entende uma conversa em português? 18/18 participantes revelaram entender a Língua Portuguesa e seu uso no dia a dia. A relevância do item fala em português? ficou em 17/18 participantes sendo que os demais gráficos do campo revelam que não só o domínio na fala quanto na leitura e na escrita tomaram conta da cultura linguística desse grupo. No gráfico é possível observar que uma parte pequena desse grupo tem dificuldades na leitura e na escrita em português. Sugere-se que isso deva ser ocasionado pela baixa escolaridade desses participantes.

4.1.1 Resultados

QUADRO 10 – Facilidade Linguística em Língua Apurinã – Distribuição Quanto à Faixa Etária e Sexo Masculino

Facilidade linguística (em Língua Apurinã) Faixa etária – Sexo Masculino												
Faixa etária	**Entende**			**Fala**			**Lê**			**Escreve**		
	Sim	Um pouco	Não	Sim	Um pouco	Não	Sim	Um pouco	Não	Sim	Um pouco	Não
18 a 25		2	3		3	2		2	3		2	3
26 a 32	1	2		1	2			2	1		3	
33 a 40												
40 ou mais	1	3		1	3		1		3	1		3

Fonte: dados da pesquisa de campo, fevereiro de 2021

O quadro sobre facilidade linguística em Língua Apurinã quanto à faixa etária do sexo masculino revela uma realidade preocupante no grupo de Apurinã da comunidade São Francisco do Guiribé. Dos 12 participantes da pesquisa apenas 2 declararam falar a sua língua materna, destacamos a faixa etária pertencentes a esse grupo – 1 da faixa etária de 26 a 32 que entende e fala, e 1 da faixa etária de 40 anos ou mais revelando uma distorção entre a primeira geração e a terceira geração da comunidade de pesquisa. Neste grupo a proficiência dos que falam e entendem a língua mostra que em média somente 30% dos participantes da pesquisa sociolinguística ainda possui domínio de sua língua tradicional.

De acordo com o quadro 03 – Línguas em perigo de extinção – UNESCO 2010, apresentado na página 34 desta dissertação, a Língua Apurinã encontra-se em grau de gravemente ameaçada sendo apontada como definitivamente em perigo - “a língua é falada pelos avós e pelas gerações mais velhas; embora a geração dos pais possa entender, ele não falam para os filhos ou entre si” (MOSELEY, 2010).

Esta realidade é bastante preocupante, apesar de se ter na comunidade algumas ações que tentam reverter essa situação linguística, a pesquisa para esse estudo destacou dados relevantes que comprovam que a Língua Apurinã é o principal mecanismo de produção das tradições culturais do grupo.

QUADRO 11 – Facilidade Linguística em Língua Apurinã – Distribuição Quanto à Faixa Etária e Sexo Feminino

Facilidade linguística (em Língua Apurinã) Faixa etária – Sexo Feminino												
Faixa etária	**Entende**			**Fala**			**Lê**			**Escreve**		
	Sim	Um pouco	Não	Sim	Um pouco	Não	Sim	Um pouco	Não	Sim	Um pouco	Não
18 a 25		1	6		4	3		1	6			7
26 a 32			2		1	1			2			3
33 a 40	4		2	5		1	1	2	3	1	1	3
40 ou mais	2	1		3			1	2		1	2	

Fonte: dados da pesquisa de campo, fevereiro de 2021

Quando analisamos o quadro 11 – Facilidade linguística em Língua Apurinã quanto à faixa etária e sexo feminino, percebemos que entre os participantes do sexo feminino a língua materna Apurinã se mostra mais presente entre esse grupo, em comparação ao quadro 10, Facilidade linguística em Língua Apurinã quanto a faixa etária e sexo masculino, pois os resultado mostram que em média 45% dos participantes – esses resultados foram identificados nas faixa etária entre os 33 a 40 e 40 anos ou mais - da pesquisa sociolinguística ainda possui algum domínio linguístico na Língua Apurinã.

QUADRO 12 – Grupo De Falantes E Não Falantes Que Possuem Nome Na Língua Apurinã – Sexo Masculino

POSSUI NOME NA LÍNGUA APURINÃ	**SIM**	**NÃO**
MASCULINO	10	2

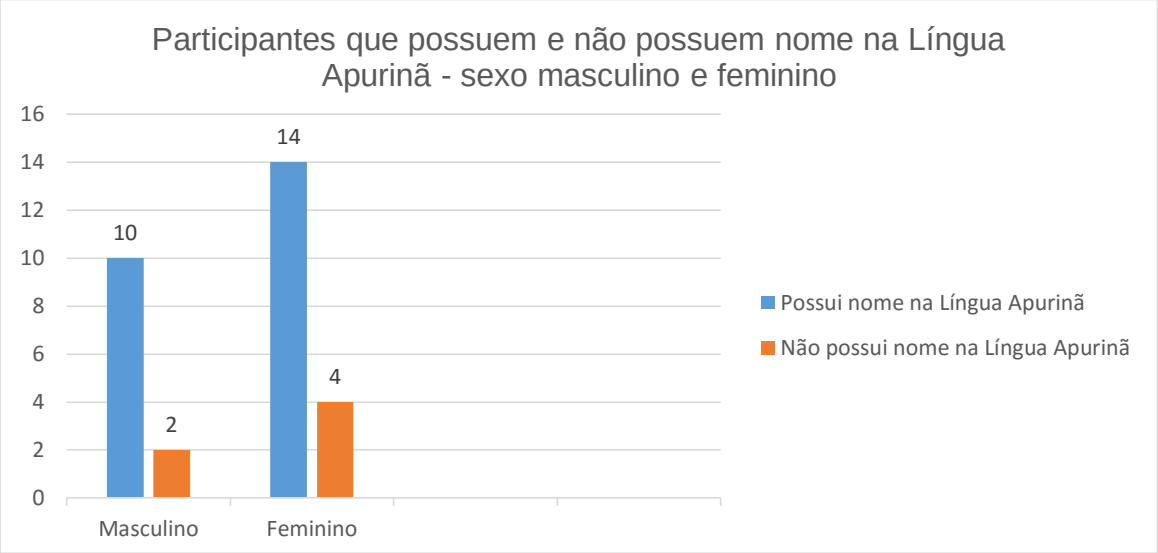
Fonte: dados da pesquisa de campo, fevereiro de 2021

QUADRO 13 – Grupo De Falantes e Não Falantes que Possuem Nome na Língua Apurinã – Sexo Feminino

POSSUI NOME NA LÍNGUA APURINÃ	SIM	NÃO
FEMININO	14	4

Fonte: dados da pesquisa de campo, fevereiro de 2021

GRÁFICO 05 – Quantidade de Indivíduos com Nome na Língua Apurinã – Sexo Masculino e Feminino

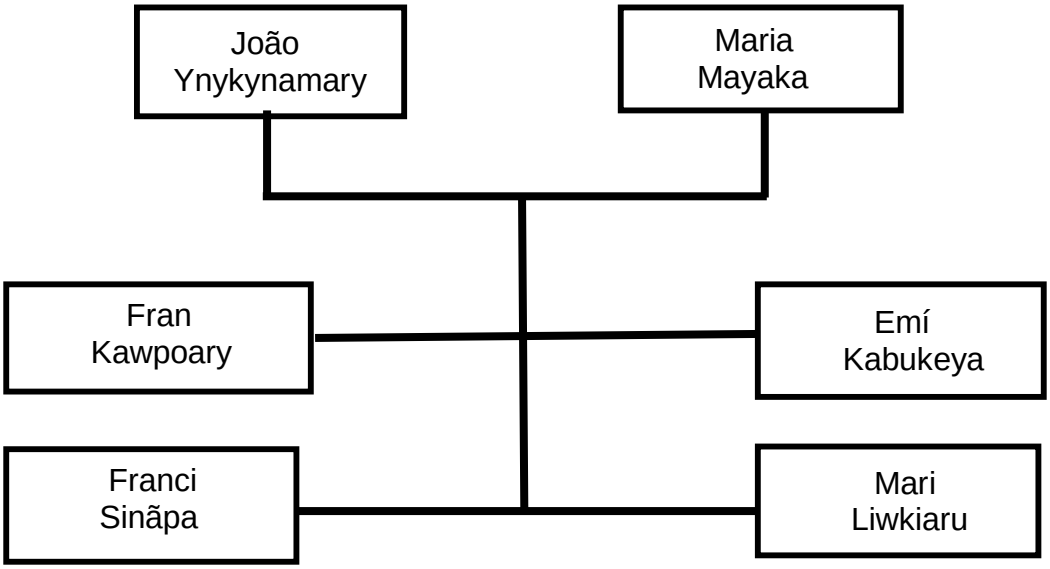


A respeito do quadro 12 e 13 a pesquisa buscou saber quantos indivíduos pertencentes a comunidade possuem nome na língua materna, a esse quesito observou-se que cerca de 80% dos membros da comunidade foram nomeados na língua materna, o que comprova a hipótese de que o ato de nomeação é um ato de fala presente entre esse grupo de Apurinã sugerindo a preservação e o funcionamento social da língua. Para o povo Apurinã nomear o indivíduo na língua materna e de extrema importância para a continuidade linguística e cultural dessa etnia. Na comunidade São Francisco do Guiribé os indivíduos recebem seus nomes conforme o direcionamento do tuxaua ou mais velho da comunidade. Conforme as palavras do

entrevistado 03 (informação verbal)[40] “ter o nome na língua é a lei do indígena Apurinã”.

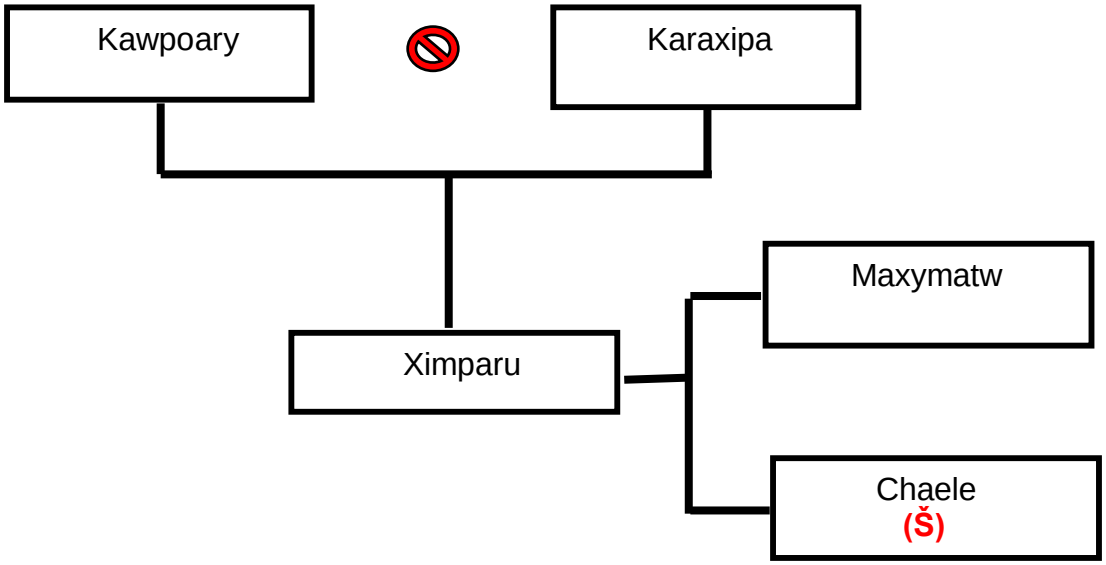
A seguir demonstrativo das famílias descendentes e estirpes dos primeiros fundadores da comunidade São Francisco do Guiribé, segundo a pesquisa sociolinguística por família. A comunidade é formada pelos descendentes diretos de João (Ynykynamary) e Maria (Mayaka).[41] Determinaremos o símbolo **Ø** para separados e o símbolo **(Š)** para os descendentes que não possuem nome na Língua materna Apurinã.

Genealogia 1 – Descendência de João (Ynykynamary) e Maria (Mayaka).

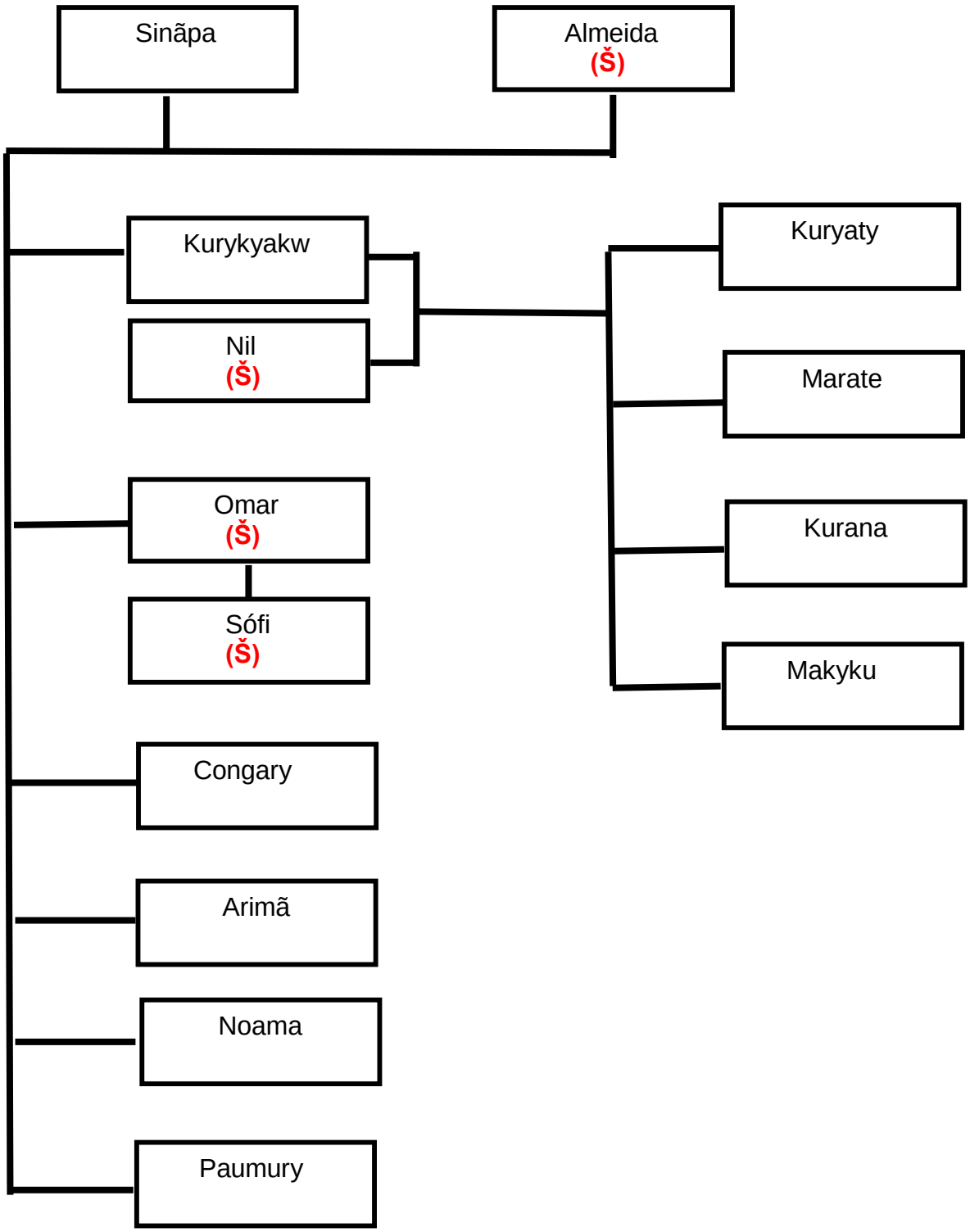


[40] Entrevista concedida pelo tuxaua da comunidade São Francisco do Guiribé. Entrevista 03 [03.2021] Entrevistador: Lucas Pereira de Aquino. 2021, arquivo, mp3. (58 mim.).
[41] Os nomes na Língua Portuguesa são fictícios.

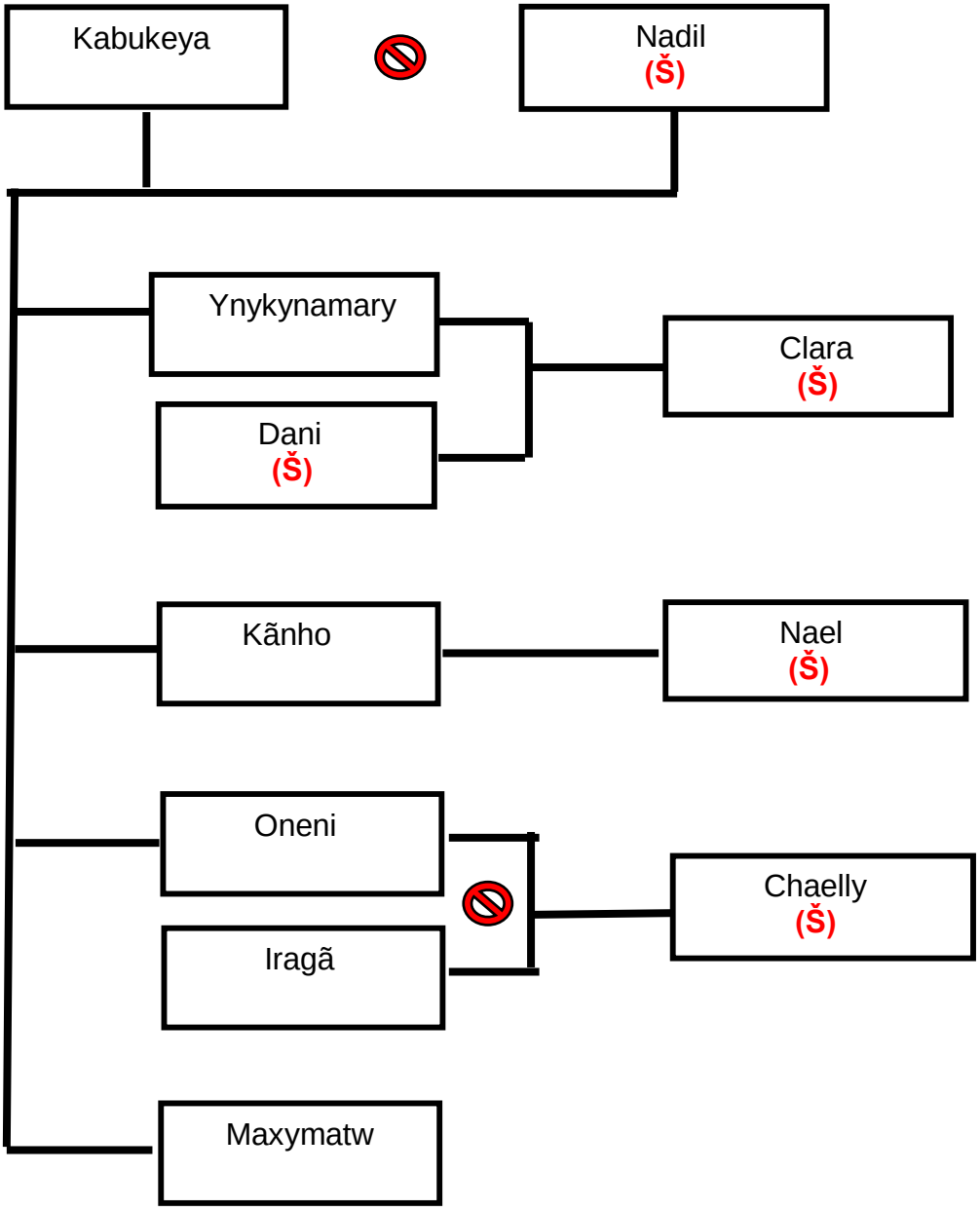
Genealogia 2 – Descendência de Kawpoary e Karaxipa



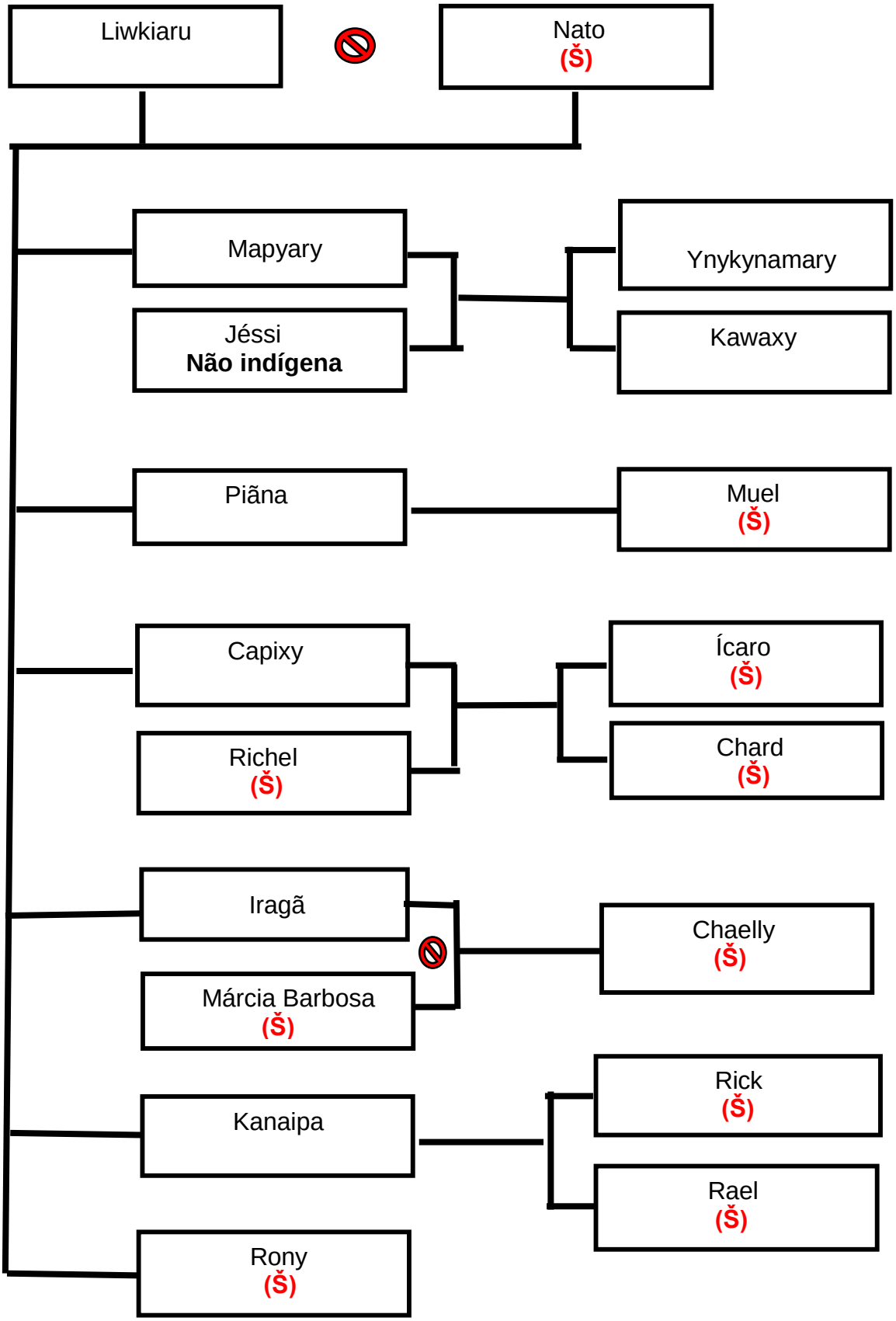
Genealogia 3 – Descendência de Sinãpa e Almeida.



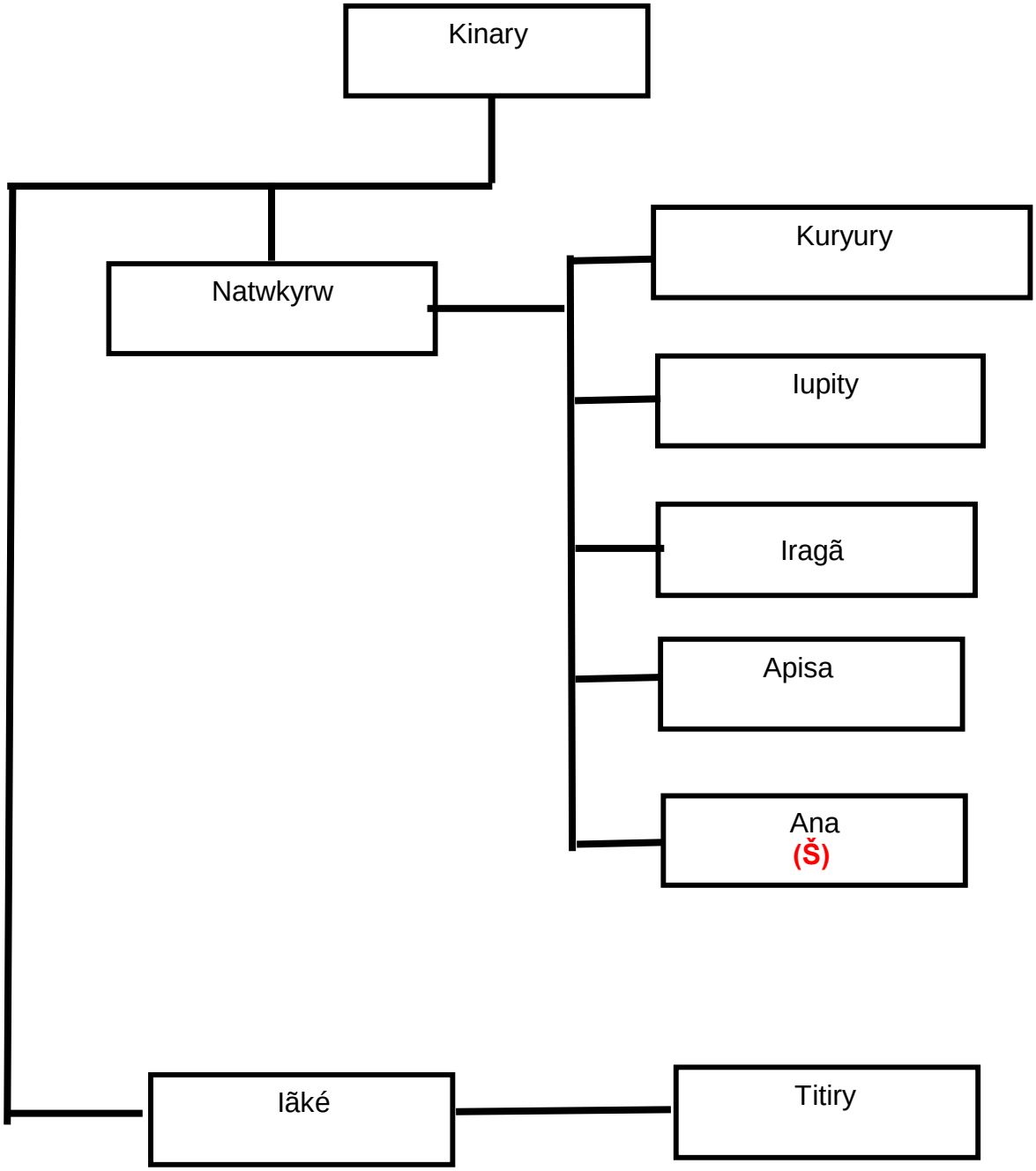
Genealogia 4 – Descendência de Kabukeya e Nadil.



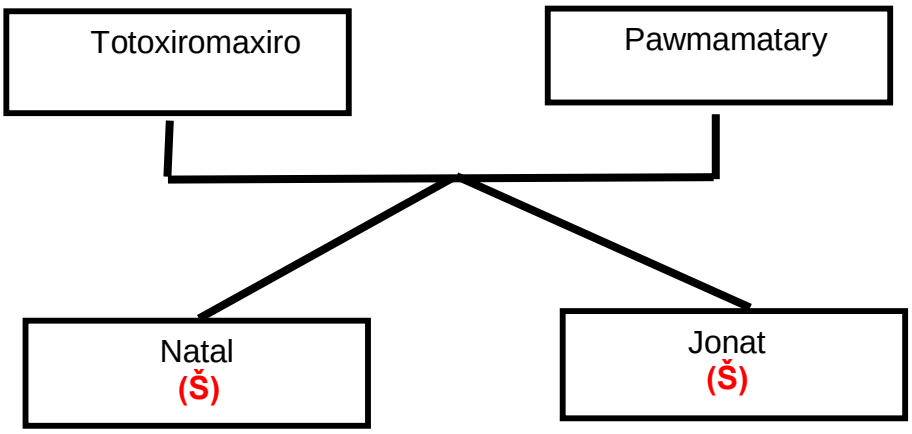
Genealogia 5 – Descendência de Liwkiaru e Nato.



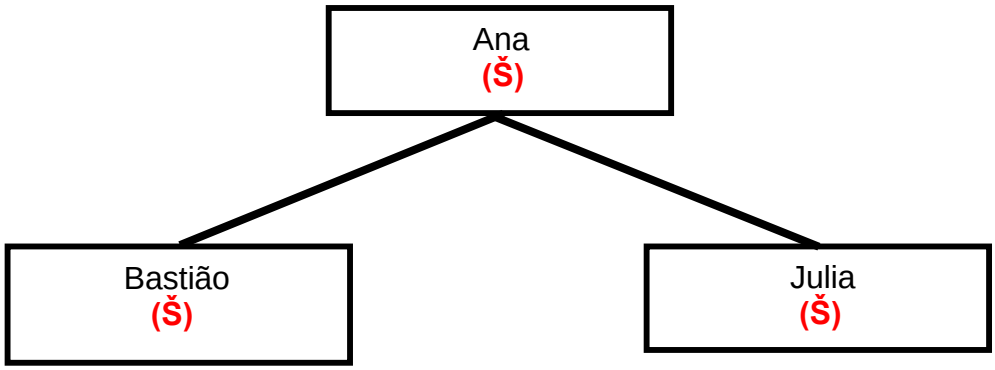
Genealogia 6 – Outras descendências: Família de Kinary e Iãké/Natwkyrw



Genealogia 7 – Outras descendências: Família de Totoxiromaxiro e Pawmamatary



Genealogia 8 – Outras descendências: Família de Ana da Silva



4.2 Contribuições do mapa sociolinguístico da comunidade para a compreensão dos espaços de fala.

Na pesquisa de campo as fases de observação nos permitiu acessar os espaços da comunidade como um todo: as casas dos moradores, a igreja católica São Francisco de Assis, o campo de futebol, o centro comunitário, o barracão do artesanato e a Escola municipal Apurinã Mekaro, assim como, os espaços naturais que cercam os arredores da comunidade. Como já mencionado a comunidade São Francisco do Guiribé pertence ao perímetro urbano do município de Manacapuru,

tendo em sua extensão uma vasta área cercada por matas, rios e igarapés. Ao norte possui limite com o rio Miriti responsável pelo abastecimento de água na cidade, e ao sul tem limites com o rio Solimões. Foram com essas observações que durante um encontro com os professores da comunidade tivemos a ideia de recriar os espaços da comunidade de forma ilustrada. O objetivo de reproduzir através de desenho todos os espaços da comunidade foi de construir um mapa sociolinguístico que represente os espaços de interações das Línguas Apurinã e Portuguesa, e assim, nos situar no espaço da comunidade onde as falas na língua materna ainda são usuais.

O mapa sociolinguístico da comunidade funciona não somente como um mapa mental, mas perceptível para as observações dos espaços da comunidade onde as línguas são compartilhadas, sugerindo-se que na comunidade São Francisco do Guiribé, os espaços de convivência são lugares que permitem que mais de uma língua sejam usadas. O mapa sociolinguístico também ilustra as construções espaciais do presente e do passado do grupo, como as casas, e os espaços comunitários que evidenciam as transformações que ocorrem no espaço social da comunidade. Ao observar as transformações feitas pelos moradores, podemos destacar os espaços naturais que cercam os arredores da comunidade ao mesmo tempo que a área urbana dos bairros se aproximam, uma grande faixa de mata isola os ambientes criando para os moradores uma ecologia própria que são a base dos enunciados e narrativas históricas sobre aquele lugar – uma das narrativas, foi representada nesta dissertação pelo cacique.

O acesso aos espaços da comunidade e as relações sociais de seus membros direto e indiretamente com ambientes naturais (da comunidade) e urbanos nos fez levantar algumas indagações (mencionadas na introdução), dentre elas: Quais lugares podem ser considerados espaços sociais de transmissão da Língua Apurinã, onde os atos de fala, principalmente a nomeação e os cantos são transmitidos? - Como comunidade pertencente a área urbana o acesso dos moradores com os bairros próximos facilitam não só a comercialização de produtos de necessidades básicas como o utilização da Língua Portuguesa nas principais interações comunicativas. A indagação supra mencionado nos permitiu investigar como a língua materna é utilizada e em quais espaços da comunidade (casa, escola, igreja, centro social, campo de futebol, casa do tuxaua entre outras) é frequentemente utilizada.

Com o intuito de responder a essas questões sociolinguísticas pudemos através da aplicação do questionário traçar não só um relato subjetivo (qualitativo) dos participantes como também um retrato da localização e do espaço dentro da comunidade. No mapa sociolinguístico apresentamos um desenho ilustrado da comunidade. Nele é possível observar as extremidades (limites geográficos), os espaços sociais (escola, sede social, igreja e campo de futebol), e as casas dos moradores na comunidade onde os diálogos são reproduzidos para as interações comunicacionais. Produzimos juntamente com o desenho uma legenda, sem intenções cartográficas, mas que possa ajudar na leitura e assim, identificar os principais aspectos das interações sociais nas línguas daquela comunidade e acerca dos acontecimentos e elementos existentes no espaço geográfico.

A legenda, objetiva identificar através de símbolos e seus respectivos significados os principais meios de comunicação existente dentro do ambiente comunitário. Como o objetivo principal é mostrar os lugares de fala nas Línguas Apurinã e Portuguesa, consideramos para essa identificação dois círculos: um na cor vermelha para representar a Língua Portuguesa e um na cor preta para representar a Língua Apurinã, a função desses símbolos na legenda é facilitar a identificação no mapa dos lugares em que determinada língua interage. Como exemplo, identificamos a Escola municipal Apurinã Mekaro como espaço de interações tanto na Língua Apurinã quanto na Língua Portuguesa, logo, no mapa o desenho da escola está com os pontos vermelho e preto.

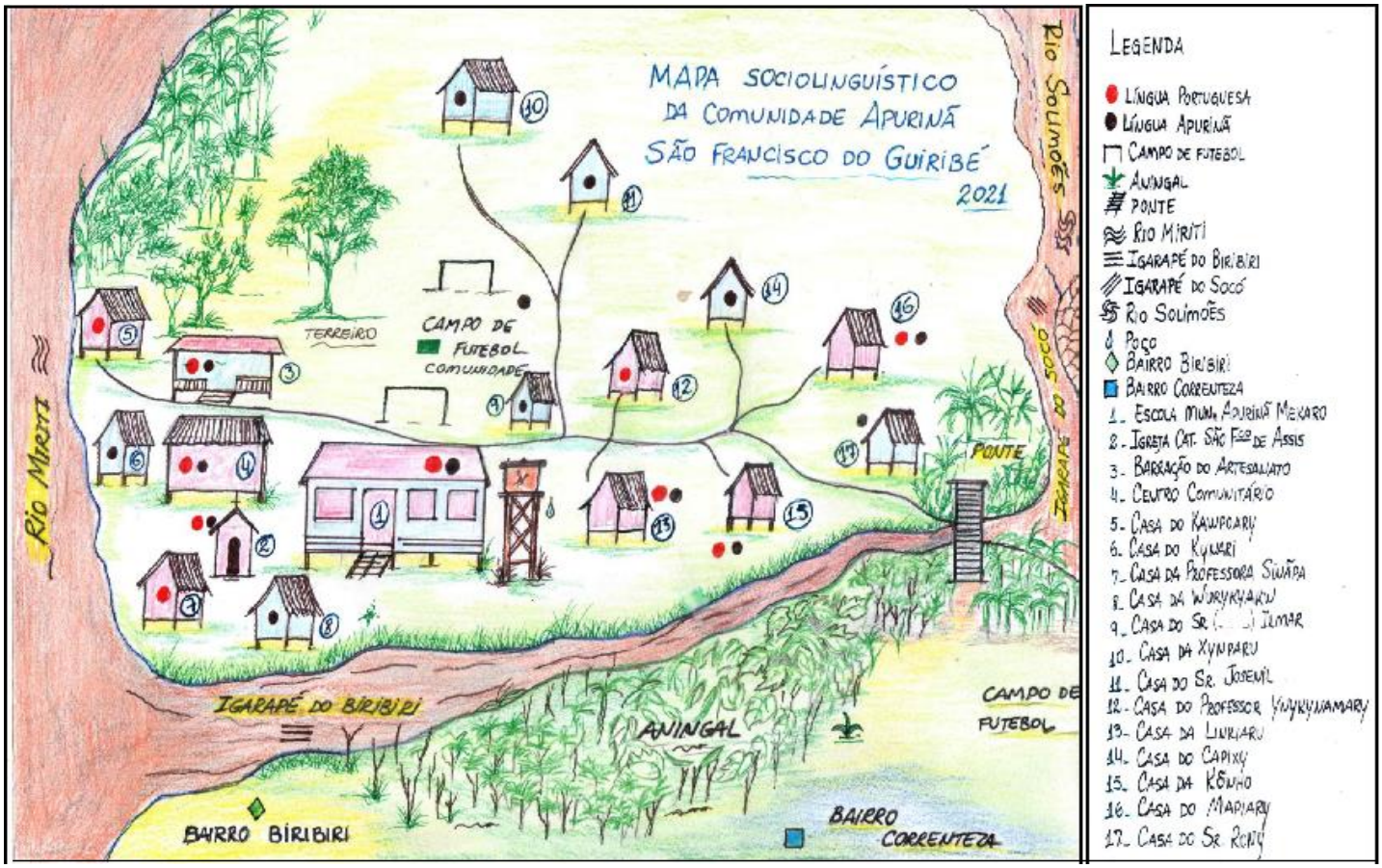
É possível também no mapa identificar – através dos círculos vermelho e preto, as representações das casas dos participantes da pesquisa e assim, fazer um relato da facilidade linguística apresentados no item 4.1 e descrever se aquele participante possui seu nome na Língua Apurinã.

Aproveitando as observações dos espaços da comunidade, construímos na legenda os símbolos lineares para identificar os ambientes naturais como: os rios e igarapés, a ponte de acesso, o campo de futebol, o aningal e as extremidades com alguns dos bairros da cidade.

Ao apresentarmos o mapa sociolinguístico da comunidade São Francisco do Guiribé tivemos como objetivo contribuir para a análise e estudo dos atos de fala

apresentados nesta dissertação, assim como, possibilitar outros estudos de relevância social ou linguísticas na comunidade São Francisco do Guiribé.

FIGURA 06 – Mapa Sociolinguístico Da Comunidade São Francisco Do Guiribé – 2021



Fonte: AQUINO; Nailson Santos, Francisca Queiroz (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta as observações etnográficas feitas na pesquisa, o presente trabalho propôs analisar os conhecimentos culturais e tradicionais do grupo de Apurinã da Comunidade São Francisco do Guiribé e as relações dos atos de fala produzidos por eles nos diferentes contextos comunicacionais. Tais análises nos permitiu fazer duas considerações a respeito do tema dessa dissertação. A primeira destaca a importância do evento social Apurinã *Kyynyry* ou *Xingané,* que pode ser considerado para esse grupo um dos principais momentos em que as falas na Língua Apurinã são usadas. O *Kyynyry*, permiti a troca de conhecimentos e saberes, a permanência dos rituais, dos cantos e a organização social entre sua gente, é a ocasião em que ocorrem as interações na Língua materna Apurinã. Esse aprendizado coletivo, permanece como principal mecanismo linguístico de preservação dos saberes e das práticas culturais Apurinã da comunidade pesquisada. A segunda, considera o ato de nomeação na Língua Apurinã como momento simbólico para os Apurinã, pois, a nomeação significa a existência, a visibilidade social, como já comentado: “é a lei do indígena Apurinã ter nome na língua”. Esse aspecto da nomeação deixou várias inquietações na pesquisa as quais foram sugeridas nesta produção. Segundo pesquisa bibliográfica os atos de nomeação na Língua Apurinã possuem relações com o sistema de parentesco ou obedecem o sistema de metades que organizam-se seguindo os clãs Apurinã; ou que a escolha de alguns nomes tenham haver com aspectos da ecologia da comunidade. Sobre esses termos pesquisados, consideramos a esta dissertação que, a nomeação apesar de não mais existir um ritual, é um ato de fala presente na comunidade pesquisada, sendo hoje entre o grupo Apurinã da Comunidade São Francisco do Guiribé compromisso social e significativo.

Considerando as relações socioculturais como objeto de estudo, a pesquisa problematizou os aspectos sociais e linguísticos da Comunidade São Francisco do Guiribé, sendo inquietante o usos da Língua Apurinã no contexto da comunidade, com isso algumas questões foram levantadas para o estudo dentre elas: quais as relações da língua materna diante das tradições Apurinã e o mundo pós-moderno? – neste caso o estudo sugere que a Língua Apurinã, mesmo em um pequeno grupo de falantes

e sob o risco de extinção, tornou-se instrumento significativo de permanência cultural e identidade étnica. Com isso, para os Apurinã desta comunidade, as produções (rituais, cantos, narrativas míticas) e representações (religiosidade, cosmovisão) nos atos de fala na comunidade tornam-se apropriação de sua existência e de sua língua. A esse tema pesquisado, tornou-se relevante considerar que os enunciados produzidos pelos atos de fala na Língua materna Apurinã fazem parte de um sistema que produz significados para os indivíduos do grupo, e que se evidenciam nas relações sociais – aqui apresentados nos eventos de fala do *Kyynyry* – produzindo-se como relatos da língua e conferindo-lhes importância dos atos de fala enquanto índices culturais e de saberes ancestrais. Os atos de fala apresentados a este estudo, preservam elementos essenciais da língua, razão para a permanência dos Apurinã como grupo social e que os motiva a exercer sua cultura, suas poucas tradições linguísticas e sua história.

Através dos dados obtidos na pesquisa, podemos sugerir que as relações socioculturais do grupo de Apurinã citados na pesquisa ainda possui mecanismos linguísticos necessários para as interações comunicativas em sua língua materna, seu léxico assim como, os poucos falantes guardam a cosmovisão e a história de seu povo, que são para os Apurinã os conhecimentos necessários para sua existência. A pesquisa etnográfica destaca que tanto no estudo bibliográfico quanto na pesquisa de campo revelaram a importância da língua para os Apurinã, ou seja, mesmo com um grupo reduzido de falantes na comunidade, a língua exerce um papel dinâmico nas relações sociais, cabendo somente a língua materna a realização de suas tradições e de tomadas de decisões, todas essas dinamicidades da língua sofreram mudanças constantes com o passar dos tempos, mas estão ligadas intrinsecamente a história e as tradições que são transmitidas há gerações.

Considera-se ainda, que os resultados apresentados na pesquisa qualitativa realizada com os participantes da comunidade, servem como marcadores da vivência de um grupo que para garantir sua sobrevivência precisam preservar os poucos traços de sua língua, traços linguísticos que guardam seus conhecimentos e saberes que para eles garante a memória de seus antepassados e de suas tradições.

Com isso, esse trabalho contribui não somente para temas das causas dos povos tradicionais amazônicos, como considera o princípio do respeito as pessoas indígenas que, - longe dos temas romantizados de nossa literatura – hoje, são capazes de ser integrantes de seus próprios interesses. A pesquisa com os Apurinã da comunidade São Francisco do Guiribé, município de Manacapuru/AM, tornou-se sobretudo um aprendizado sobre o povo Apurinã e o uso da língua entre eles. Os atos de fala propostos neste estudo evidenciam o quão importante é a preservação da língua para os Apurinã, suas falas, sua gente, herdeiros de uma cultura tão rica que se sustenta pelos poucos indivíduos que lutam pela sobrevivência de suas identidades e que precisa de sua língua originaria para a continuação de seus nomes e de seu povo.

Apesar deste estudo ter evidenciado na pesquisa de campo que no grupo de Apurinã da Comunidade São Francisco do Guiribé algumas ações da língua materna ainda são praticados em eventos sociais na comunidade e categorizado nesta dissertação como atos de fala da Língua Apurinã, esse estudo limitou-se a analisar outras interações sociais que fazem parte do contexto da comunidade. Em razão das restrições imposta pelos órgãos sanitários devido a pandemia da Covid19, nos anos de 2020 e 2021, os acessos à comunidade foram suspensos, assim, todas as atividades de pesquisa de campo tiveram que paralisar, ou seja o percurso da pesquisa e a metodologia que tinham sido planejados em tempo hábil foram modificados, isto talvez nos revelou outros resultados, pois, algumas observações que poderiam servir de embasamento para outras considerações precisaram ser limitadas e não levadas em consideração.

Como os prazos estipulados no cronograma sofreram mudanças a pesquisa de campo acabou comprometida, com isso, parte da pesquisa que dependeria dos dados coletados não ocorreu, isso porque alguns moradores que tinham se comprometido em participar da pesquisa foram para outras comunidades após o decreto sanitário, esse fato sem dúvida comprometeu a amostragem dos participantes que talvez não foram suficientes para conclusões quantitativas.

Ao limitar a pesquisa podemos assim, concluir que a realidade da comunidade é própria, sua gente convivem em grupos, porém não isolados de outras culturas,

principal motivo da perda concomitante de sua língua. Com isso, a aplicação do tema deste estudo sugere que outras pesquisas sejam realizadas na comunidade São Francisco do Guiribé, de maneira que ocorra assim, uma análise sistemática não somente dos atos de fala, mas, do povo Apurinã.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Identidade:** Entrevista a Benedetto Vecchi/ Zygmunt Bauman: tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEZERRA, D. M. do N. A produção histórico-discursiva do nome da língua Apurinã. Bakhtiniana. **Revista de estudos discursivos**. São Paulo. v. 15, n. 2, p. 8-32, abril/junho 2020. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/41607110. https://orcid.org/0000-0002-7489-7610. Acesso em: 25 de out. de 2021.

BOAS, F. **Os métodos da etnologia**. Trad. C. CASTRO (org.) Antropologia Cultural. RJ: Jorge Zahar, 2002.

BONIN, Iara. Educação escolar indígena e docência: Princípios e normas na legislação em vigor. *In*: BONIN, Iara. **Povos Indígenas e Educação**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BRASIL. **Fundação Nacional do Índio**. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge. Acesso em: 28 de maio de 2021 às 23:41.

BIDERMAN, M. T. C. A Estrutura Mental do Léxico. *In*: **Estudos de Filologia e Linguística**. São Paulo: EDUSP. 1981.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.v.2.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO 2010. Disponível em: http://indigenas.ibge.gov.br/. Acesso em: 30 de maio de 2019.

CHAGAS FILHO, A. F. das. **A roça, a colheita e a festa:** uma Etnografia dos Roçados Apurinã da Aldeia Terra Nova. Manaus, 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

CHANDLESS, W. Ascent of the River Purus. **Journal of the Royal Geographical Society of London**, v. 36, p.86-118, 1866.

CLAVAL, P. A geografia cultural: o Estado da Arte. *In*: ROSENDAHL, Zeny et al. (orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDVERJ, 1999, p.169-190.

DA SILVA. R. R. **Termos de parentesco em Apurinã e em Paumari:** Contato linguísticos na região do município de Lábrea-Am. Belém, 2019 p. 90 Dissertação de Mestrado em Letras: Estudos Linguísticos

DEMO. P. **Metodologia científica em ciências sociais**. Revista e Ampliada. São Paulo: 1995, 3ª ed. Atlas, 1995.

DURANTI, A. **Antropologia Linguística.** Madrid: Cambridge University Press, 2000.

Elaborado por: AQUINO; Nailson Santos, Francisca Queiroz (2021), Mapa Sociolinguístico da Comunidade São Francisco do Guiribé. Em função da pesquisa.

FACUNDES, S. **The Language of the Apurinã people of Brazil (Maipure/Arawak).** Buffalo, 2000, 674 f. Tese (PhD em Linguística) – Faculty of the Graduate School, State University of New York, Buffalo, 2000.

FONSECA, J.J.S. Metodologia da pesquisa cientifica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Gil, A.C. Métodos e técnicas da pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999

FERNANDES, Florestan. A organização social dos Tupinambás. São Paulo: Hucitec, 1989.

Governadores do Estado do Amazonas. **Governadores do Amazonas**. Disponível em: https://www.geni.com/projects/Governadores-do-Amazonas/47170. Acesso em: 16 de maio de 2021 às 15:45

GOMES. R. **A análise de dados na pesquisa qualitativa.** In: MINAYO. M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **PSICOLOGIA:** TEORIA PESQUISA, Maio-Ago. 2006, vol. 22, n.2, p.201-210.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade**.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HYMES, D. (1986). Models of the interaction of language and social life. In John J. Gumperz; Dell Hymes (eds.). **Directions in sociolinguistics:** The ethnography of communication, pp. 35-71. New York: Basil Blackwell Inc.

HYMES, D. (1974). The ethnography of speaking. In Ben G. Blount (ed.). **Language, culture, and society:** A book of readings*.* Cambridge: Winthrop Publishers Inc.

Inãpari. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/I%C3%B1apari. Acesso em: 27 de maio de 2021 às 15:54.

KROEMER, G. **Cuxiuara**: **O Purus dos indígenas** – ensaio etno-histórico sobre os índios do Médio Purus. Coleção: Missão Aberta, v. 10. São Paulo: Loyola, 1985.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos***.* Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LAZARIN, M.A. **"A descida do Rio Purus"**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. PPGAS-UNB. Brasília, 1981.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Tradução de Beatriz Perrone-Moises. Nova York: Basic Books, 1963.

LINK, R. S. Os Apurinã e a Última Fronteira do Estado Brasileiro. **Fronteiras: Revista de História**. Dourados, v.19, n.33, p. 11-42, Junh/Dez, 2017. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/6763. https://doi.org/10.30612/frh.v19i33.6763. Acesso em: 25 de out. de 2021.

LIMA-PADOVANI, B. F. **Levantamento Sociolinguístico do Léxico da Língua Apurinã e sua contribuição para o conhecimento da cultura e história Apurinã (Aruák).** Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2016.

MALINOWSKI, B. A teoria funcional. *In*: **Uma teoria crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MARTINS, R. L. M. L., & Nogueira, A. R. B. (2018). TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO: OS APURINÃ NA CIDADE DE MANAUS. Territories in construction: The Apurinã in Manaus city. **REVISTA GEONORTE,** 9(31), 154-167. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/4641. https://doi.org/10.21170/geonorte.2018.V.9.N.31.154.167. Acesso em 25 de out. de 2021.

MEC, **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília. MEC/SEF, 1998.

MELIÁ, Bartolomeu. Educação Indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979.

MOSELEY, C. (ed.). 2010**. Atlas das Línguas do Mundo em Perigo**, 3ª ed. Paris, Editora UNESCO. Versão online .

MOSELEY, C. (ed.). 2010. Atlas of the World's Languages in Danger, 3rd edn. Paris, UNESCO Publishing. Online version. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/en/endangeredlanguages/atlas

OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (org**.) As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande (MS): Ed. UFMS, 1998**.**

PÁDUA. E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. Campinas, SP: Papirus, 2004.

PAULA, E. D. de**. A língua dos Apyãwa (Tapirapé) na perspectiva da Etnossintaxe.** 1ª ed. Campinas: Curt Nimuendajú, 2014.

PAULO, F. **Pedagogia da Autonomia**, São Paulo: Paz e Tema, 1996.

PEREIRA DE FREITAS, M. F. **Posse em Apurinã:** descrição de construções atributivas e predicativas em comparação com outras línguas Aruak. Tese (Doutorado acadêmico em Letras. Estudos linguísticos) – Universidade Federal do Pará: Belém, 2017..

POLAK, J. E. R. A. **Grammar and a Vocabulary of the Ipuriná Language.** London: Kegan Paul, Trench, Trübner and Co., 1894.

RAMOS, A. **Sociedades indígenas.** São Paulo: Ática, 1986.

SAPIER, E. 1921. **Language na introduction to the study of speech**. New York and Landon Harcourt, Brace & World Inc.

SAPIER, E. 1974ª "Language"**.** *In***: Language, culture and society:** a book afreadings. editado por B.G. Blount. Cambridge. Massachusetts. Winthrop Publishers Inc.

SAPIER, E. 1974b. "The unconsciors palterning of behavior in society." **In Language, Culture and society: a book of Reading**. Editado por B.G Blount. Cambridge. Massachusetts. Winthrop Publishers Inc., 1974b.

SCHIEL, J. **Tronco velho:** histórias Apurinã**.** Campinas. 2004. 533p. Tese (doutorado em ciências sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2004.

SILVA, R.G.P. **Estudo morfossintático da Língua Sateré-Mawé**. São Paulo: Unicamp, 2010 Tese (Doutorado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Unicamp, Campinas, 2010.

SILVA, R.G.P. Esboço Sociolinguístico Sateré-Mawé. Revista Tellus ano 7, n. 13, p. 73-101 Campo Grande – MS, 2007. Disponível em < https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/142/156>. Acesso em 03-02-2021

WHORF. B. I. 1974. "The relation of habitual thought and behavior to language." *In:* **Language culture and society:** a book of readings, editado por B. G Blount. Cambridge. Massachusetts. Winthrop Publishers Inc.

URRATH, M. de F. N. **Shanenawá -** O povo do pássaro azul: as possibilidades de uma educação ambiental profunda. Pelotas, 2015. Dissertação (Mestrado em Educação, Ciências e Tecnologia Sul-rio-grandense) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia, Pelotas, 2015.

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO SOCIOLINGUÍSTICO - SILVA (2007, 2010), com adaptações

Informação Pessoal
Nome na língua Apurinã: _____
Nome na língua portuguesa:_____ _____
Sexo: M( ) F( )
Idade: ( )18 a 25 anos ( )26 a 32 anos ( )33 a 40 anos ( )40 anos ou mais
Quanto tempo mora na comunidade: _____
Grau de escolaridade: _____
Ocupação: _____
Comunidade: _____

Facilidade Linguística (em Língua Apurinã)

1. Você entende uma conversa em Apurinã?	Sim( )	Um pouco( )	Não ( )
2. Você fala Apurinã?	Sim( )	Um pouco( )	Não ( )
3. Você lê em Apurinã?	Sim( )	Um pouco( )	Não ( )
4. Você escreve em Apurinã?	Sim( )	Um pouco( )	Não ( )

Facilidade Linguística (em português)

1. Você entende uma conversa em português?	Sim ( )	Um pouco ( )	Não ( )
2. Você fala português?	Sim ( )	Um pouco ( )	Não ( )
3. Você lê em português?	Sim ( )	Um pouco ( )	Não ( )
4. Você escreve em português?	Sim ( )	Um pouco ( )	Não ( )

O uso de língua de acordo com os domínios sociais

	Apurinã	Português	As duas
01. Qual foi a primeira língua que você aprendeu quando criança? Se for outra escreva qual_____			
02. Que língua é usada com mais frequência em casa para falar com os adultos?			
03. Que língua você fala melhor?			
04. Que língua é usada com mais frequência em casa para falar com as crianças?			
05. Que língua é usada com frequência para ler livros ou a bíblia?			
06. Que língua é usada com mais frequência em casa para escrever?			

07. Que língua é usada no trabalho para falar com seus colegas?			
08. Que língua é usada com pessoas de mesma idade na vizinhança?			
09. Que língua é usada durante uma cerimônia, um ritual de seu povo?			
10. Que língua é usada quando reza na igreja?			
11. Qual é a língua de suas preces?			
12. Que língua as crianças falam com maior frequência?			
13. Que língua os mais velhos falam com maior frequência?			
14. Qual é a língua mais bonita? Por quê?			
15. Qual língua você usa quando está com raiva?			
16. Na sua opinião, qual é a melhor língua para uma pessoa falar?			
17. Qual língua deve ser ensinada na escola? Por quê?			
18. Qual língua você prefere para ler?			
19. Qual língua você prefere para escrever?			

USOS ORAIS DE CADA LÍNGUA NA COMUNIDADE

Língua usada	Atividade	Contexto
	Conversas na família em casa	
	Conversa com os amigos na vizinhança	
	Reuniões da comunidade	
	Trabalho na roça	
	Pescaria no rio	
	Caçada na mata	
	Celebração da comunidade	
	Festa ou ritual indígena	
	Cerimônia de cura indígena	
	Banho no rio	
	Velório / ritos de morte	

	Comércio na aldeia	
	Formação de professor na aldeia	
	Reunião com órgãos do governo	
	Encontro com pesquisadores	
	Reuniões na escola	
	Cultos Evangélicos	
	Missa católica	
	Rezas cristãs (terço, procissão, festa)	
	Nas relações com comunidades próximas	
	Eventos esportivos da comunidade	
	Posto de saúde	
	Posto da FUNAI	

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA

USO DA LÍNGUA EM CONTEXTO DIÁRIO – PRÁTICAS SOCIAIS EM RELAÇÃO AOS ATO DE FALA

Percebemos que cada indivíduo da comunidade possui um nome tanto na língua portuguesa quanto na língua Apurinã.

1 - Como é relacionada o ato de nomeação dos membros da sua comunidade?
2 - Qual importância para você possuir dois nomes?
3 - Com qual dos nomes você mais se identifica? Por quê?
4 - Quem escolheu seu nome na língua?
5 - Que critério foi usado pela pessoa que escolheu seu nome para nomeá-lo?
6 - A nomeação de um membro da sua comunidade obedece a critérios como grupo familiar ou clã?
7 - O que significa o seu nome na língua?
8 - Hoje com quantos anos um membro da comunidade recebe o nome na língua Apurinã?
9 - Quem escolhe os nomes?
10 - Como é escolhido os nomes para a criança nascida na comunidade?
11 - Os nomes recebidos no ato do nascimento, obedece a um critério para nomeação? Exemplo: nome de animais, plantas, espíritos da natureza, outros.
12 - Durante a trajetória de vida, acontece troca de nomes de um mesmo indivíduo?
13 - Em algumas etnias e grupos. O ato de nomeação acontece sob um ritual de nomeação ou mesmo de celebração. Na sua comunidade. Como acontece a

nomeação? Existe um ritual de nomeação? Se sim. Nesse momento é entoado algum canto?
14 - Você acha que nomear um membro Língua Apurinã preserva os atos de fala em sua comunidade? Por quê?
15 - Qual outro espaço na comunidade você considera importante para a preservação dos atos de fala de sua língua?
16 - Na sua opinião: O que representa a escola em sua comunidade?
17 - Na sua opinião: Qual a importância das narrativas mitológicas? Ainda possuem algum significado para você?
18 - Na sua opinião: O que significa a prática dos rituais em sua comunidade?
19 - Na sua opinião: O que representa o xingané para a comunidade Apurinã?

APÊNDICE 3

QUESTIONÁRIO SOCIOLINGUÍSTICO POR FAMÍLIA

INFORMAÇÃO PESSOAL DO PAI
Nome na língua portuguesa _____
Nome na língua Apurinã:_____
Nome do pai:_____
Nome da mãe: _____
Idade: ( )18 a 25 anos ( )26 a 32 anos ( )33 a 40 anos ( )40 anos ou mais
Quanto tempo mora na comunidade: _____
Grau de escolaridade: _____
Ocupação: _____Renda: ( ) meio salário ( ) 1 salário ( ) mais de 1 salário
Comunidade: _____

Facilidade Linguística (em Língua Apurinã)

1. Você entende uma conversa em Apurinã?	Sim( )	Um pouco( )	Não ( )
2. Você fala Apurinã?	Sim( )	Um pouco( )	Não ( )
3. Você lê em Apurinã?	Sim( )	Um pouco( )	Não ( )
4. Você escreve em Apurinã?	Sim( )	Um pouco( )	Não ( )

Facilidade Linguística (em português)

1. Você entende uma conversa em português?	Sim ( )	Um pouco ( )	Não ( )
2. Você fala português?	Sim ( )	Um pouco ( )	Não ( )
3. Você lê em português?	Sim ( )	Um pouco ( )	Não ( )
4. Você escreve em português?	Sim ( )	Um pouco ( )	Não ( )

INFORMAÇÃO PESSOAL DA MÃE
Nome na língua portuguesa _____

Nome na língua Apurinã:_____
Nome do pai:_____
Nome da mãe: _____
Idade: ( )18 a 25 anos ( )26 a 32 anos ( )33 a 40 anos ( )40 anos ou mais
Quanto tempo mora na comunidade: _____
Grau de escolaridade: _____
Ocupação: _____Renda: ( ) meio salário ( ) 1 salário ( ) mais de 1 salário
Comunidade: _____

Facilidade Linguística (em Língua Apurinã)

1. Você entende uma conversa em Apurinã?	Sim( )	Um pouco( )	Não ( )
2. Você fala Apurinã?	Sim( )	Um pouco( )	Não ( )
3. Você lê em Apurinã?	Sim( )	Um pouco( )	Não ( )
4. Você escreve em Apurinã?	Sim( )	Um pouco( )	Não ( )

Facilidade Linguística (em português)

1. Você entende uma conversa em português?	Sim ( )	Um pouco ( )	Não ( )
2. Você fala português?	Sim ( )	Um pouco ( )	Não ( )
3. Você lê em português?	Sim ( )	Um pouco ( )	Não ( )
4. Você escreve em português?	Sim ( )	Um pouco ( )	Não ( )

Filiação dos participantes

Nome:_____ Idade:_____
Nome na língua Apurinã:_____

Nome:_____ Idade: _____
Nome na língua Apurinã:_____

Nome:_____ Idade: _____
Nome na língua Apurinã:_____

Nome:_____ Idade: _____
Nome na língua Apurinã:_____

Nome:_____ Idade: _____
Nome na língua Apurinã:_____

Nome:_____ Idade: _____
Nome na língua Apurinã:_____